



RELATÓRIO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Relatório de Gestão

2025

 **Chaves** município

 276 340 500

 municipio@chaves.pt

 www.chaves.pt

Índice

I – INTRODUÇÃO	3
II – PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	3
2.1 – BREVE CARATERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAVES E DO DESEMPENHO	6
2.1.1 – <i>Regra de Equilíbrio</i>	9
2.1.2 – <i>Operações de Tesouraria</i>	9
2.1.3 – <i>Limite da Dívida Total</i>	9
2.1.4 – <i>Análise Económica e Financeira</i>	10
2.2 – BREVE CARATERIZAÇÃO DAS PARTICIPADAS E DO DESEMPENHO	11
2.2.1 – <i>GEMC, E.M. S.A. – Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M. S.A.</i>	11
2.2.1.1 – Termas de Chaves	12
2.2.1.2 – Balneário Pedagógico de Vidago	12
2.2.1.3 – Piscinas de recreio de lazer da Quinta do Rebentão	13
2.2.1.4 – Parcómetros	13
2.2.1.5 – Parque de campismo da Quinta do Rebentão	13
2.2.1.6 – Parque de estacionamento do Centro Histórico	14
2.2.1.7 – Quinta biológica da Quinta do Rebentão	14
2.2.1.8 – Análise de Resultados	14
2.2.2 – <i>APEPAT – Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega</i>	15
2.2.3 – <i>Flavifomento - Associação para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município de Chaves</i>	17
2.2.4 – <i>PROCENTRO - Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves</i>	18
2.2.6 – <i>EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A.</i>	19
2.3 – PERSPETIVA FUTURA DO GRUPO CONSOLIDADO	21
III – ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA CONSOLIDADA.....	22
3.1 – ANÁLISE AO BALANÇO CONSOLIDADO	22
3.1.1 – <i>Estrutura do Ativo</i>	23
3.1.2 – <i>Estrutura do Passivo</i>	24
3.1.3 – <i>Estrutura do Património Líquido</i>	25
3.2 – ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS	26
3.2.1 – <i>Estrutura de Rendimentos</i>	27
3.2.2 – <i>Estrutura de Gastos</i>	28
3.3 – PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIRO	29
3.4 – DÍVIDA CONSOLIDADA	30
IV – ANÁLISE ORÇAMENTAL CONSOLIDADA	31
BALANÇO CONSOLIDADO	33



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS.....	34
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	35
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	36
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	37
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	77
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES, POR NATUREZA.....	78

Índice Quadros

QUADRO 1 - ENTIDADES PARTICIPADAS (RELEVANTES PARA CONSOLIDAÇÃO)	4
QUADRO 2 - ENTIDADES SEM PARTICIPAÇÃO RELEVANTE (QUOTIZAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES)	5
QUADRO 3 - ENTIDADES - MÉTODO CONSOLIDAÇÃO INTEGRAL	5
QUADRO 4 - ENTIDADE - MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL.....	6
QUADRO 5 - LISTAGEM DAS ENTIDADES CONTROLADAS	6
QUADRO 6 - RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA E DESPESA - MUNICÍPIO DE CHAVES.....	8
QUADRO 7 - RESUMO DA DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES	10
QUADRO 8 - ESTRUTURA ATIVO (BALANÇO)	23
QUADRO 9 - ESTRUTURA DO PASSIVO (BALANÇO)	24
QUADRO 10 - ESTRUTURA PATRIMÓNIO LÍQUIDO (BALANÇO).....	26
QUADRO 11 - ESTRUTURA DE RENDIMENTO (DR)	27
QUADRO 12 - ESTRUTURA DOS GASTOS (DR)	28
QUADRO 13 - INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIRO	30
QUADRO 14 - STOCK DA DÍVIDA - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	30
QUADRO 15 - STOCK DA DÍVIDA CORRENTE.....	31
QUADRO 16 - INDICADORES ORÇAMENTAIS.....	31



I – Introdução

Em cumprimento do disposto no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), foi elaborado o presente Relatório de Contas Consolidadas, respeitante ao exercício de 2025.

A prestação de contas consolidada relativa ao exercício de 2025 foi preparada em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Para o efeito, foram observados os requisitos estabelecidos nas Normas de Contabilidade Pública (NCP) aplicáveis ao Grupo Autárquico de Chaves, com exceção da NCP 27 — Contabilidade de Gestão, cuja implementação ainda se encontra em desenvolvimento, não tendo, por conseguinte, sido possível proceder às respetivas divulgações.

O perímetro de consolidação relativo ao exercício de 2025 integra o Município de Chaves e as seguintes entidades:

- ☐ **Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, EM, S.A. (100%)** – incluída pelo Método de Consolidação Integral, nos termos da NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- ☐ **APEPAT - Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega (99,01%)** – incluída pelo Método de Consolidação Integral, nos termos da NCP 22;
- ☐ **FLAVIFOMENTO - Associação para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município de Chaves (83,33%)** – incluída pelo Método de Consolidação Integral, nos termos da NCP 22;
- ☐ **PROCENTRO – Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves (50,00%)** – incluída pelo Método de Consolidação Integral, nos termos da NCP 22;
- ☐ **EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A. (exercício de controlo)** – incluída pelo Método de Equivalência Patrimonial, nos termos da NCP23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos.

II – Perímetro de Consolidação

Em conformidade com o disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 195/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), são definidos dois perímetros de consolidação no âmbito da prestação de contas consolidadas:

- ☐ Perímetro de consolidação de natureza orçamental, os termos da NCP26 – Contabilidade Orçamental;
- ☐ Perímetro de natureza financeira, nos termos da NCP22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Nestes termos, as demonstrações consolidadas de natureza orçamental e financeira assentam em perímetros distintos. Todavia, tal não configura a existência de duas prestações de contas consolidadas autónomas, mas antes a apresentação de diferentes mapas, no âmbito de uma única prestação de contas consolidada. Consequentemente, a prestação de contas consolidada integra, simultaneamente, os mapas orçamentais,



elaborados com base no perímetro orçamental, e os mapas financeiros, preparados de acordo com o perímetro de controlo.

No que respeita à consolidação orçamental, a NCP 26 aplica-se exclusivamente às entidades que adotam o sistema contabilístico SNC-AP. Assim, considerando que as entidades participadas que integram o Grupo Público não adotam este normativo contabilístico, a consolidação orçamental abrange apenas as contas do Município.

O Município de Chaves detém participações em diversas entidades, designadamente empresas municipais integradas no Setor Empresarial Local (SEL), bem como noutras entidades de natureza associativa e fundações.

No quadro 1, apresentam-se as entidades participadas pelo município, bem como o método de consolidação adotado, em conformidade com as Normas da Contabilidade Pública aplicáveis.

Entidades / Fundos		Participação no final do exercício		
Denominação	NIPC	%	Incluída no perímetro de consolidação	Método
Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M., S.A.	506695018	100,00%	Sim	Consolidação Integral
Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, E.I.M., S.A.	502227842	16,67%	Sim	Equivalência Patrimonial (MEP)
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	506393925	8,32%	Não	
Empresa Eólica do Barroso, Lda.	505533693	6,67%	Não	
Eólica da Padrela, Lda.	505533758	6,67%	Não	
ATBERG - Eólicas do Alto Tâmega, Lda.	505294656	6,67%	Não	
Empreendimento Eólico de Viade, S.A.	506446298	3,33%	Não	
Eólica de Montenegro, S.A.	508094453	8,32%	Não	
Eólica de Atilhó, Lda.	506867560	8,33%	Não	
APEPAT - Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega	503455733	99,01%	Sim	Consolidação Integral
Flavifomento - Associação para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município de Chaves	508351952	83,33%	Sim	Consolidação Integral
PROCENTRO - Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves	513131019	50,00%	Sim	Consolidação Integral
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alto Corgo e Tâmega, C.R.L.	501393420	0,00%	Não	
Resinorte – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	509143059	0,85%	Não	

Quadro 1 - Entidades participadas (relevantes para consolidação)

No quadro 2, apresentam-se as entidades relativamente às quais o Município não detém participações relevantes, registando-se apenas encargos associados a quotas ou contribuições:

Entidades / Fundos			Natureza	Montante	Observações
Denominação	Natureza da entidade	NIPC			
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Associação de Municípios	502131047	Quota	713,00 €	Ano 2025
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Associação de Municípios	501627413	Quota	7 082,15 €	Ano 2025
Associação das Termas de Portugal	Associação	503975281	Quota	4 604,56 €	Ano 2025
Associação de Municípios do Alto Tâmega	Associação de Municípios	502924055	-	- €	Ano 2025
Associação de Regantes e Beneficiários da Veiga de Chaves	Associação	501549412	Quota	106,48 €	Ano 2025
Federação dos Bombeiros do Distrito de Vila Real	Associação	507702417	Quota	150,00 €	Ano 2025



Associação Internacional das Cidades Educadoras	Associação	G61045605	Quota	220,00 €	Ano 2025
Turismo do Porto e Norte de Portugal	Entidade Regional	508905435	Quota	1 500,00 €	Ano 2025
Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro em Lisboa	Associação Regional	500788863	Quota	500,00 €	Ano 2025
Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega	Comunidade Intermunicipal	510957579	Contribuição	349 102,32 €	Ano 2025
ADRAT - Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega	Associação	502787228	Quota	17 500,00 €	Ano 2025
Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Eurocidade Chaves-Verin - AECT	Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial	Q3200120H	Quota	200 000,00 €	Ano 2025, inclui quota extraordinária
Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	Associação	514051744	Quota	2 500,00 €	Ano 2025
Associação Rede de Judiarias de Portugal - Rotas Sefarad	Associação	509801811	Quota	1 500,00 €	Ano 2025
Federação Portuguesa do Caminho de Santiago	Associação	515645478	Quota	500,00 €	Ano 2025

Quadro 2 - Entidades sem participação relevante (quotizações e contribuições)

Em conformidade com o exposto, a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Município de Chaves obedecem ao disposto na NCP 22 — Demonstrações Financeiras Consolidadas e na NCP 23 — Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, aplicáveis às situações de controlo ou de influências significativa sobre uma ou mais entidades.

A consolidação de contas tem por finalidade apresentar, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do grupo enquanto uma única entidade económica.

Para o efeito, foram adotados os seguintes métodos de consolidação:

- ☐ **O Método de consolidação integral** aplicável às entidades sobre as quais o Município exerce controlo, presumindo-se este, designadamente, quando detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto:

Designação da Entidade	Participação	Método
Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M., S.A.	100,00%	Consolidação Integral
APEPAT - Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega	99,01%	Consolidação Integral
FLAVIFONTO - Associação para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município de Chaves	83,33%	Consolidação Integral
PROCENTRO - Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves	50,00%	Consolidação Integral

Quadro 3 - Entidades - método consolidação integral

No âmbito deste método, procede-se à agregação integral dos elementos das demonstrações financeiras das entidades incluídas no perímetro de consolidação com os da entidade consolidante, com base em critérios uniformes de reconhecimento, mensuração e apresentação.

Após a agregação, são efetuadas as eliminações intragrupo, nomeadamente de saldos, transações, rendimentos e gastos entre entidades do grupo, com o objetivo de evitar a duplicação de valores e assegurar que as demonstrações financeiras consolidadas refletem exclusivamente operações com entidades externas ao grupo.

- ☐ **O Método da equivalência patrimonial** é aplicável aos investimentos em associadas e em empreendimentos conjuntos, nos termos da NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos.

Este método foi aplicado à entidade **EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso**,



S.A. na qual se verifica controlo conjunto:

Designação da Entidade	Participação	Método
Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, E.I.M., S.A.	16,67%	Equivalência Patrimonial (MEP)

Quadro 4 - Entidade - método equivalência patrimonial

Nos termos do MEP, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo de aquisição, sendo posteriormente ajustado em função da variação da quota-parte do Município nos resultados da entidade participada após a data de aquisição. Essa participação nos resultados é reconhecida na demonstração dos resultados da entidade investidora.

As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. Adicionalmente, esta quantia pode ser ajustada por variações no capital próprio da participada que não transitem pela demonstração dos resultados, nomeadamente reavaliações de ativos fixos tangíveis ou diferenças de transposição de moeda estrangeira, sendo a quota-parte do investidor reconhecida diretamente no património líquido.

No âmbito das demonstrações financeiras individuais, o MEP foi igualmente aplicado aos investimentos em entidades classificadas como associadas ou empreendimentos conjuntos, em conformidade com a NCP 23.

No processo de consolidação, os efeitos das transações e saldos intragrupo relativos às entidades incluídas pelo método de consolidação integral são integralmente eliminados.

Relativamente à entidade Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A., à qual foi aplicado o MEP tanto nas contas individuais como nas consolidadas, não se verificaram ajustamentos decorrentes do processo de consolidação no período em análise.

Listagem de Entidades Controladas

Designação da Entidade	Capital Social da Entidade	Participação	% Controlo		Controlo Final
			Direto	Indireto	
Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M., S.A.	1 500 000,00 €	100,00%	100,00%		100,00%
APEPAT - Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega	179 106,02 €	99,01%	99,01%		99,01%
FLAVIFOMENTO - Associação para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município de Chaves	6 000,00 €	83,33%	83,33%		83,33%
PROCENTRO - Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves	a)	50,00%	50,00%		50,00%
Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, E.I.M., S.A.	900 000,00 €	16,67%		16,67%	16,67%

a) E entidade não tem valor de capital social. O valor escriturado na constituição da Associação foi 10€.

Quadro 5 - Listagem das entidades controladas

2.1 – Breve caracterização do Município de Chaves e do desempenho

O Município de Chaves dispõe dos seguintes órgãos representativos, nos termos do n.º 2, art.º 5.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, que veio estabelecer o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), com as atualizações produzidas pela Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto (Lei-quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais):

 Assembleia Municipal;



 Câmara Municipal.

No relatório de prestação de contas individual, foram apresentadas evidências do desenvolvimento de esforços com vista à reposição da estabilização das dinâmicas sociais, culturais e económicas, sem descurar os investimentos nas áreas mais prioritárias cujas valências se revelam indispensáveis à melhoria das condições de vida dos flavienses e à promoção da atratividade turística do concelho e da região.

O Município garantiu a execução dos investimentos previamente aprovados, contribuindo para a mitigação do endividamento das famílias e empresas, garantindo a prossecução das estratégias prioritárias capazes de potenciar a atratividade do concelho e da região. Este processo permitiu também o reforço da qualidade dos serviços prestados e a promoção de novas fontes de geração de recursos próprios.

A elaboração e subsequente execução dos Documentos Previsionais foram orientados de forma a garantir o cumprimento dos objetivos estabelecidos e a satisfação das necessidades locais, em áreas cruciais como a educação, a ação social, a saúde, a proteção civil, a atividade económica em geral, a habitação, o abastecimento de água e saneamento, a proteção do meio ambiente e a conservação da natureza, a cultura, o turismo, as atividades industriais, os transportes e outras. Esta abordagem reflete-se tanto em atividades correntes como em investimentos contínuos no plano plurianual, demonstrando uma preocupação com a gestão eficiente dos recursos e a promoção do desenvolvimento sustentável.

As atividades de caráter cultural e social desenvolvidas pelo Município durante o ano de 2025 evidenciam o papel dinamizador e impulsionador que a Autarquia exerce e deve continuar a exercer no seio da comunidade local, procurando satisfazer as necessidades coletivas e garantir o desenvolvimento de valências capazes de responder de forma imediata às necessidades dos seus munícipes.

No dia 31 de dezembro de 2025, o quadro de pessoal do Município de Chaves contava com 763 trabalhadores, dos quais 696 possuíam um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 25 estavam sujeitos a um contrato de trabalho a termo resolutivo certo, 15 a um contrato de trabalho a termo resolutivo incerto e 37 a comissões de serviço.

Face ao resultado global apresentado no quadro 5, o exercício de 2025 encerrou com um desempenho que evidencia um equilíbrio consistente entre a execução da receita e a gestão da despesa. O orçamento final, fixado em 88 939 751,47€, foi executado de forma prudente, apurando-se um superavit orçamental, na medida em que a receita cobrada de 68 018 272,69€, superou a despesa paga que totalizou 62 265 915,74€, gerando um saldo positivo de 5 752 356,95€.

A receita total atingiu uma execução de 76,5%, destacando-se o excelente desempenho das receitas correntes, que atingiram um grau de execução de 94,90%, demonstrando estabilidade e previsibilidade na execução das receitas estruturais do Município. Em contrapartida, as receitas de capital registaram uma execução mais moderada, correspondendo a 33,32% do valor previsto, refletindo uma concretização inferior ao inicialmente estimado, associada à dinâmica de execução dos investimentos e respetivos financiamentos.

Relativamente à Despesa, a execução global de 70,01% traduz uma gestão criteriosa e controlada dos recursos disponíveis. As despesas correntes mantiveram-se alinhadas com o planeamento, apresentando uma elevada execução de 88,43%, o que evidencia o regular funcionamento dos serviços e o cumprimento das



obrigações assumidas. No que concerne às despesas de capital, o Município executou 21 894 565,23€, correspondentes a 50,58% do montante previsto, refletindo uma concretização parcial dos investimentos programados para o exercício.

Designação	Orçamento 2025		Execução Líquida (c)	Desvio	Grau de Execução (%)
	Inicial (a)	Final (b)		(b) - (c)	
Receitas	70 988 463,86 €	88 939 751,47 €	68 018 272,69 €	20 921 478,78 €	76,48%
Despesas	70 988 463,86 €	88 939 751,47 €	62 265 915,74 €	26 673 835,73 €	70,01%

Quadro 6 - Resumo da execução orçamental da Receita e Despesa - Município de Chaves

No exercício de 2025, a gestão financeira do Município pautou-se por uma elevada eficácia na cobrança de receitas correntes, atingindo um montante global de 46 966 150,37€. Este valor representa um grau de execução de 94,90% face ao orçamento corrigido, evidenciando uma forte capacidade de realização e uma gestão rigorosa dos fluxos financeiros.

A execução das receitas correntes permitiu ao Município cumprir as obrigações regulares e otimizar a gestão dos recursos financeiros, assegurando a sustentabilidade das responsabilidades assumidas perante os munícipes.

No exercício em análise, as receitas de capital evidenciam um nível de execução inferior ao inicialmente previsto, refletindo a sua natureza não recorrente e dependente da concretização de investimentos, financiamentos e outras operações específicas. O orçamento corrigido ascendia a 27 581 324,25€, tendo sido registada uma execução líquida de 9 189 523,40€, o que corresponde a um grau de execução de 33,32% e a um desvio negativo de 18 391 800,85€.

No global, as receitas de capital apresentaram uma execução parcial, condicionado sobretudo pelo faseamento de projetos e pela libertação progressiva de fundos. Apesar disso, permitiram financiar uma parte significativa dos investimentos previstos, mantendo-se adequadas à natureza extraordinária destas receitas.

No exercício de 2025, foram assumidos compromissos no montante total de 85 931 711,62€, refletindo o conjunto de responsabilidades financeiras contratadas pelo Município. Deste montante, foram pagas despesas no valor de 62 265 915,74€, correspondendo a uma taxa de execução de 70,01%, o que representa um decréscimo de 4% face ao ano anterior.

As obrigações registadas ascenderam a 63 178 589,89 €, evidenciando a despesa efetivamente constituída no período. No final do exercício, os compromissos a transitar para o ano seguinte totalizavam 22 753 121,93€, valor que corresponde as responsabilidades já assumidas, maioritariamente associadas a investimentos plurianuais e contratos em curso, cuja execução financeira se prolongará para o período seguinte.

Importa ainda referir que as obrigações por pagar ascendiam a 912 674,15€, representando um montante residual face ao total da despesa executada, o que demonstra um adequado controlo dos prazos de pagamento. Nos termos da fórmula de cálculo do PMP, definida no n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009, do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2.ª série, o Município registou, em 2025, um prazo médio de pagamento de 14 dias, evidenciando uma gestão financeira equilibrada.

A Despesa Corrente apresentou, no exercício em análise, um orçamento corrigido de 45 656 000,90€, tendo



sido executado o montante de 40 371 350,51€, o que corresponde a um grau de execução global de 88,43% e a um desvio de 5 284 650,39€ face ao previsto. Estes valores evidenciam um nível elevado de concretização da despesa corrente, revelando consistência entre o planeamento orçamental e a execução efetiva.

No que respeita às Despesas de Capital, o exercício encerrado apresenta uma dotação corrigida de 43 283 750,57€, tendo-se verificado uma execução global de 21 894 565,23€. Este valor representa um grau de execução de 50,58%, evidenciando um desvio orçamental de aproximadamente 21,4 milhões de euros face ao inicialmente previsto.

O ano de 2025 iniciou-se com um Saldo de Gerência Anterior no montante global de 14 857 698,59€, dos quais 11 860 822,69€ respeitam a operações orçamentais e 2 996 875,90€ a operações de tesouraria.

No decurso do exercício, foram arrecadadas receitas totais no valor de 57 268 712,31€, correspondendo 56 157 450,00€ a receitas orçamentais e 1 111 262,31€ a operações de tesouraria.

A despesa total ascendeu a 63 013 645,92€, sendo 62 265 915,74€ relativo a operações orçamentais e 747 730,18€ respeitantes a operações de tesouraria.

Da execução financeira apurada resulta um Saldo para a Gerência Seguinte de 9 112 764,98€, desagregado em 5 752 356,95€ do saldo orçamental e 3 360 408,03€ de saldo de tesouraria.

Em termos globais, verifica-se uma redução do saldo face ao início do exercício, refletindo um nível de despesa superior à receita arrecadada no período, sustentado pelo recurso ao saldo transitado, no quadro da execução das opções estratégicas e do plano de investimentos aprovado.

2.1.1 – Regra de Equilíbrio

Em conformidade com o disposto no art.º 30.º do Articulado do Orçamento em vigor, a utilização do saldo das operações orçamentais transitado da gerência de 2025, pode ser utilizado para efeitos de cálculo dos fundos disponíveis para o mês de janeiro de 2026, sendo esta utilização distinta da sua integração no Orçamento 2026, que ocorrerá nos termos da legislação em vigor, mediante modificação orçamental adequada.

No ano de 2025, observou-se o cumprimento da Regra do Equilíbrio Orçamental, conforme estabelecido no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual e de caráter obrigatório, tanto na fase de elaboração como na fase de execução do orçamento de 2025.

2.1.2 – Operações de Tesouraria

Em 2025, a movimentação de entrada de Operações de Tesouraria resultou num montante de 1 111 262,31€, enquanto a movimentação de saída resultou num valor de 747 730,18€ tendo transitado de 2024 um valor de 2 996 875,90€ e resultando num saldo final acumulado de Operações de Tesouraria de 3 360 408,03€, para a gerência seguinte.

2.1.3 – Limite da Dívida Total

O limite da dívida total para 2025, determinado pela majoração da média da receita corrente líquida cobrada nos três anos anteriores, foi fixado em 60 836 783,70€.

No final do ano de 2025, o Município cumpriu o limite de endividamento, conforme demonstrado no quadro



seguinte:

Resumo do Cálculo da Dívida Total	
(1) Limite para o ano 2025	60 836 783,70 €
(2) Dívida Total a 01/01/2025	15 882 329,40 €
Dívida Total incluindo dívidas não orçamentais e FAM a 31/12/2025 (3) = (4) + (5)	19 019 000,31 €
(4) Total do Passivo Exigível	18 116 231,45 €
(5) Contribuição SM, AM, SEL	902 768,86 €
Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega	2 388,07 €
Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico	13,40 €
Associação de Municípios do Alto Tâmega	216,25 €
Flavifomento - Associação para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município de Chaves	1 524,76 €
Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M., S.A.	242 573,74 €
Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega	654 882,29 €
PROCENTRO - Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves	1 170,36 €
Dívida Total excluindo não dívidas não orçamentais, capital excecionado e FAM (6) = (3) - [(7) + (8)]	14 605 601,12 €
(7) Dívidas não orçamentais	3 360 408,03 €
(8) Capital Excecionado	1 052 991,16 €
Margem absoluta (7) = (1) - (6)	46 231 182,58 €
Margem utilizável (8) x 40%	18 492 473,03 €
Variação da dívida = ((6) / (2)) - 1	-8,04%

Quadro 7 - Resumo da dívida total do Município de Chaves

2.1.4 – Análise Económica e Financeira

No exercício de 2025, o Município de Chaves registou um ativo total de 202 596 414,37€, o que traduz um acréscimo de 6 105 065,86€ face a 2024, correspondente a uma variação de 3,11%.

O ativo não corrente ascendeu a 184 116 410,89€, evidenciando um aumento de 11 920 001,05€ (6,92%) relativamente ao período homólogo. Em sentido inverso, o ativo corrente fixou-se em 18 480 003,48€, registando uma diminuição de 5 814 935,19€ (23,94%).

O passivo total atingiu 23 088 945,16€, refletindo uma redução de 1 346 525,64€ (5,53%) face a 2024. No que respeita ao passivo não corrente, este ascendeu a 12 682 562,87€, traduzindo uma diminuição de 1 226 250,76€ (8,82%). A rubrica de rendimentos a reconhecer totalizou 1 125 082,35€, mantendo-se globalmente estável face ao exercício anterior.

Por sua vez, o passivo corrente cifrou-se em 10 326 382,29€, evidenciando uma ligeira redução de 1,15% relativamente a 2024 (10 446 657,17€). Destaca-se, contudo, a evolução dos credores por acréscimos de gastos, que apresentaram um crescimento de 12%, atingindo 2 842 353,98€ no final de 2025 (2 536 796,09€ em 2024).

Em resultado do crescimento do ativo e da redução do passivo, verificou-se um reforço do património líquido, traduzindo uma melhoria da autonomia financeira e da capacidade de financiamento por capitais próprios, com impacto positivo nos indicadores de solvabilidade e sustentabilidade económico-financeira.

O resultado líquido do exercício ascendeu a 1 755 525,48€, representando um decréscimo de 48,86% face ao ano anterior. Esta evolução decorre da dinâmica dos rendimentos e gastos: os rendimentos atingiram 51 839 844,71€, registando um aumento de 8,53%, enquanto os gastos totalizaram 50 084 319,23€, com um



crescimento mais acentuado de 12,97%.

A redução do resultado líquido reflete, assim, uma compressão da margem operacional, resultante do aumento mais expressivo dos gastos face aos rendimentos.

Globalmente, a evolução observada evidencia um reforço da atividade municipal, ainda que acompanhado por um crescimento significativo da despesa, em linha com a dinâmica dos rendimentos. Não obstante, o Município mantém um resultado líquido positivo, evidenciando uma situação global de equilíbrio económico-financeiro.

2.2 – Breve caracterização das participadas e do desempenho

2.2.1 – GEMC, E.M. S.A. – Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M. S.A.



A GEMC, E.M. S.A., é uma empresa com capital social de um milhão e quinhentos mil euros, detida pela sua totalidade pelo Município de Chaves, com o seguinte objeto social:

“1. A GEMC, E.M. tem por objeto social a gestão e exploração dos seguintes equipamentos, espaços e instalações municipais:

- a) O Balneário Termal de Chaves e o Balneário Pedagógico de Vidago;*
 - b) O Complexo Lúdico da Quinta do Rebentão, onde se incluem o Parque de Campismo, as Piscinas de Recreio de Lazer e demais zonas envolventes que a constituem;*
 - c) O Parque de Estacionamento coberto do Centro Histórico, bem como, toda a rede de estacionamento público pago;*
- 2. A GEMC, E.M. exerce atividades acessórias e complementares relacionadas com o seu objeto principal, designadamente, na área do termalismo, da saúde e bem-estar, do lazer, do turismo e do ambiente, tais como, a prestação de serviços de interesse geral; a produção e distribuição de geotermia; a comercialização de produtos cosméticos e de merchandising; a exploração de bares e estabelecimentos similares situados nos espaços e equipamentos sob sua gestão; a cessão, a título oneroso ou gratuito, de espaços e equipamentos sob sua gestão, para realizações da mesma natureza promovidas por terceiros.*
- 3. A GEMC, E.M. colabora com o Município de Chaves na limpeza e higiene urbana e na manutenção de espaços públicos nas zonas respeitantes aos equipamentos que explora.*
- 4. O Município de Chaves pode delegar na GEMC, E.M. outros poderes respeitantes à prestação de serviços públicos.”*

Em 14 de novembro de 2024 o Conselho de Administração da GEMC aprovou a proposta de redução e subsequente aumento de capital da GEMC, E.M., S.A., efetivado através da substituição dos imóveis que incorporam o aumento de capital da GEMC, em espécie, por outros mais adequados à concretização do objeto social da empresa, promovendo-se a retificação da escritura pública celebrada em 16/03/2005.

Em sintonia com a deliberação do Conselho de Administração da GEMC tornou-se necessária a atualização do artigo 4.º dos Estatutos, nele passando a prever-se o capital social de um milhão e quinhentos mil euros, detido na sua totalidade pelo Município de Chaves, representado por 1 500 000 ações nominativas com o valor nominal de um euro cada.

No exercício de 2025, todos os equipamentos sob a gestão da GEMC, E.M., S.A., estiveram em atividade, tendo registado um volume de negócios de 2 916 943,19€ (dois milhões novecentos e dezasseis mil novecentos e quarenta e três euros e dezanove cêntimos), em que:



- ❏ O volume de negócios do Balneário Termal de Chaves representa 81% do volume de negócios total;
- ❏ O volume de negócios dos Parcómetros representa 8% do volume de negócios total;
- ❏ O volume de negócios do Parque de Campismo representa 5% do volume de negócios total;
- ❏ O volume de negócios das Piscinas da Quinta do Rebentão representa 3,2% do volume de negócios total;
- ❏ O volume de negócios do Parque de Estacionamento representa 1,8% do volume de negócios total;
- ❏ O volume de negócios do Balneário Pedagógico de Vidago representa 0,8% do volume de negócios total.

Durante o ano de 2025 verificou-se um acréscimo no volume de negócios de 54,41%, relativamente ao ano anterior, correspondente a 1 027 819,54€ (dum milhão, vinte e sete mil, oitocentos e dezanove euros e cinquenta e quatro cêntimos). Tal resulta dos incrementos de rendimentos verificados em quase todos os equipamentos e áreas de negócios, sendo mais significativos os verificados nos Balneários Termais de Chaves e Vidago e nos Parcómetros

2.2.1.1 – Termas de Chaves

Os rendimentos do Balneário Termal tiveram um acréscimo de 68,35% relativamente ao ano anterior, que correspondem a um aumento de 975 116,33€. Tais resultados são consequência do aumento muito significativo do número de termalistas, que foi de 35 415 face ao ano anterior, o que significa um aumento de 260%.

Embora tal crescimento se tenha verificado nos dois segmentos de atividade do Balneário [termalismo terapêutico (3%) vs termalismo de bem-estar (369%)] é inquestionável o significado que a entrada em funcionamento de novas valências termais, designadamente a abertura do Complexo Hidrodinâmico de exterior – Aquae Salutem – representa este crescimento.

O número global de termalistas foi de 49 027, dos quais 4 154 são de termalismo terapêutico e 44 873 de bem-estar, conforme tabela seguinte:

	2025		2024	
	Nº termalistas	Faturação	Nº termalistas	Faturação
Termalismo Terapêutico	4.154	943 999,49€	4.036	881 610,81€
Bem-estar Termal	44.873	1 584 280,67€	9.576	378 182,89€

Em 2025 o Balneário Termal de Chaves teve gastos de 2 273 829,24€, a que corresponde um grau de execução de 144,31%, relativamente ao orçamentado. Significa um aumento de gastos de 80.484,06€ relativamente ao ano anterior. Trata-se de um acréscimo de 796 173,94, que resulta, sobretudo, do crescimento dos gastos com o pessoal e do valor com fornecimento e serviços externos (FSE).

2.2.1.2 – Balneário Pedagógico de Vidago

O Balneário Pedagógico de Vidago, em 2025, obteve um valor total de rendimentos de 23 723 80€, com um grau de execução de 120,20% face ao valor orçamentado. Tal acréscimo, ainda que ligeiro, relativamente aos



anos anteriores, resulta exclusivamente do aumento do número de clientes, correspondente a 459 termalistas, dos quais, 61 referentes a termalismo terapêutico e 398 referentes a bem-estar.

	2025	Diferença 2025/2024		Diferença 2025/2023	
CURA	61	16	36%	27	79%
BEM-ESTAR	398	-12	-3%	108	37%
TOTAL	459	4	1%	135	42%

O Balneário Pedagógico de Vidago registou gastos de 35 492,99, sendo o grau de execução de 130,3%, relativamente ao orçamentado. Este equipamento reduziu os seus gastos, relativamente ao último ano, em 4 069,79€. Tal aumento resulta na sua quase totalidade do aumento de gastos com pessoal.

2.2.1.3 – Piscinas de recreio e lazer da Quinta do Rebentão

As piscinas de recreio e lazer da Quinta do Rebentão iniciaram a época de 2025 no dia 15 de junho 2025, obtendo um grau de execução de 98,70% face ao valor orçamentado.

Foram registadas 44 317 entradas nas Piscinas do Rebentão. Os réditos das piscinas de recreio e lazer da Quinta do Rebentão tiveram um decréscimo que se cifra em 1 186,30€ relativamente ao ano anterior.

É de salientar a função social deste equipamento, porquanto é frequentado por crianças, as quais, gratuitamente, beneficiam dos serviços prestados, que de outra forma ficariam comprometidos, pondo em causa etapas do desenvolvimento cognitivo e psicomotor daquelas crianças, com idades até aos quatro anos. Neste âmbito, em 2025, registram-se 4642 entradas gratuitas.

As piscinas de Recreio e Lazer da Quinta da Rebentão tiveram gastos de 95 145,85€, sendo o grau de execução de 98,86% face ao valor orçamentado.

De salientar que neste equipamento houve um decréscimo, relativamente ao ano transato, no que se refere a gastos com pessoal, uma vez que, no mesmo período de funcionamento, se diminuiu o número de trabalhadores afetos a tal equipamento.

2.2.1.4 – Parcómetros

Os Parcómetros estiveram em funcionamento durante todo o ano económico, tendo gerado um grau de execução de 109,50% face ao valor orçamentado. Estes equipamentos registaram um crescimento relativamente ao ano anterior, de 23 756,22€, resultante do aumento da sua utilização.

Os gastos dos Parcómetros foram de 121 536,12€. O grau de execução foi de 98,91% face ao valor orçamentado. Este equipamento registou um incremento de gastos 36 616,86€, resultante essencialmente dos gastos com pessoal e de FSE (Fornecimentos e Serviços Externos).

2.2.1.5 – Parque de campismo da Quinta do Rebentão

Os rendimentos gerados pelo Parque de Campismo da Quinta do Rebentão foram de 145 966,29€, sendo que o grau de execução foi de 111,60%. Durante o ano de 2025, o Parque de Campismo albergou 8 047 campistas o que originou um total de 27 896 dormidas.



	Número Campistas	Dormidas
2024	7.738	23.459
2025	8.047	27.896

Os gastos do Parque de Campismo da Quinta do Rebentão foram de 81 437,26€. O grau de execução foi de 183,30% relativamente ao valor orçamentado. Este equipamento registou um incremento de gastos de 29 281,95€, resultante dos gastos com pessoal e dos FSE (Fornecimentos e Serviços Externos) e, principalmente, com gastos de depreciações.

2.2.1.6 – Parque de estacionamento do Centro Histórico

Os rendimentos gerados pelo Parque de Estacionamento do Centro Histórico no ano de 2025 foram de 54 381,35€, traduzindo um grau de execução de 111,7%.

Os gastos do Parque de Estacionamento do Centro Histórico foram de 142 492,05€. O grau de execução foi 116,46% relativamente ao valor orçamentado. Este equipamento registou um aumento de gastos de 27 120,92€, resultante, sobretudo, do incremento com gastos com pessoal e dos fornecimentos externos.

2.2.1.7 – Quinta biológica da Quinta do Rebentão

Os gastos da Quinta Biológica da Quinta do Rebentão foram de 17 845,33€, sendo que o grau de execução foi de 105,24% relativamente ao valor orçamentado. É de referir que este equipamento não gera quaisquer réditos.

2.2.1.8 – Análise de Resultados

Na generalidade dos equipamentos se praticam preços sociais, dada a finalidade de interesse serviço público subjacente aos mesmos, e que não têm sofrido aumentos com o passar dos anos, pelo que o incremento dos rendimentos nos diferentes equipamentos, resulta exclusivamente do aumento do número de utentes e clientes, bem como, do incremento da procura e da dinâmica dos próprios serviços.

Sublinhe-se, também, que, comparativamente com outros estabelecimentos termais, as Termas de Chaves e o Balneário de Vidago apresentam uma oferta de tratamentos com preços inferiores aos praticados na maioria dos estabelecimentos termais, do país.

No que reporta aos gastos é de relevar que a generalidade dos equipamentos denotou acréscimo dos valores com gastos com pessoal, o que resultou dos aumentos salariais e inerentes encargos com contribuições. Contribuíram também para o avolumar dos gastos o aumento generalizado dos preços, que se verificou no ano económico de 2025, sobretudo ao nível da aquisição de bens e serviços.

O Resultado Líquido do Período referente a 2025 é de 142 930,77€.

A empresa fez um esforço de contenção de gastos, incorrendo somente nos gastos indispensáveis para a realização dos Réditos ou Rendimentos.

O prazo médio de pagamentos em 31/12/2025 foi de 38 dias, tendo diminuído em 22 dias relativamente a 31/12/2024.

No final do período não existem quaisquer dívidas ao Estado.



2.2.2 - APEPAT – Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega



A APEPAT tem como missão promover a formação de técnicos com qualificação intermédia, fundamentada em programas educativos, no ensino experimental, no desenvolvimento de capacidades, atitudes e competências e no estímulo ao empreendedorismo. Pretende qualificar os jovens para a inserção no mercado de trabalho ou para o prosseguimento de estudos e fomentar métodos de gestão baseados na autonomia, responsabilidade e conhecimento tecnológico, contribuindo assim para o desenvolvimento sociocultural e económico do território.

A APEPAT aspira a ser reconhecida como uma instituição de referência, pela qualidade da educação e formação ministrada e impacto no desenvolvimento sociocultural e económico do território do Alto Tâmega.

As atividades da Associação continuaram durante o ano de 2025, concentradas no conjunto de ações desenvolvidas pela Escola Profissional, concretizadas na oferta de Cursos Profissionais de Dupla Certificação, integrados na oferta formativa da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional – ANQEP do Ministério da Educação, mais especificamente, na promoção e desenvolvimento da Formação e Qualificação Profissional de recursos humanos no território do Alto Tâmega e Barroso, assente numa sólida formação sociocultural, científica e técnica, visando o cumprimento da escolaridade obrigatória, a empregabilidade ou o prosseguimento de estudos.

A Associação Promotora de Ensino Profissional para o Alto Tâmega, através da Escola Profissional de Chaves, conseguiu planear e cumprir um vasto e diversificado conjunto de atividades e projetos. A proatividade e espírito empreendedor da comunidade educativa traduzem resultados encorajadores para a instituição formativa, como evidência na participação em Atividades de Divulgação e Promoção, Feiras e Certames, Programas Televisivos, Visitas a Empresas, Seminários, Ações de Formação, Workshops, Atividades de Sensibilização Ambiental, Exposições, Aniversário da Escola e a Festa de Finalistas, entre outras atividades. O Plano Anual de Atividades aprovado contemplou Atividades Letivas e Não Letivas.

No período em análise registaram-se movimentos com impacto orçamental no quadro de pessoal docente da instituição. As mais relevantes aconteceram devido à denúncia de contratos de trabalho sem termo de dois docentes ao serviço, as quais ocorreram em agosto, motivadas pelo concurso ao ensino público e as consequentes contratações do Ministério da Educação, que continua a recrutar com melhores condições laborais.

Ao longo do ano 2025, a Associação contou com a colaboração de pessoal docente e não docente desagregado da seguinte forma:

i) Ano Letivo 2024/25, de janeiro a agosto de 2025

Ano Letivo 2024/25 – Comunidade Educativa		
Docentes	Direção Executiva - Contrato s/ Termo	01
	Direção Pedagógica - Contrato s/ Termo	01
	Formação - Contrato s/ Termo	06
	Formação - Contrato Tempo Indeterminado Tempo Parcial	05
	Formação - Contrato s/ Termo Tempo Parcial	08
	Formação - Contrato Termo Certo Tempo Parcial	03
	Formação - Contrato Prestação de Serviço	10
Subtotal		34



Não Docentes	Serviços Financeiros/Contabilísticos - Contrato s/ Termo	02
	Serviços Administrativos - Contrato s/ Termo	03
	Serviço Auxiliar - Contrato s/ Termo	04
	Serviço Bar/Cantina - Contrato s/ Termo	02
	Univa - Contrato s/ Termo	01
	IEFP – Programa “Contrato Emprego-Inserção”	02
Subtotal		14
Total		48

ii) Ano Letivo 2025/26, de setembro a dezembro de 2025

Ano Letivo 2025/25 – Comunidade Educativa		
Docentes	Direção Executiva - Contrato s/ Termo	01
	Direção Pedagógica - Contrato s/ Termo	02
	Formação - Contrato s/ Termo	02
	Formação – Contrato Termo Incerto	01
	Formação - Contrato Tempo Indeterminado Tempo Parcial	05
	Formação - Contrato s/ Termo Tempo Parcial	07
	Formação - Contrato Termo Certo Tempo Parcial	06
	Formação - Contrato Prestação de Serviço	07
Subtotal		31
Não Docentes	Serviços Financeiros/Contabilísticos - Contrato s/ Termo	02
	Serviços Administrativos - Contrato s/ Termo	03
	Serviço Auxiliar - Contrato s/ Termo	04
	Serviço Bar/Cantina - Contrato s/ Termo	01
	Univa - Contrato s/ Termo	01
Subtotal		11
Total		42

Foi ainda possível ver aprovada no decorrer do ano de 2025 a candidatura ao Programa “Contrato Emprego-Inserção” do IEFP, colocando este Instituto Público dois beneficiários do subsídio de desemprego no apoio ao desenvolvimento do projeto educativo da Escola e, simultaneamente, desenvolverem trabalho socialmente relevante de acordo com os objetivos do programa.

Em termos de alunos foi relevante a reposição do número de cursos/turmas e do número de alunos em frequência nos ciclos de formação, pese embora esta reposição se tenha revelado uma tarefa muito difícil, face à diminuição da população residente no território do Alto Tâmega e Barroso, com reflexos na diminuição da população escolar a frequentar o 9º ano de escolaridade de ano para ano.

A atividade Educativa e Formativa da EPC foi, ao longo do ano de 2025, concretizada com a implementação da Oferta Formativa respeitante ao ano letivo 2024/25, no período de janeiro a agosto, com 13 cursos/turmas e 198 alunos e ao ano letivo 2025/26, no período de setembro a dezembro, com 12 cursos/turmas e 189 alunos.

i) Ano Letivo 2024/25, de janeiro a agosto de 2025

Ano Letivo 2024/25			
Ano	Curso/Turma	Cod. EPC	N.º Alunos*
1º	Técnico de Cozinha/Pastelaria	CP024	19
	Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	GPSIO24	21
	Técnico de Mecatrónica	MEC024	20
	Técnico de Turismo	TUR024	17
Subtotal			77
2º	Técnico de Cozinha/Pastelaria	CP023	16
	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	GPSIO23	14
	Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores	EAC023	10
	Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade	CMRPP023	18
Subtotal			58
3º	Técnico de Cozinha/Pastelaria	CP022	09
	Técnico de Restaurante/Bar	RB022	07
	Técnico de Informática de Gestão	IG022	15
	Técnico de Mecatrónica Automóvel	MA022	18
	Técnico de Termalismo	TER022	14
Subtotal			63
Total			198

Nota: * c/ 04 Turmas Agregadas (2º Ano – GEI/EAC; 3º Ano – CP/RB).



ii) Ano Letivo 2025/26, de setembro a dezembro de 2025

Ano Letivo 2025/26			
Ano	Curso/Turma	Cod. EPC	N.º Alunos*
1º	Técnico de Cozinha/Pastelaria	CP025	17
	Técnico de Informática de Gestão	IG025	21
	Técnico de Mecatrónica	MEC025	20
	Técnico de Desporto	DSE025	18
Subtotal			76
2º	Técnico de Cozinha/Pastelaria	CP024	12
	Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	GEI024	16
	Técnico de Mecatrónica	MEC024	16
	Técnico de Turismo	TUR024	14
Subtotal			58
3º	Técnico de Cozinha/Pastelaria	CP023	16
	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	GPSI023	14
	Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores	EAC023	9
	Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade	CMRPP023	16
Subtotal			53
Total			189

Nota: * c/ 02 Turmas Agregadas (3º Ano – GPSI/EAC).

A Associação elaborou uma candidatura à Tipologia de Operação: Cursos Profissionais do Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão PESSOAS 2030, constituído por uma Contribuição Europeia — Fundo Social Europeu FSE+ e uma Contribuição Pública Nacional - Orçamento de Estado.

Para o desenvolvimento do Projeto Educativo e concretização das atividades educativas e formativas relativas ao ano de 2025, a Associação contou com as seguintes fontes de financiamento:

- ❏ Fundo Social Europeu e Segurança Social, no âmbito do Quadro Comunitário Portugal 2030 - Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão — PESSOAS 2030 Tipologia de Operação Cursos Profissionais no valor de 1 342 062,65 €;
- ❏ Fundo Social Europeu e Segurança Social, no âmbito do Quadro Comunitário Portugal 2030 - Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão – PESSOAS 2030 Tipologia de Operação Cursos Profissionais no valor de 572 030,52 € (Período setembro-dezembro - Ano Letivo 2024/2025);
- ❏ Vendas e Prestações de Serviços 29 448,26€;

A Associação empenhou-se, no cumprimento da data estabelecida, março de 2024, na renovação do selo decorrente do sistema de garantia de qualidade, alinhado com os princípios do Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade na Educação e Formação Profissional (EQAVET), garantido a melhoria dos níveis de financiamento das suas atividades e o reconhecimento da formação realizada melhorando as perspetivas de empregabilidade dos formandos da EPC e, conseqüentemente da procura por novos formandos.

Dos resultados do exercício que apresentam um saldo negativo, no valor de 9 970,86 € (nove mil novecentos e setenta euros e oitenta e seis cêntimos), propõe-se a seguinte aplicação para Resultados Transitados.

A Associação Promotora de Ensino Profissional para o Alto Tâmega, não se encontra em mora ao estado, tendo a sua situação contributiva e fiscal regularizada.

2.2.3 – Flavifomento - Associação para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município de Chaves



A FLAVIFOMENTO tem como objetivo orientar a sua atividade a partir de uma imagem de qualidade e diferenciação, assente no estabelecimento de uma inter-relação como o seu meio envolvente, através da abertura à comunidade local e zona transfronteiriça,



bem como as questões relacionadas com o ordenamento do território, preservação ambiental, desenvolvimento do tecido económico regional através do reforço, estruturação e diversificação do mesmo. Atua na valorização de recursos endógenos e a fixação da população, bem como promoção de um ambiente social mais justo.

Em termos financeiros, os recursos da Associação derivam em exclusivo de rendas que resultam do arrendamento dos espaços edificados situados no parque empresarial da cidade de Chaves, às empresas que aí se estabeleceram.

Tal edificado é propriedade do Município de Chaves, cabendo à Flavifomento a gestão e administração do mesmo, na sequência do protocolado entre as duas entidades.

Tal como sucedeu em 2024, os rendimentos do ano de 2025 são compostos exclusivamente por valores provenientes dos arrendamentos dos espaços geridos pela entidade.

No ano de 2025 esses rendimentos aumentaram cerca de 1 219,56€ face a 2024, dado que houve um aumento do valor das rendas tendo em conta o coeficiente de atualização do valor das mesmas de 1,0694% previsto para o ano de 2025.

Os benefícios dos empregados reconhecidos na Demonstração dos Resultados (5.725,63€), são benefícios de curto prazo e também os encargos sociais que ocorreram por conta da entidade e dizem respeito a todo o ano de 2025.

A Direção da Flavifomento é composta por 3 membros e o Conselho Fiscal também. Durante o ano de 2025 não ocorreram alterações nestes dois órgãos, tanto em número de membros como na sua composição.

Na sequência da atividade desenvolvida no exercício de 2025, apurou-se um resultado líquido positivo de 32 392,65€ (trinta e dois mil, trezentos e noventa e dois euros e sessenta e cinco cêntimos) pelo que foi proposto a sua transferência para Resultados Transitados.

A 31/12/2025, a entidade não tinha quaisquer dívidas em mora ao Estado, Segurança Social e Autoridade Tributária, como também não tinha salários em atraso aos seus funcionários.

2.2.4 – PROCENTRO - Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves



A PROCENTRO – Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves é uma associação privada sem fins lucrativos fundada pela Câmara Municipal de Chaves e pela ACISAT – Associação Empresarial do Alto Tâmega, em 2007/03/13, ao abrigo do Despacho n.º 261181/2005, de 29 de novembro.

Os projetos resultaram em 4 fases:

-  Investimentos públicos, da responsabilidade da autarquia;
-  Investimentos privados, feitos pelos empresários do comércio;
-  Animação comercial, da responsabilidade da ACISAT e da Autarquia;
-  Criação de uma Unidade de Gestão (a PROCENTRO).

Esta entidade tem como objetivos:



☐ Objetivos estratégicos:

- 🌐 tornar mais competitivo e dinâmico o comércio e serviços localizados no centro histórico;

☐ Objetivos complementares:

- 🌐 retificar e reanimar o centro da cidade de Chaves, tornando-o num lugar com reforçado poder de atratividade fazendo emergir uma imagem diferenciadora assente numa cultura identitária própria.

Para o ano de 2025, os valores realizados foram de 8.381,80 euros, fruto da prestação de serviços relacionada com a gestão dos mupis e aluguer de terrado da feira das velharias.

Representa uma descida de 13,49% no total dos rendimentos em relação a 2024. O total de gastos e perdas suportado foi de 8.990,51 euros que estão relacionados com as despesas normais de manutenção dos mupis e inclui uma despesa no valor de 6.000 euros pelo serviço de gestão de Tesouraria e Financeira, serviços prestados pela ACISAT por utilização dos seus meios e recursos. A associação apresenta um aumento de gastos, em termos globais, de 5,4 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

O desempenho do exercício económico de 2025 revelou-se desfavorável quando comparado com os anos anteriores. Este resultado é reflexo direto de uma diminuição no volume de negócios, especificamente nas prestações de serviços associadas à gestão de suportes publicitários (mupis), cujo rendimento não foi suficiente para cobrir a estrutura de custos fixos e operacionais da associação.

O contexto macroeconómico de 2025, marcado por uma inflação persistente a nível nacional e internacional, teve um impacto sensível no setor das organizações económicas e patronais.

Contudo, apesar das adversidades financeiras, a associação manteve-se fiel à sua missão estratégica. Continuaram a centrar os seus esforços na promoção e divulgação das atividades económicas locais e regionais, procurando atenuar os desafios impostos pela inflação e dinamizar o tecido empresarial da cidade. Esta postura de resiliência reforça o papel fundamental da associação no apoio aos seus membros, mesmo em ciclos económicos mais complexos.

Reflexo direto do resultado líquido negativo deste exercício (458,34 euros), verificou-se uma natural pressão sobre os indicadores de solvabilidade da associação. A Autonomia Financeira registou uma ligeira correção apresentando uma percentagem de 77% (menos 20% em relação ao ano anterior), resultante da diminuição dos fundos patrimoniais face ao prejuízo apurado, mantendo-se, contudo, em níveis que asseguram a estabilidade institucional.

No que respeita à Liquidez, a redução no volume de prestações de serviços traduziu-se numa menor disponibilidade de tesouraria imediata. Apesar desta contração no Ativo Corrente, a associação logrou cumprir com as suas obrigações de curto prazo junto de fornecedores e parceiros, fruto de uma gestão rigorosa do fundo de maneoio. Para o próximo ciclo, a prioridade será o reforço destes rácios, garantindo que a associação dispõe da flexibilidade financeira necessária para retomar a sua trajetória de crescimento e investimento na rede de mupis.

2.2.6 - EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A.





A EHATB, S.A. tem por objeto social as seguintes atividades:

- ☐ Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana
- ☐ Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado;
- ☐ Promoção e gestão de imóveis de habitação social;
- ☐ Produção de energia elétrica;
- ☐ Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal.

A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local.

A sociedade poderá, também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares.

O capital social da Empresa ascende a 900 000 €, repartido de igual forma por seis Municípios do Alto Tâmega e Barroso, um dos quais, o Município de Chaves.

A atividade da sociedade em 2025, manteve como principal fonte de rendimentos a produção de energia elétrica, proveniente do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, o qual contribuiu com 43,1% do total da faturação e dos Parques Eólicos de Mairos, Leiranco, Casa da Lagoa e do Parque Eólico do Alvão, os quais contribuíram com 56,9%.

À já referida atividade de produção de energia acresce a gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvalá e a prestação de serviços de assessoria às empresas:

- ☐ Atberg - Eólica do Alto Tâmega e Barroso, Lda.;
- ☐ Eólica de Atilhó, Lda.;
- ☐ Empresa Eólica do Barroso, Lda.;
- ☐ Eólica da Padrela Lda.;

E serviços de gestão integrada às empresas:

- ☐ Eólica de Montenegrelo, S.A;
- ☐ Eólica da Serra das Alturas, S.A;

Para além da atividade de produção de energia da sociedade, desenvolvida no ano de 2023, merecem também menção especial, as atividades previstas nos Contratos Programa, celebrados com os Municípios acionistas, designadamente a “Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana” e a “Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal”.

Os rendimentos da sociedade traduzem-se na venda de energia à SU Eletricidade e à Petrogal, prestação de serviços de assessoria técnica, serviços administrativos e de contabilidade às entidades.



No período em análise, o total das vendas de energia atingiu 7.898.155 €. Este valor foi significativamente influenciado pela operação do Parque Eólico do Alvão, que gerou 3.692.841 €, e pelo Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, que contribuiu com 3.402.717 €. No conjunto, a faturação dessas duas instalações totalizou 7.095.558 €.

A prestação de serviços que representa, somente, 3,9% do volume de negócios registou uma diminuição 2.152 € (-0,7%). Esta diminuição resultou, da variação negativa, nas prestações de serviço, O&M, prestados a ATBERG e a Eólica de Atilhó, (-9% e — 2% respetivamente).

Os rendimentos globais da sociedade, no período, atingiram o montante de 8.699.211 €, inferior a 2024 em - 3.366.596 € (-27,9%). Para esta quebra dos rendimentos globais contribuiu, substancialmente, a quebra das vendas de eletricidade, em 3.024.025 € (-27,7%), e os citados outros rendimentos, também aquém dos quantitativos de 2024.

As vendas de energia dos centros produtores “Hídricos e Eólicos” desempenham um papel crucial no rendimento da empresa, representando 90,8% do total dos rendimentos. Isso demonstra a importância dessas fontes de energia para a sustentabilidade financeira da empresa.

Os gastos registados no período, no montante de 8.083.295 €, sem impostos, traduzem os dispêndios associados quer à atividade de produção de energia quer à satisfação dos objetivos traçados para a execução das atividades constantes dos contratos programa, os quais tiveram um impacto no total dos gastos, de 4.981.236 €.

A EHATB, regista no final do exercício, um resultado líquido do período positivo de 342.470,20€, tendo registado um decréscimo, face ao ano anterior, de 1.118.534 €. Esse resultado foi, significativamente, influenciado pela quebra de rendimentos em -3.366.596€, que os gastos não conseguiram acompanhar.

O Imposto sobre o rendimento (IRC) atingiu, neste período, o montante de 273.446 €, traduzindo-se numa taxa efetiva de 44,4%

2.3 – Perspetiva futura do Grupo Consolidado

Após a análise efetuada, que reflete a evolução da posição económica e financeira do Grupo Consolidado, conclui-se que o desempenho da sua atividade em 2025 foi, de um modo geral, positivo. A estratégia adotada, assente na reponderação das prioridades municipais, na estabilidade da despesa pública e no esforço de arrecadação de receita municipal, revelou-se eficaz, sem que tenham sido implementadas medidas suscetíveis de afetar os rendimentos da população do concelho.

No decurso do ano de 2025, o Grupo procedeu ao enriquecimento do seu património, assegurou a prestação de serviços de qualidade aos cidadãos e concretizou obras significativas, visíveis, úteis e sustentáveis.

O Grupo mantém o compromisso de adotar estratégias que permitam valorizar e potenciar todos os recursos naturais e humanos ao seu dispor. Neste contexto, importa destacar o património natural do concelho, que inclui um recurso único no mundo: a água termal. Paralelamente, assume igualmente particular relevância à riqueza histórica, patrimonial e cultural do município.

A liquidação da entidade Vidagustermas ficou concluída no decurso do exercício, tendo sido assegurado o



cumprimento dos procedimentos legais, contabilísticos e fiscais aplicáveis. Esta operação enquadra-se no processo de racionalização e reorganização da estrutura societária do Grupo, não tendo resultado impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas, para além dos efeitos inerentes ao encerramento da atividade e à extinção da sociedade.

A estratégia coletiva do Grupo continuará centrada na otimização de todos os recursos do município, com o objetivo de promover o desenvolvimento económico, social, cultural e artístico do concelho, contribuindo de forma sustentada para a valorização do território e para a melhoria da qualidade de vida da população.

III – Análise Económica e Financeira Consolidada

Os princípios aplicáveis à preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas encontram-se estabelecidos na **Norma de Contabilidade Pública 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas**.

No âmbito da consolidação de contas, o Município aplicou o método de consolidação integral, em conformidade com a **NCP 22**, bem como o **método da equivalência patrimonial (MEP)**, nos termos da **NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos**.

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas referente ao período em análise, apresenta-se seguidamente uma análise das principais variações verificadas na posição financeira e no desempenho do Grupo.

3.1 – Análise ao Balanço Consolidado

O balanço evidencia a posição patrimonial do grupo consolidado no momento do encerramento do exercício, encontrando-se estruturado em ativo, património líquido e passivo, desagregados em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogéneos:

- ☐ Ativo integra os bens e direitos, bem como os gastos a reconhecer;
- ☐ O Passivo integra as obrigações e os rendimentos a reconhecer;
- ☐ Património Líquido corresponde ao valor residual dos ativos após dedução dos passivos.

O balanço consolidado, reportado ao termo do exercício económico, evidencia a situação financeira e patrimonial do Município de Chaves, da GEMC, EM SA, da APEPAT, da FLAVIFOMENTO e da PROCENTRO, apresentando de forma organizada e sistematizada dos ativos, passivos e capitais próprios do Grupo.

A posição financeira e patrimonial da EHATB encontra-se refletida através da aplicação do método de equivalência patrimonial.

No âmbito do SNC-AP, o relato financeiro das entidades públicas tem como principal objetivo disponibilizar informação útil aos seus diversos utilizadores, designadamente para efeitos de prestação de contas, responsabilização e apoio à tomada de decisões.

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao período em análise, a informação subsequente apresenta uma análise das principais variações ocorridas na posição financeira e no desempenho.



3.1.1 – Estrutura do Ativo

Em 31 de dezembro de 2025, o ativo consolidado do Grupo Autárquico ascendeu a 205 481 645,71€, evidenciando um aumento de 5 759 577,61€ face ao exercício de 2024, correspondente a uma variação positiva de 2,88%.

ATIVO	31/12/2025	Peso (%)	31/12/2024	Peso (%)	Variação	
					€	%
Ativo não corrente	184 348 045,53 €	89,72%	172 731 300,91 €	86,49%	11 616 744,62 €	6,73%
Ativos fixos tangíveis	175 026 164,07 €	85,18%	163 849 440,59 €	82,04%	11 176 723,48 €	6,82%
Propriedades de investimento	2 409 628,27 €	1,17%	2 526 590,00 €	1,27%	- 116 961,73 €	-4,63%
Ativos intangíveis	1 605 238,78 €	0,78%	923 363,58 €	0,46%	681 875,20 €	73,85%
Participações financeiras	5 148 192,94 €	2,51%	5 351 996,38 €	2,68%	- 203 803,44 €	-3,81%
Diferimentos	109 622,96 €	0,05%		0,00%	109 622,96 €	100,00%
Outros investimentos financeiros	9 366,75 €	0,00%	15 087,77 €	0,01%	- 5 721,02 €	-37,92%
Ativos por impostos diferidos	39 831,76 €	0,02%	64 822,59 €	0,03%	- 24 990,83 €	-38,55%
Ativo corrente	21 133 600,18 €	10,28%	26 990 767,19 €	13,51%	- 5 857 167,01 €	-21,70%
Inventários	258 541,57 €	0,13%	239 184,15 €	0,12%	19 357,42 €	8,09%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	58 796,12 €	0,03%	56 782,69 €	0,03%	2 013,43 €	3,55%
Clientes, contribuintes e utentes	1 583 700,12 €	0,77%	1 156 356,15 €	0,58%	427 343,97 €	36,96%
Adiantamento a fornecedores	67,39 €	0,00%	- €	0,00%	67,39 €	0,00%
Estado e outros entes públicos	26 273,40 €	0,01%	78 921,19 €	0,04%	- 52 647,79 €	-66,71%
Outras contas a receber	9 179 465,82 €	4,47%	9 052 856,60 €	4,53%	126 609,22 €	1,40%
Diferimentos	12 019,20 €	0,01%	19 257,11 €	0,01%	- 7 237,91 €	-37,59%
Outros ativos financeiros	13 840,71 €	0,01%		0,00%	13 840,71 €	100,00%
Caixa e depósitos	10 000 895,85 €	4,87%	16 387 409,30 €	8,21%	- 6 386 513,45 €	-38,97%
Total Ativo	205 481 645,71 €	100,00%	199 722 068,10 €	100,00%	5 759 577,61 €	2,88%

Quadro 8 - Estrutura Ativo (Balanço)

A estrutura do ativo mantém-se fortemente concentrada no ativo não corrente, que representa 89,72% do total do ativo, no montante de 184 348 045,53€, registando um crescimento de 11 616 744,62€ (6,73%) relativamente ao exercício anterior. Esta evolução resulta essencialmente do aumento dos ativos fixos tangíveis, que ascenderam a 175 026 164,07€, correspondendo a 85,18% do ativo total, refletindo um acréscimo de 11 176 723,48€ (6,82%). Esta variação encontra-se associada, sobretudo, ao investimento realizado pela autarquia e pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação em infraestruturas, equipamentos e restantes bens de domínio público e patrimonial.

Os ativos intangíveis registaram igualmente uma evolução significativa, aumentando 681 875,20€ (73,85%), atingindo 1 605 238,78€, situação que está relacionada com investimentos em software, sistemas de informação, projetos digitais ou outros ativos incorpóreos.

Em sentido inverso, verificou-se uma redução nas rubricas de propriedades de investimento (-4,63%), participações financeiras (-3,81%), outros investimentos financeiros (-37,92%) e ativos por impostos diferidos (-38,55%), movimentos que, contudo, não alteram significativamente a composição global do ativo consolidado.

O ativo corrente totalizou 21 133 600,18€, representando 10,28% do ativo total, traduzindo uma diminuição de 5 857 167,01€ (21,70%) face ao exercício de 2024. Esta redução decorre, essencialmente, da diminuição da



rubrica de caixa e depósitos, que passou de 16 387 409,30€ para 10 000 895,85€, correspondendo a uma redução de 6 386 513,45€ (38,97%). Esta evolução reflete a utilização de disponibilidades financeiras para financiamento da atividade operacional e da execução do investimento municipal.

Apesar da redução, algumas rubricas do ativo corrente evidenciaram crescimento, designadamente:

- 🌐 Clientes, contribuintes e utentes, com um aumento de 427 343,97€ (36,96%);
- 🌐 Inventários, que cresceram 8,09%;
- 🌐 Outras contas a receber, com um acréscimo de 126 609,22€ (1,40%).

Por outro lado, a rubrica Estado e outros entes públicos apresentou uma redução de 52 647,79€ (-66,71%), refletindo a diminuição de valores a recuperar junto da Administração Pública.

A evolução verificada demonstra, assim, uma consolidação da base patrimonial do Grupo Autárquico, alinhada com os objetivos de investimento público local e de prossecução das atribuições municipais, mantendo-se globalmente equilibrada a estrutura do ativo consolidado no final do exercício de 2025.

3.1.2 – Estrutura do Passivo

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo consolidado do Grupo Autárquico ascendia a 25 844 267,80€, registando uma diminuição de 3 958 646,23€ face ao exercício de 2024, correspondente a uma redução de 13,28%. Esta evolução traduz uma diminuição do nível global de responsabilidades financeiras do grupo municipal, contribuindo para o reforço da sua posição financeira consolidada.

PASSIVO	31/12/2025	Peso (%)	31/12/2024	Peso (%)	Variação	
					€	%
Passivo não corrente	13 301 079,08 €	51,47%	13 958 813,63 €	57,42%	- 3 813 077,76 €	-22,28%
Provisões	975 277,38 €	3,77%	1 024 628,68 €	3,44%	- 49 351,30 €	-4,82%
Financiamentos obtidos	8 045 193,80 €	31,13%	8 666 245,98 €	29,08%	- 621 052,18 €	-7,17%
Fornecedores	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00%	- €	0,00%
Diferimentos	1 112 595,76 €	4,31%	1 112 595,76 €	3,73%	- €	0,00%
Impostos diferidos	2 912 624,53 €	11,27%	3 155 343,21 €	10,59%	- 242 718,68 €	-7,69%
Outras contas a pagar	255 387,61 €	0,99%	255 387,61 €	10,59%	255 387,61 €	100,00%
Passivo corrente	12 543 188,72 €	48,53%	12 688 757,19 €	42,58%	- 145 568,47 €	-1,15%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Fornecedores	848 390,24 €	3,28%	1 671 473,36 €	5,61%	- 823 083,12 €	-49,24%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Estado e outros entes públicos	569 583,20 €	2,20%	475 522,28 €	1,60%	94 060,92 €	19,78%
Financiamentos obtidos	1 716 240,81 €	6,64%	2 189 558,40 €	7,35%	- 473 317,59 €	-21,62%
Fornecedores de investimentos	601 903,10 €	2,33%	612 127,57 €	2,05%	- 10 224,47 €	-1,67%
Outras contas a pagar	7 561 162,36 €	29,26%	6 677 935,53 €	22,41%	883 226,83 €	13,23%
Outros passivos financeiros	6 000,00 €	0,02%	0,00%	0,00%	6 000,00 €	100,00%
Diferimentos	1 239 909,01 €	4,80%	1 062 140,05 €	3,56%	177 768,96 €	16,74%
Total Passivo	25 844 267,80 €	100,00%	26 647 570,82 €	100,00%	- 3 958 646,23 €	-13,28%

Quadro 9 - Estrutura do Passivo (Balanço)

O passivo não corrente totalizou 13 301 079,08€, representando 51,47% do passivo total, quando em 2024 representava 57,42%. Esta rubrica apresentou uma redução de 3 813 077,76€, refletindo essencialmente:



- a diminuição dos financiamentos obtidos em 621 052,18€, decorrente da amortização regular da dívida de médio e longo prazo;
- a redução dos impostos diferidos em 242 718,68€;

As provisões apresentaram igualmente uma ligeira diminuição de 4,82%, situando-se em 975 277,38€, refletindo uma redução das responsabilidades estimadas associadas a riscos e encargos futuros.

Os diferimentos mantiveram-se estáveis no montante de 1 112 595,76€, sem variação face ao exercício anterior.

Relativamente ao passivo corrente, este ascendeu a 12 543 188,72€, representando 48,53% do passivo total, registando uma ligeira redução de 1,15% face a 2024.

Apesar da relativa estabilidade global desta componente, observaram-se variações relevantes em determinadas rubricas.

A rubrica fornecedores apresentou uma diminuição significativa de 823 083,12€, passando de 1 671 473,36€ para 848 390,24€, refletindo uma gestão mais eficiente dos compromissos assumidos e uma melhoria dos prazos médios de pagamento a fornecedores.

Os financiamentos obtidos de curto prazo diminuíram 21,62%, situando-se em 1 716 240,81€, evidenciando igualmente uma redução do endividamento exigível no curto prazo.

Em contrapartida, verificou-se um aumento da rubrica outras contas a pagar, que ascendeu a 7 561 162,36€, representando 29,26% do passivo total, com um acréscimo de 883 226,83€ face ao exercício anterior. Esta evolução decorre essencialmente do aumento de responsabilidades de natureza operacional e financeira reconhecidas no final do exercício, associadas à atividade desenvolvida pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação.

A rubrica Estado e outros entes públicos registou igualmente um aumento de 19,78%, enquanto os diferimentos aumentaram 16,74%.

A evolução verificada demonstra uma trajetória de consolidação financeira positiva, traduzida na diminuição do passivo total e no reforço da sustentabilidade financeira do Grupo Autárquico no exercício de 2025.

3.1.3 – Estrutura do Património Líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o património líquido consolidado do Grupo Autárquico ascendia a 179 587 469,21€, registando um aumento de 7 451 591,50€ face ao exercício de 2024, correspondente a uma variação positiva de 4,33%. Esta evolução evidencia o reforço da posição patrimonial consolidada do Grupo Autárquico ao longo do exercício.

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	31/12/2025	Peso (%)	31/12/2024	Peso (%)	Variação	
					€	%
Património Líquido	179 587 469,21 €	100,00%	172 135 877,71 €	100,00%	7 451 591,50 €	4,33%
Património/Capital	70 325 775,69 €	39,16%	69 692 596,53 €	40,49%	633 179,16 €	0,91%
Reservas	8 727 979,44 €	4,86%	8 556 349,89 €	4,97%	171 629,55 €	2,01%



Resultados transitados	9 841 375,87 €	5,48%	6 715 320,57 €	3,90%	3 126 055,30 €	46,55%
Excedentes de Revalorização	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Ajustamentos em ativos financeiros	8 695 460,36 €	4,84%	7 734 732,99 €	4,49%	960 727,37 €	12,42%
Outras variações no património líquido	80 241 352,37 €	44,68%	76 004 286,73 €	44,15%	4 237 065,64 €	5,57%
Resultado líquido do período	1 755 525,48 €	0,98%	3 432 591,00 €	1,99%	-1 677 065,52 €	-48,86%
Total Património Líquido	179 587 469,21 €	100,00%	172 135 877,71 €	100,00%	7 451 591,50 €	4,33%
Interesses que não controlam	49 908,70 €		938 619,57 €			
Total Património Líquido com interesses minoritários	179 637 377,91 €		173 074 497,28 €			

Quadro 10 - Estrutura Património Líquido (Balanço)

A rubrica património/capital apresentou um acréscimo de 0,91%, situando-se em 70 325 775,69€, mantendo-se como uma das principais componentes do património líquido, representando 39,16% do total.

As reservas registaram igualmente uma evolução positiva, aumentando 171 629,55€ para 8 727 979,44€, refletindo o reforço gradual da capacidade patrimonial consolidada.

Os resultados transitados evidenciaram um crescimento expressivo de 3 126 055,30€, ascendendo a 9 841 375,87€, traduzindo a incorporação de resultados positivos de exercícios anteriores e o reforço da situação líquida consolidada do grupo autárquico.

A rubrica ajustamentos em ativos financeiros aumentou 12,42%, totalizando 8 695 460,36€, refletindo as variações registadas na valorização financeira de ativos detidos pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Por sua vez, as outras variações no património líquido ascenderam a 80 241 352,37€, representando 44,68% do património líquido total, registando um acréscimo de 5,57%. Esta evolução decorre, essencialmente, das variações patrimoniais associadas ao reconhecimento de subsídios ao investimento, transferências de capital e outros movimentos patrimoniais relevados diretamente no património líquido consolidado.

O resultado líquido consolidado do período fixou-se em 1 755 525,48€, traduzindo uma redução de -48,86% relativamente ao exercício anterior. Não obstante esta diminuição, o grupo autárquico manteve um resultado líquido positivo, contribuindo para o reforço da sua posição patrimonial consolidada.

Relativamente aos interesses que não controlam, verificou-se uma redução significativa, passando de 938 619,57€ em 2024 para 49 908,70€ em 2025, refletindo a diminuição da participação de interesses minoritários no capital próprio das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Em termos globais, a evolução do património líquido consolidado evidencia um reforço da autonomia financeira e patrimonial do Grupo Autárquico, sustentado pela consolidação de resultados acumulados positivos e pelo aumento das componentes patrimoniais associadas ao investimento e ao financiamento de capital. A estrutura patrimonial consolidada mantém-se, assim, sólida e equilibrada no final do exercício de 2025, refletindo a capacidade do Grupo Municipal para assegurar a sustentabilidade financeira da sua atividade e dos investimentos realizados.

3.2 – Análise da Demonstração Consolidada de Resultados

O mapa contabilístico em apreço evidencia os resultados das operações económicas (ganhos e perdas) do



Grupo no decurso do exercício, facultando a avaliação da aplicação dos resultados consolidados.

Relativamente à atividade desenvolvida ao longo do exercício do Grupo, registou um total de gastos no montante de 54 252 150,47€ e de rendimentos no valor de 56 053 017,12€, apurando-se, deste modo, um resultado antes de imposto de 1 800 866,65€.

O imposto sobre o rendimento do período apresentou um valor negativo de 45 341,17€, influenciado pelo reconhecimento de ativos por impostos diferidos das entidades participadas GEMC, APEPAT e FLAVIFOMENTO.

Deste modo, o resultado líquido do período ascende a 1 755 525,48€, evidenciado um desempenho económico positivo, reforçando a sustentabilidade económico-financeira do Grupo Autárquico.

3.2.1 – Estrutura de Rendimentos

No exercício de 2025, os rendimentos consolidados do Grupo Autárquico ascenderam a 56 053 017,12€, registando um aumento de 5 078 979,16€ face ao exercício anterior, correspondente a uma variação positiva de 9,96%. Esta evolução evidencia um reforço da capacidade de geração de rendimentos do Grupo Autárquico, sustentado sobretudo pelo aumento das transferências correntes, das prestações de serviços e dos subsídios à exploração.

Rendimentos	31/12/2025	Peso (%)	31/12/2024	Peso (%)	Variação	
					€	%
Impostos, contribuições e taxas	9 844 501,40 €	17,56%	9 441 569,94 €	18,52%	402 931,46 €	4,27%
Vendas	2 768 124,67 €	4,94%	2 630 502,11 €	5,16%	137 622,56 €	5,23%
Prestações de serviços e concessões	6 958 919,69 €	12,41%	5 745 486,74 €	11,27%	1 213 432,95 €	21,12%
Subsídios à exploração	1 364 639,70 €	2,43%	1 362,58 €	0,00%	1 363 277,12 €	100051,16%
Transferências e subsídios correntes obtidos	27 953 190,64 €	49,87%	25 808 706,92 €	50,63%	2 144 483,72 €	8,31%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	354 128,89 €	0,63%	562 876,93 €	1,10%	- 208 748,04 €	-37,09%
Trabalhos para a própria entidade	293 597,34 €	0,52%	186 225,79 €	0,37%	107 371,55 €	57,66%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)	49 351,30 €	0,09%	- €	0,00%	49 351,30 €	100,00%
Outros rendimentos	6 443 075,22 €	11,49%	6 502 501,68 €	12,76%	- 59 426,46 €	-0,91%
Juros e rendimentos similares obtidos	23 488,27 €	0,04%	94 805,27 €	0,19%	- 71 317,00 €	-75,22%
Total	56 053 017,12 €	100,00%	50 974 037,96 €	100,00%	5 078 979,16 €	9,96%

Quadro 11 - Estrutura de Rendimento (DR)

A principal componente dos rendimentos consolidados continua a corresponder à rubrica transferências e subsídios correntes obtidos, que totalizou 27 953 190,64€, representando 49,87% do total dos rendimentos, com um acréscimo de 8,31% relativamente a 2024. Esta evolução reflete o reforço das transferências correntes provenientes da Administração Central e de outras entidades financiadoras, no âmbito da atividade desenvolvida pelo Grupo Autárquico.

Os impostos, contribuições e taxas ascenderam a 9 844 501,40€, correspondendo a 17,56% do total dos rendimentos, registando um aumento de 4,27%. Esta evolução demonstra um comportamento favorável da receita fiscal e das restantes receitas próprias municipais ao longo do exercício.

A rubrica prestações de serviços e concessões apresentou um crescimento expressivo de 1 213 432,95€,



atingindo 6 958 919,69€. Este incremento justifica-se pelo alargamento da atividade das participadas, com particular incidência no volume de negócios gerado pela prestação de serviços e pelas concessões integradas no perímetro de consolidação.

As vendas registaram igualmente uma evolução positiva, aumentando 137 622,56€ para 2 768 124,67€.

Destaca-se ainda o aumento significativo dos subsídios à exploração, que passaram de 1 362,58€ em 2024 para 1 364 639,70€ em 2025. Esta variação reflete o reforço do financiamento externo para a cobertura de gastos de funcionamento, evidenciando uma maior captação de incentivos para a prossecução das missões operacionais das entidades que integram o perímetro de consolidação, nomeadamente a entidade APEPAT.

A rubrica trabalhos para a própria entidade aumentou 57,66%, refletindo o reforço de investimentos executados por administração direta.

Em sentido inverso, verificou-se uma diminuição dos rendimentos/gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos, que reduziram 208 748,04€, bem como dos juros e rendimentos similares obtidos, que apresentaram uma redução de 75,22%, refletindo a diminuição dos rendimentos financeiros obtidos no exercício.

Os outros rendimentos mantiveram-se relativamente estáveis, registando uma ligeira redução de 0,91%, ascendendo a 6 443 075,22€.

Em termos globais, a evolução dos rendimentos consolidados evidencia um reforço da capacidade financeira e operacional do Grupo Autárquico, suportado pelo aumento das receitas correntes, das prestações de serviços e dos apoios financeiros obtidos, contribuindo para a manutenção de resultados positivos e para a sustentabilidade económico-financeira consolidada do exercício de 2025.

3.2.2 – Estrutura de Gastos

No exercício de 2025, os gastos consolidados do Grupo Autárquico ascenderam a 54 252 120,47€, registando um aumento de 6 728 795,61€ face ao exercício anterior, correspondente a uma variação positiva de 14,16%. Esta evolução reflete o acréscimo da atividade operacional, o aumento dos encargos associados à prestação de serviços e o reforço da execução das competências e investimentos das entidades integradas no perímetro de consolidação.

Gastos	31/12/2025	Peso (%)	31/12/2024	Peso (%)	Variação	
					€	%
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	2 609 960,04 €	4,81%	2 306 462,72 €	4,85%	303 497,32 €	13,16%
Fornecimentos e serviços externos	16 319 081,90 €	30,08%	13 864 508,68 €	29,17%	2 454 573,22 €	17,70%
Gastos com pessoal	19 641 690,88 €	36,20%	17 317 206,60 €	36,44%	2 324 484,28 €	13,42%
Transferências e subsídios concedidos	4 624 308,61 €	8,52%	3 410 312,70 €	7,18%	1 213 995,91 €	35,60%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	180 366,21 €	0,33%	57 253,84 €	0,12%	123 112,37 €	100,00%
Provisões (aumentos/reduções)	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	100,00%
Outros gastos	2 743 723,45 €	5,06%	2 630 289,15 €	5,53%	113 434,30 €	4,31%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	7 675 466,54 €	14,15%	7 281 427,16 €	15,32%	394 039,38 €	5,41%
Juros e gastos similares suportados	457 552,84 €	0,84%	655 864,01 €	1,38%	- 198 311,17 €	-30,24%
Total	54 252 150,47 €	100,00%	47 523 324,86 €	100,00%	6 728 825,61 €	14,16%

Quadro 12 - Estrutura dos Gastos (DR)



Os gastos com pessoal mantiveram-se como a principal componente da estrutura de gastos consolidada, totalizando 19 641 690,88€, correspondendo a 36,20% do total dos gastos, o que representa um aumento de 13,42% face a 2024. Esta evolução encontra-se associada, essencialmente, à atualização remuneratória dos trabalhadores, à valorização das carreiras e ao reforço dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento da atividade municipal e das entidades participadas.

Os fornecimentos e serviços externos ascenderam a 16 319 081,90€, representando 30,08% do total dos gastos, registando um acréscimo de 2 454 573,22€. Esta variação reflete o aumento dos encargos relacionados com aquisição de bens e serviços indispensáveis ao funcionamento das atividades municipais, bem como o impacto da inflação e do aumento generalizado dos custos operacionais.

O custo das mercadorias vendidas, matérias consumidas e inventários transferidos aumentou 13,16%, fixando-se em 2 609 960,04€, refletindo o aumento dos consumos associados à atividade desenvolvida pelas entidades consolidadas.

A rubrica transferências e subsídios concedidos apresentou um crescimento significativo de 1 213 995,91€, atingindo 4 624 308,61€, evidenciando o reforço do apoio financeiro concedido no âmbito das competências municipais, designadamente a entidades, associações e projetos de interesse público local.

Os gastos/reversões de depreciação e amortização ascenderam a 7 675 466,54€, correspondendo a 14,15% do total dos gastos, registando um aumento de 5,41%, refletindo o impacto do investimento realizado e da entrada em funcionamento de novos ativos.

O aumento verificado na rubrica de imparidades, que atingiu o valor de 180 366,21€, resulta do reconhecimento de gastos por ajustamento em ativos não financeiros. Este acréscimo de 123 112,37€ traduz o esforço da entidade em adequar o valor contabilístico dos créditos ao seu valor realizável líquido, face às evidências de risco de cobrança.

Os outros gastos registaram uma variação moderada de 4,31%, totalizando 2 743 723,45€.

Em sentido inverso, os juros e gastos similares suportados diminuíram 30,24%, fixando-se em 457 552,84€, refletindo a redução do endividamento financeiro e/ou a melhoria das condições de financiamento do Grupo Autárquico.

Em termos globais, a evolução dos gastos consolidados evidencia um aumento da atividade operacional e do esforço financeiro associado à prestação de serviços, ao investimento e ao apoio às entidades locais. Apesar do crescimento generalizado dos gastos, o Grupo Autárquico manteve uma capacidade de geração de rendimentos suficiente para assegurar resultados líquidos positivos no exercício de 2025, reforçando a sustentabilidade económico-financeira consolidada.

3.3 – Principais Indicadores Económico-Financeiro

A análise dos principais indicadores económico-financeiros permite uma apreciação sintética do desempenho do Grupo Autárquico no decurso do exercício, designadamente ao nível da rentabilidade, eficiência operacional, estrutura financeira e liquidez. Os indicadores apresentados constituem, assim, instrumentos relevantes para a avaliação da evolução da atividade e da posição financeira consolidada, bem como para o



apoio à tomada de decisão estratégica.

Indicadores		2025	2024
RENTABILIDADE			
Rentabilidade do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	0,98%	1,98%
Rentabilidade Ativo	Resultado Líquido/Ativo	0,85%	1,72%
Rentabilidade Económica	EBITDA/ATIVO	5,08%	7,10%
Margem EBITDA	EBITDA/Vendas, Serviços Prestados e impostos e taxas	53,34%	79,62%
ESTRUTURA FINANCEIRA			
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo Total	695,08%	580,73%
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo Total	87,42%	86,66%
Endividamento	Passivo/Ativo	12,58%	14,92%
Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais/Gastos Financeiros	604,14%	1052,79%
LIQUIDEZ			
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	1,68	2,13
Liquidez Imediata	Ativo Corrente-Inventários/Passivo Corrente	1,66	2,11

Quadro 13 - Indicadores Económico-financeiro

Da análise dos indicadores económico-financeiros conclui-se que o Grupo Autárquico mantém uma situação financeira globalmente sólida e equilibrada, evidenciada pelos elevados níveis de autonomia financeira e pela redução do endividamento.

Apesar da diminuição dos indicadores de rentabilidade e liquidez face ao exercício anterior, resultante do aumento dos gastos operacionais e da redução das disponibilidades financeiras, o Grupo continua a apresentar capacidade para assegurar o cumprimento das suas obrigações financeiras de curto e médio prazo, mantendo resultados líquidos positivos e uma estrutura financeira estável e sustentável.

3.4 – Dívida Consolidada

A dívida consolidada reflete o conjunto das responsabilidades financeiras assumidas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, constituindo um indicador relevante para a avaliação da sustentabilidade financeira do Grupo Autárquico, da sua capacidade de cumprimento dos compromissos assumidos e da margem disponível para financiamento futuro.

Stock da Dívida - Empréstimos Bancários (31/12/2025)									
Descrição	Município de Chaves	GEMC	APEPAT	Flavifomento	VidagusTermas	Procentro	Total	Eliminação de créditos / Dívidas recíprocas	Grupo Consolidado
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	(8)	(10)=(7)-(8)
Empréstimos Bancários - Passivo Corrente	1 716 240,81 €						1 716 240,81 €		1 716 240,81 €
Empréstimos Bancários - Passivo não Corrente	7 732 065,20 €		313 128,60 €				8 045 193,80 €		8 045 193,80 €
Total	9 448 306,01 €	- €	313 128,60 €	- €	- €	- €	9 761 434,61 €	- €	9 761 434,61 €

Quadro 14 - Stock da dívida - Empréstimos bancários



Stock da Dívida - Corrente (31/12/2025)

Descrição	Município de Chaves (1)	GEMC (2)	APEPAT (3)	Flavifomento (4)	VidagusTermas (5)	Procentro (6)	Total (7)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	Eliminação de créditos / Dívidas recíprocas (8)	Grupo Consolidado (10)=(7)-(8)
Fornecedores	752 785,05 €	76 708,63 €	18 092,16 €			804,40 €	848 390,24 €		848 390,24 €
Estado e outros entes públicos	385 645,80 €	139 143,75 €	40 817,72 €	2 439,62 €		1 536,31 €	569 583,20 €		569 583,20 €
Financiamentos obtidos	1 716 240,81 €		- €				1 716 240,81 €		1 716 240,81 €
Fornecedores de Investimento	601 903,10 €						601 903,10 €		601 903,10 €
Outras contas a pagar	6 837 320,94 €	316 331,42 €	387 510,00 €			6 000,00 €	7 547 162,36 €		7 547 162,36 €
Diferimentos	12 486,59 €	13 510,50 €	1 210 130,35 €	3 781,57 €			1 239 909,01 €		1 239 909,01 €
Total	10 306 382,29 €	545 694,30 €	1 656 550,23 €	6 221,19 €	- €	8 340,71 €	12 523 188,72 €	- €	12 523 188,72 €

Quadro 15 - Stock da dívida corrente

Em 31 de dezembro de 2025, o stock da dívida consolidada relativa a empréstimos bancários ascendia a 9 761 434,61€, não se verificando ajustamentos decorrentes da eliminação de créditos e dívidas recíprocas entre entidades do grupo.

A componente mais significativa corresponde aos empréstimos bancários do Município de Chaves, no montante de 9 448 306,01€, representando cerca de 96,79% da dívida bancária consolidada. A entidade APEPAT registava igualmente responsabilidades financeiras associadas a empréstimos bancários no valor de 313 128,60€.

Relativamente à dívida corrente consolidada, esta ascendia a 12 523 188,72€ em 31 de dezembro de 2025, destacando-se as rubricas de outras contas a pagar, financiamentos obtidos de curto prazo e diferimentos.

Em termos globais, a estrutura da dívida consolidada evidencia uma situação financeira equilibrada e sustentável, caracterizada por um nível de endividamento moderado e compatível com a capacidade financeira e operacional do Grupo Autárquico.

IV – Análise Orçamental Consolidada

A análise dos indicadores orçamentais consolidados evidencia a evolução da execução orçamental do Grupo Autárquico no exercício de 2025, permitindo avaliar o equilíbrio entre receitas e despesas correntes e de capital, bem como a capacidade de financiamento da atividade desenvolvida.

	Indicadores	2025	2024	Variação (%)
Saldo Corrente	Receita Corrente-Despesa Corrente	6 594 799,86 €	7 882 542,70 €	-16,34%
Saldo de Capital	Receita de Capital-Despesa de Capital	- 11 673 047,42 €	- 4 129 629,79 €	182,67%
Saldo Primário	Receita Efetiva-Despesa Efetiva + Juros e outros encargos	- 4 690 115,26 €	4 367 476,78 €	-207,39%
Saldo Global	Receita Efetiva-Despesa Efetiva	- 5 076 471,33 €	3 803 352,20 €	-233,47%
Grau de realização das Liquidações	Recebimentos/Pagamentos	1,0924	1,2133	-9,96%

Quadro 16 - Indicadores Orçamentais



O saldo corrente apresentou um valor positivo de 6 594 799,86€, embora inferior ao registado em 2024, traduzindo uma redução de 16,34%. Apesar desta diminuição, o saldo corrente mantém-se positivo, evidenciando que as receitas correntes continuam suficientes para financiar as despesas correntes do Grupo Autárquico.

O saldo de capital registou um valor negativo de 11 673 047,42€, agravando-se face ao exercício anterior, em que se situava em -4 129 629,79€. Esta evolução reflete um aumento significativo da despesa de capital, associado ao reforço do investimento realizado no exercício de 2025.

Relativamente ao saldo primário, verificou-se uma alteração significativa, passando de um valor positivo de 4 367 476,78€ em 2024 para um saldo negativo de 4 690 115,26€ em 2025. Esta evolução resulta essencialmente do aumento da despesa efetiva associada à atividade operacional e ao investimento desenvolvido durante o exercício.

O saldo global apresentou igualmente uma evolução negativa, fixando-se em -5 076 471,33€, face ao saldo positivo de 3 803 352,20€ registado no exercício anterior. Esta variação encontra-se relacionada com o reforço da despesa efetiva, particularmente ao nível do investimento e da execução de projetos.

Por sua vez, o grau de realização das liquidações diminuiu de 1,2133 para 1,0924, refletindo uma aproximação entre recebimentos e pagamentos efetuados no exercício, embora se mantenha acima da unidade, evidenciando capacidade de cobertura dos pagamentos através dos recebimentos realizados.

Em termos globais, os indicadores orçamentais consolidados demonstram que o exercício de 2025 ficou marcado por um reforço significativo do investimento e da despesa de capital, com impacto nos saldos orçamentais do Grupo Autárquico. Ainda assim, a manutenção de um saldo corrente positivo evidencia a existência de equilíbrio na gestão corrente e a capacidade de sustentação financeira da atividade desenvolvida.



Demonstrações Financeiras Consolidadas

Balanço Consolidado

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente		184 348 045,53 €	172 731 300,91 €
Ativos fixos tangíveis		175 026 164,07 €	163 849 440,59 €
Propriedades de investimento		2 409 628,27 €	2 526 590,00 €
Ativos intangíveis		1 605 238,78 €	923 363,58 €
Participações financeiras		5 148 192,94 €	5 351 996,38 €
Diferimentos		109 622,96 €	
Outros investimentos financeiros		9 366,75 €	15 087,77 €
Ativos por impostos diferidos		39 831,76 €	64 822,59 €
Ativo corrente		21 133 600,18 €	26 990 767,19 €
Inventários		258 541,57 €	239 184,15 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		58 796,12 €	56 782,69 €
Clientes, contribuintes e utentes		1 583 700,12 €	1 156 356,15 €
Estado e outros entes públicos		26 273,40 €	78 921,19 €
Outras contas a receber		9 179 465,82 €	9 052 856,60 €
Diferimentos		12 019,20 €	19 257,11 €
Adiantamento a fornecedores		67,39 €	
Outros ativos financeiros		13 840,71 €	
Caixa e depósitos		10 000 895,85 €	16 387 409,30 €
Total Ativo		205 481 645,71 €	199 722 068,10 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		179 587 469,21 €	172 135 877,71 €
Património/Capital		70 325 775,69 €	69 692 596,53 €
Reservas		8 727 979,44 €	8 556 349,89 €
Resultados transitados		9 841 375,87 €	6 715 320,57 €
Excedentes de Revalorização		0,00 €	0,00 €
Ajustamentos em ativos financeiros		8 695 460,36 €	7 734 732,99 €
Outras variações no património líquido		80 241 352,37 €	76 004 286,73 €
Resultado líquido do período		1 755 525,48 €	3 432 591,00 €
Total Património Líquido		179 587 469,21 €	172 135 877,71 €
Interesses que não controlam		49 908,70 €	938 619,57 €
Total Património Líquido com interesses minoritários		179 637 377,91 €	173 074 497,28 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		13 301 079,08 €	13 958 813,63 €
Provisões		975 277,38 €	1 024 628,68 €
Financiamentos obtidos		8 045 193,80 €	8 666 245,98 €
Fornecedores			
Diferimentos		1 112 595,76 €	1 112 595,76 €
Impostos diferidos		2 912 624,53 €	3 155 343,21 €
Outras contas a pagar		255 387,61 €	
Passivo corrente		12 543 188,72 €	12 688 757,19 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		0,00 €	0,00 €
Fornecedores		848 390,24 €	1 671 473,36 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00 €	
Estado e outros entes públicos		569 583,20 €	475 522,28 €
Financiamentos obtidos		1 716 240,81 €	2 189 558,40 €
Fornecedores de investimentos		601 903,10 €	612 127,57 €
Outras contas a pagar		7 561 162,36 €	6 677 935,53 €
Outros passivos financeiros		6 000,00 €	
Diferimentos		1 239 909,01 €	1 062 140,05 €
Total Passivo		25 844 267,80 €	26 647 570,82 €
Total Património Líquido e Passivo		205 481 645,71 €	199 722 068,10 €



Demonstração Consolidada de Resultados

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
Impostos, contribuições e taxas		9 844 501,40 €	9 441 569,94 €
Vendas		2 768 124,67 €	2 630 502,11 €
Prestações de serviços e concessões		6 958 919,69 €	5 745 486,74 €
Subsídios à exploração		1 364 639,70 €	1 362,58 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		27 953 190,64 €	25 808 706,92 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		354 128,89 €	562 876,93 €
Trabalhos para a própria entidade		293 597,34 €	186 225,79 €
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos		-2 609 960,04 €	-2 306 462,72 €
Fornecimentos e serviços externos		-16 319 081,90 €	-13 864 508,68 €
Gastos com pessoal		-19 641 690,88 €	-17 317 206,60 €
Transferências e subsídios concedidos		-4 624 308,61 €	-3 410 312,70 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-180 366,21 €	-57 253,84 €
Provisões (aumentos/reduções)		49 351,30 €	0,00 €
Outros rendimentos		6 443 075,22 €	6 502 501,68 €
Outros gastos		-2 743 723,45 €	-2 630 289,15 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		9 910 397,76 €	11 293 199,00 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-7 675 466,54 €	-7 281 427,16 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		2 234 931,22 €	4 011 771,84 €
Juros e rendimentos similares obtidos		23 488,27 €	94 805,27 €
Juros e gastos similares suportados		-457 552,84 €	-655 864,01 €
Resultado antes de impostos		1 800 866,65 €	3 450 713,10 €
Imposto sobre o rendimento do período		-45 341,17 €	-18 122,10 €
Resultado líquido do período		1 755 525,48 €	3 432 591,00 €
Detentores de capital da entidade mãe - Interesses que não controlam			
Interesses que não controlam		49 908,70 €	938 619,57 €



Demonstração Consolidada das Alterações do Património Líquido

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)		69 692 596,53 €				8 556 349,89 €	6 715 320,57 €	7 734 732,99 €	0,00 €	76 004 286,73 €	3 432 591,00 €	172 135 877,71 €	172 135 877,71 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)		0,00 €				0,00 €	0,00 €	0,00 €		5 092 756,92 €	0,00 €	5 092 756,92 €	5 092 756,92 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico											0,00 €	0,00 €	0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas										-27 986,57 €	-27 986,57 €	-27 986,57 €	-27 986,57 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											0,00 €	0,00 €	0,00 €
Realização do excedente de revalorização											0,00 €	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização e respetivas variações											0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios de capital										5 120 343,49 €	5 120 343,49 €	5 120 343,49 €	5 120 343,49 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido										400,00 €	400,00 €	400,00 €	400,00 €
Correção de erros materiais											0,00 €	0,00 €	0,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)										0,00 €	1 755 525,48 €	1 755 525,48 €	1 755 525,48 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)		0,00 €					0,00 €			5 092 756,92 €	1 755 525,48 €	6 848 282,40 €	6 848 282,40 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)		633 179,16 €				171 629,55 €	3 126 055,30 €	960 727,37 €	0,00 €	-855 691,28 €	-3 432 591,00 €	603 309,10 €	49 908,70 €
Subscrições de capital/património													0,00 €
Entradas para cobertura de perdas												0,00 €	0,00 €
Outras operações		633 179,16 €				171 629,55 €	3 126 055,30 €	960 727,37 €		-855 691,28 €	-3 432 591,00 €	603 309,10 €	49 908,70 €
Subscrições de prémios de emissão													0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		70 325 775,69 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8 727 979,44 €	9 841 375,87 €	8 695 460,36 €	0,00 €	80 241 352,37 €	1 755 525,48 €	179 587 469,21 €	179 637 377,91 €



Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		10 271 649,11 €	8 651 206,52 €
Recebimentos de contribuintes		9 301 232,47 €	8 207 182,38 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		27 786 117,80 €	25 135 506,76 €
Recebimentos de utentes		586 788,12 €	651 281,01 €
Pagamentos a fornecedores		- 18 949 354,29 €	- 15 622 565,40 €
Pagamentos ao pessoal		- 19 290 736,69 €	- 17 529 762,74 €
Pagamentos de transferências e subsídios		- 3 568 385,53 €	- 3 266 818,29 €
Caixa gerada pelas operações		6 137 310,99 €	6 226 030,24 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		- 26 101,92 €	- 9 754,39 €
Outros recebimentos/pagamentos		- 2 461 702,08 €	170 397,23 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		3 649 506,99 €	6 386 673,08 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		- 18 123 005,43 €	- 9 992 230,08 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		- 997 979,68 €	- 368 972,95 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		- €	- €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		43 399,97 €	69 007,87 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		1 649 290,47 €	1 576 156,56 €
Recebimentos - Transferências de capital		8 377 801,36 €	7 362 262,53 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		- €	680 654,45 €
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		0,16 €	0,16 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 9 050 493,15 €	- 673 121,46 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		2 090 413,74 €	1 449 000,00 €
Recebimentos - Doações			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		562 924,70 €	549 334,41 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		- 3 157 332,32 €	- 3 231 153,69 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		- 475 672,01 €	- 665 023,92 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		- 979 665,89 €	- 1 897 843,20 €
		- €	- €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		- 6 380 652,05 €	3 815 708,42 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		16 386 547,90 €	12 571 700,88 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		10 000 895,45 €	16 387 409,30 €





Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

No presente Capítulo apresentam-se notas para apoiar a preparação das divulgações previstas no “Modelo de notas explicativas (anexo) às demonstrações financeiras” constantes da NCP – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, dando especial ênfase às divulgações constantes dos quadros normalizados para facilitar a divulgação sistematizada da informação complementar exigida no SNC-AP.

Os quadros e explicações que a seguir se apresentam não prejudicam, nem substituem, qualquer outra informação que o Município deva fazer em relação às notas aqui indicadas e a outras que sejam aplicáveis nos termos previstos no Modelo acima referido.

As divulgações são efetuadas em função da materialidade das quantias envolvidas e da importância dos assuntos a relatar.

NOTA 1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

As divulgações a fazer no Anexo devem ser claras, objetivas e concisas, já que informação pouco clara, não objetiva ou imprecisa e em excesso, pode comprometer uma das características fundamentais da informação financeira que é a compreensibilidade.

1.1 – Identificação da entidade e período de relato



Designação da entidade: Município de Chaves

Endereço: Praça do Camões, 5400-150 - Chaves

NIF: 501 205 551

Regime Financeiro: Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação

Período de Relato: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025



Designação da entidade: Gestão de Equipamentos do Município de Chaves E.M., S.A

Endereço: Largo das Caldas, 5400-534 - Chaves

NIF: 506 695 018

Período de Relato: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025



Designação da entidade: Associação Promotora de Ensino Profissional para o Alto Tâmega

Endereço: Rua António Germano Ribeiro de Carvalho, n.º 21, 5400-078 - Chaves

NIF: 504 320 858

Período de Relato: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025





Designação da entidade: Associação para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município de Chaves

Endereço: Praça de Camões – Edifício Paços do Concelho, 5400-150 - Chaves

NIF: 508 351 952

Período de Relato: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025



Designação da entidade: Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves

Endereço: Beco do Trem, Pavilhão Expoflória, 5400-549 - Chaves

NIF: 513 131 019

Período de Relato: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025

1.1.1 – Natureza da atividade das Entidades Participadas

GEMC, EM, S.A. - A Gestão das Piscinas de recreio e lazer, a gestão das termas de Chaves das respetivas infraestruturas de apoio, a gestão do balneário de Vidago e respetivas infraestruturas de apoio e a construção, instalação e gestão de sistemas de estacionamento público pago e a gestão e exploração do parque de Campismo da Quinta do Rebentão. A Câmara Municipal de Chaves é detentora de 100% do capital da empresa.

APEPAT – Ensino e Formação Profissional

Flavifomento – Promover o desenvolvimento integrado e autossustentado do Concelho de Chaves, criar, construir e gerir infraestruturas, equipamentos e serviços que contribuam para o desenvolvimento do Concelho de Chaves, contribuir para o reforço, estruturação e diversificação do tecido económico local e promover a valorização e rentabilização dos recursos endógenos.

Procentro - A Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves, PROCENTRO, foi criada no dia 13 de março de 2007, nos termos do disposto no Despacho n.º 26181/2005, de 20 de dezembro, do Ministro da Economia e da Inovação.

Os sócios fundadores são a Câmara Municipal de Chaves e a ACISAT – Associação Empresarial do Alto Tâmega.

A **PROCENTRO** pretende valorizar a Zona Histórica da cidade, de forma a se estruturar a criação de um espaço urbano e comercial de qualidade, preservando os usos e costumes da população em geral, garantindo uma coexistência de diferentes funções nessa zona urbana, que são o comércio tradicional, serviços, habitação, entre outras.

1.2 – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras apresentadas pelo Município de Chaves, relativas ao exercício de 2025, reportadas a 31 de dezembro, foram elaboradas nos termos da **Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que**



estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI) e de acordo com o **Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua atual redação e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP). O Balanço e a Demonstração de Resultados de 2025 foram preparados de acordo com o SNC-AP.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as Administrações Públicas.

a.1) No que se refere ao referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras das entidades participadas

GEMC, EM, S.A.:

No exercício agora findo as demonstrações financeiras da GEMC – Gestão de Equipamentos do Município de Chaves E.M., S.A. foram preparadas com base no referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

APEPAT:

As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o sistema de normalização contabilística, tendo sido adotada a norma contabilística e de relato financeiro para entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) e Normas Interpretativas (NI) consignadas, respetivamente, na Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de DF), na Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas), Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições das ESNL.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 são comparáveis em todos os aspetos significativos com valores do período findo em 31 de dezembro de 2024.

Flavifomento:

A demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre no Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

-  Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
-  Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
-  Código de contas (CC) - Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
-  Normas Contabilísticas e Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor não lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;
-  Normas Interpretativas (NI).



Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

Procento:

As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março de 2011.

Os instrumentos legais da NRCF-ESNL, são os seguintes:

-  Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho – Modelos de Demonstrações Financeiras;
-  Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho – Código de Contas;
-  Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho – NRCF-ESNL
-  Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições em função da NRCF-ESNL.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025 incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação da Norma contabilística e de Relato financeiro para entidades do sector não lucrativo (NRCF-ESNL).

b) Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários. De acordo com a Norma de Controlo Interno em vigor, a importância em numerário existente em caixa não deve ultrapassar o montante adequado às necessidades diárias da Câmara Municipal, ou seja, 10 000,00€.

Sempre que no final do dia se apure um montante superior ao limite acima referido, o mesmo deverá ser depositado em contas bancárias tituladas pelo Município no dia útil seguinte.

c) Desagregação de caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2025, o Município juntamente com as entidades participadas apresenta os seguintes valores de desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes:

Quadro 1 – Desagregação de Caixa e Depósitos

Anexo A.1 – Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Conta	2025	2024
Caixa	30 905,57 €	24 144,08 €
Depósitos à ordem	6 498 255,65 €	12 217 168,43 €
Depósitos no Tesouro		
Depósitos bancários	6 498 255,65 €	12 217 168,43 €
Depósitos a prazo	112 211,13 €	1 150 979,60 €
Depósitos consignados	163 841,18 €	157 760,41 €
Depósitos de garantias e cauções	3 195 682,32 €	2 837 356,78 €
Total de caixa e depósitos	10 000 895,85 €	16 387 409,30 €

NOTA 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros



As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, na sua atual redação, e que integra a Estrutura Conceptual, as Normas de Contabilidade Pública (NCP) e o Plano de Contas Multidimensional.

Apresentam-se as principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Bases de mensuração

Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a funcional e de apresentação.

Ativos Fixos Tangíveis

Todos os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis expressas pelo Classificador Complementar 2, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos. Contudo, no caso de ativos sem contraprestação, o valor contabilístico é refletido pelo valor patrimonial tributável (VPT).

O custo de um ativo fixo tangível é reconhecido se, e apenas se, for provável que fluirão, para o Município, benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e o seu custo ou justo valor puder ser mensurado com fiabilidade.

As depreciações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos tangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil, sendo estas calculadas pelo método das quotas constantes (ou linha reta), a partir da data em que os ativos estejam disponíveis para uso, em conformidade com o período de vida útil estimado no Classificador Complementar 2 (CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para cada um dos grupos de bens, considerando a sua obsolescência técnica ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que tal é utilizado.

Contudo, na transição para o SNC-AP, as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2019 foram mantidas. A exceção a essa regra são os edifícios e outras construções, cujas vidas úteis foram atualizadas conforme o pressuposto do Classificador Complementar 2 (CC2).

Ativos fixos tangíveis	Vida útil CC2	CIBE
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos	20 a 149 anos
Equipamento básico	4 a 10 anos	3 a 16 anos
Equipamento de transporte	4 a 20 anos	4 a 14 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos	3 a 16 anos
Equipamento biológico	4 a 8 anos	-----
.....		
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8 anos	3 a 14 anos

Os gastos com conservação e reparação em que se verifique que não incorrem num aumento da vida útil dos bens, nem resultem em outros benefícios económicos, como o aumento da capacidade ou potência, entre outros, são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.



Os investimentos em curso são considerados ativos que se encontram em fase de construção/execução, sendo mensurados ao custo de aquisição e começando a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso.

Ativos Intangíveis

Todos os ativos intangíveis foram mensurados, no reconhecimento, pelo seu custo de aquisição, envolvendo, na sua maioria, projetos de desenvolvimento, licenças de software, programas de computador, entre outros. A mensuração subsequente assenta no custo de aquisição deduzido das amortizações do período contabilístico, calculadas com base nas vidas úteis expressas pelo Classificador Complementar 2, assim como eventual existência de imparidades sobre os ativos.

Um ativo fixo intangível, apenas é reconhecido quando for provável que dele sucedam benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o seu custo ou justo valor puder ser mensurado com fiabilidade.

A quantia amortizável de um ativo fixo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil, iniciando-se quando o ativo estiver disponível para uso. Para o efeito, são consideradas as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 (CC2) – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento para bens adquiridos a partir de 1 de janeiro de 2020.

A amortização das licenças de software e programas de computador, pelo método das quotas constantes ou linha reta, deve refletir o período pelo qual se espera que esse ativo gere benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, sendo definida de acordo com o uso esperado desse ativo, período de utilização previsto contratualmente ou determinada pela obsolescência resultante de fatores tecnológicos, de mercado ou deficiente uso.

Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento consistem em terrenos e edifícios que o Município detém com o objetivo de gerar rendimentos, seja por meio de rendas ou valorização de capital, não estando ao serviço da atividade operacional do Município.

As propriedades de investimentos são reconhecidas e mensuradas pelo seu custo de aquisição, deduzindo-se as depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas, caso existam.

As depreciações são calculadas a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes (ou linha reta), em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração, para os bens adquiridos após 01 de janeiro de 2020, as vidas úteis de referência previstas no Classificador Complementar 2 (CC2) – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, para cada grupo de bens.

Propriedades de investimento	Vida útil CC2	CIBE
Edifícios e outras construções	10 a 100 anos	N.A

Investimentos

As participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo, tendo sido aplicado o Método da equivalência patrimonial, às seguintes entidades:



- ☐ GEMC, E.M., S.A.;
- ☐ Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, E.I.M., S.A.;
- ☐ Eólica da Serra das Alturas, S.A.;
- ☐ Empresa Eólica do Barroso, Lda.;
- ☐ Eólica da Padrela, Lda.;
- ☐ ATBERG - Eólicas do Alto Tâmega, Lda.;
- ☐ Empreendimento Eólico de Viade, S.A.;
- ☐ Eólica de Montenegro, S.A.;
- ☐ Eólica de Atilhó, Lda.;
- ☐ FLAVIFOMENTO - Associação para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município de Chaves;
- ☐ APEPAT - Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega;
- ☐ PROCENTRO - Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves.

Depreciações e Amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição, sendo que o sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado como método de custeio.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas pelo seu valor nominal, deduzido das perdas por imparidade acumuladas, por forma a refletir o seu valor líquido. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Diferimentos

Foi adotado o princípio do acréscimo, tendo-se efetuado a imputação de gastos e rendimentos em função do seu período económico, independentemente da data do seu recebimento. As estimativas calculadas baseiam-se na informação mais recente.

Imparidade de ativos não depreciáveis

À data de 31 de dezembro de 2025 foi avaliada a recuperabilidade das dívidas a receber de clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber. Para as situações em que se verificou mora superior a 6 meses ou para os casos em que se registaram execuções ou estas se encontram em curso, procedeu-se ao registo da respetiva imparidade pelo montante da dívida.



Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

O Município analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Os órgãos de gestão procuram sustentar as suas expectativas de perda num ambiente de prudência, pelo que de acordo com a melhor e mais atualizada informação à data de relato foram calculadas as situações que possam originar obrigações futuras.

No ano de 2025 foram contabilizadas as provisões constantes do quadro que se encontra identificado na **Nota 15 – Provisões, passivos e ativos contingentes**.

Os passivos contingentes não são reconhecidos, mas divulgados (exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço).

Relativamente aos ativos contingentes, estes apenas são divulgados e não reconhecidos (quando seja provável a existência de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviços).

Acordos de Concessão de Serviços

Os acordos de concessão de serviços envolvem a prestação de serviços públicos relacionados com um ativo de concessão em nome do concedente. O Município deve reconhecer um ativo construído, melhorado ou adquirido no âmbito desses acordos, desde que, enquanto concedente detenha o controlo ou regule quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar, e a que preço, controlando ainda, através da propriedade, o direito aos benefícios ou por outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo.

O valor contabilístico do ativo deverá ser reconhecido pelo seu justo valor, devendo ser reconhecido como ativo de concessão de serviços, através de uma transferência da rubrica em que se encontra registado e pelo montante a que se encontra registado, caso se trate de um ativo já existente do concedente, que será utilizado pelo concessionário. Após o reconhecimento ou reclassificação, o ativo de concessão de serviços deve ser contabilizado em conformidade com a NCP respetiva (Ativos Fixos Tangíveis ou Ativos Intangíveis), numa classe de ativos separada.

No momento do reconhecimento de um ativo de concessão de serviços, deve ser reconhecido um passivo pelo mesmo valor, ajustado por eventual remuneração do concedente e concessionário. No caso de um ativo de concessão de serviços já existente do concedente, não se reconhece qualquer passivo, exceto se existir alguma nova obrigação.

Benefícios dos empregados

Os benefícios aos empregados considerados como despesas correntes e incluem remunerações, subsídio de férias e Natal, subsídio de refeição, horas extraordinárias, senhas de presença, despesas de representação, ajudas de custo, abono para falhas, subsídio de prevenção, trabalho noturno, contribuições e outros encargos para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, entre outros encargos sociais.

Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são mensurados pelo custo amortizado e os encargos financeiros decorrentes são reconhecidos como gastos segundo o princípio do acréscimo (periodização económica).



Caixa e depósitos bancários

As disponibilidades (caixa e depósitos bancários) estão mensuradas ao valor nominal.

2.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes

As demonstrações financeiras foram elaboradas em obediência aos seguintes princípios:

Continuidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na continuidade das operações, prevendo-se que o Município continuará a operar no futuro, não existindo intenção de liquidar ou reduzir substancialmente o nível das suas operações.

Consistência: As demonstrações financeiras são consistentes de um período para outro, seja na sua apresentação e estrutura, seja ao nível dos movimentos contabilísticos, salvo se e quando ocorram alterações significativas na sua natureza, as quais serão devidamente identificadas e divulgadas no presente anexo.

Materialidade e agregação: A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade, sendo cada classe material de itens semelhantes apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função diferente são apresentados separadamente, exceto se imateriais.

Compensação: Dada a sua importância, os ativos, passivos, os rendimentos e gastos não foram sujeitos a compensação, sendo divulgados separadamente, exceto se exigidos por uma NCP.

Regime do acréscimo ou periodização económica: Foram registados todos os gastos e rendimentos na base do acréscimo, pelo que são, os mesmos, reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento e recebimento.

Informação comparativa: As demonstrações financeiras de 2025 são comparáveis com as de 2024, e em respeito pelo princípio da continuidade, as políticas foram adotadas de modo consistente ao longo do tempo.

Contabilidade de gestão: A IPSAS 33 prevê adicionalmente a possibilidade de haver um período de transição mais alargado, até 3 anos, para matérias mais complexas, sem que as mesmas comportem qualquer incumprimento face ao previsto no normativo, por se encontrarem devidamente justificadas face a tal complexidade e à impossibilidade de implementação efetiva no período que inicia a 1 de janeiro de 2020, data da adoção pela primeira vez do SNC-AP. O Município aplicou esta prerrogativa do período mais alargado de transição para a presente norma (NCP 27).

Nestes termos, apesar do Município ter efetuado, em 2020, a transição de normativo contabilístico, elaborando a respetiva equivalência de contas, e definindo novas funções/atividades, os sistemas de informação ainda não se encontram totalmente parametrizados por forma a produzir relatórios e mapas adequados à divulgação interna e externa dos custos, rendimentos e resultados em diferentes vertentes.

Não obstante, e por forma a dar cumprimento (parcial, com os dados disponíveis) ao previsto nos parágrafos 34 e 37 da NCP 27, efetuou-se uma análise à distribuição dos gastos por funções que consta no Capítulo IV, no ponto 4.

2.3 – Julgamentos (executando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias



reconhecidas nas demonstrações financeiras.

O processo de relato centra-se no cumprimento do normativo SNC-AP, pelo que excetuando as situações que implicam o cálculo de estimativas, foram seguidos os requisitos de mensuração exigidos pelas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que uma entidade é uma entidade em continuidade e de que continuará a operar no futuro previsível.

2.5 - Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar.

No decurso do período em apreço não foram efetuadas quaisquer alterações às estimativas contabilísticas com impacto no período em curso ou que se antecipem como tendo efeitos em períodos subsequentes.

2.6 - Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Todas as estimativas efetuadas na elaboração das demonstrações financeiras, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas com base na informação disponível à data do relato, de acordo com o melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, tendo em conta a experiência de ocorrências passadas e de transações em curso. Não é previsível que ocorram alterações significativas neste enquadramento a curto prazo que ponham por em causa a validade dessas estimativas ou impliquem um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

Neste contexto, as demonstrações financeiras espelham de forma apropriada a situação financeira da entidade e o desempenho das suas operações em todos os aspetos que são considerados materialmente relevantes.

2.7 - Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou se espera que tenham efeito em períodos futuros.

No decurso do período em apreço não foram efetuadas quaisquer alterações às estimativas contabilísticas com impacto no período em curso ou que se antecipem como tendo efeitos em períodos subsequentes.

2.8 - Erros materiais de períodos anteriores.

Durante o presente período, não foram identificados erros materiais de períodos anteriores.

NOTA 3 – Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, fundamentalmente, despesas com programas de computador e sistemas



de informação, bem como projetos de desenvolvimento. Estes ativos são reconhecidos ao custo de aquisição, após a dedução das respetivas amortizações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

Relativamente aos ativos intangíveis adquiridos após 01/01/2020, o período de vida útil é definido pelo previsto no CC2. Para os anos anteriores, o mesmo é definido pelo CIBE.

De forma a garantir uma gestão rigorosa e transparente são apresentadas fichas de cadastro, para cada bem reconhecido como ativo intangível. Estas fichas contêm a informação atualizada relativa à vida útil do bem, o respetivo valor de aquisição, a amortização acumulada, o valor líquido, bem como outras informações relevantes.

O método de amortização aplicado aos ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou linha reta).

Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a variação da quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumulada, é apresentada no quadro seguinte:

Quadro 3.1 - AI - Variação das amortizações e perdas por imparidades
Anexo A1 – Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Rubrica	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Ativos Intangíveis	4 617 759,56 €	3 694 395,98 €		923 363,58 €	5 361 366,97 €	3 756 128,19 €		1 605 238,78 €
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	870 709,45 €	846 422,44 €		24 287,01 €	870 900,10 €	856 211,40 €		14 688,70 €
Programas de computador e sistemas de informação	1 263 145,02 €	1 206 354,22 €		56 790,80 €	1 419 298,29 €	1 257 857,13 €		161 441,16 €
Propriedade industrial e intelectual	1 439 104,31 €	1 436 278,80 €		2 825,51 €	1 439 104,31 €	1 436 719,14 €		2 385,17 €
Outros	205 340,52 €	205 340,52 €		- €	205 340,52 €	205 340,52 €		
Ativos intangíveis em curso	839 460,26 €	- €		839 460,26 €	1 426 723,75 €			1 426 723,75 €
Total	4 617 759,56 €	3 694 395,98 €	- €	923 363,58 €	5 361 366,97 €	3 756 128,19 €		1 605 238,78 €

No exercício de 2025, a quantia escriturada dos Ativos Intangíveis aumentou de 923 363,58€ para 1 605 238,78€, refletindo a evolução da quantia bruta e das amortizações acumuladas no período.

A quantia bruta registou um acréscimo de 743 607,41€, passando de 4 617 759,56€ para 5 361 366,97€, em resultado, essencialmente, das adições verificadas no exercício.

Por sua vez, as amortizações acumuladas aumentaram de 3 664 720,81€ para 3 716 932,49€, refletindo o reconhecimento das amortizações do período, no montante de 61 732,21€.

Não se registaram perdas por imparidade, nem reversões das mesmas, durante o exercício.

No final do exercício de 31 de dezembro de 2025, foram registadas as seguintes variações na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas.

Quadro 3.2 - AI - Quantia escriturada e variações no período
Anexo A1 – Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Ativos Intangíveis	923 363,58 €	965 658,59 €	-208 794,24 €				-61 732,21 €		-13 256,94 €	1 605 238,78 €



Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento	24 287,01 €	190,65 €					-9 788,96 €			14 688,70 €
Programas de computador e sistemas de informação	56 790,80 €	156 153,27 €					-51 502,91 €			161 441,16 €
Propriedade industrial e intelectual	2 825,51 €						-440,34 €			2 385,17 €
Outros	0,00 €									
Ativos intangíveis em curso	839 460,26 €	809 314,67 €	-208 794,24 €						-13 256,94 €	1 426 723,75 €
TOTAL	923 363,58 €	965 658,59 €	-208 794,24 €				-61 732,21 €		-13 256,94 €	1 605 238,78 €

A variação positiva registada em 2025, no montante de 681 875,20€, resulta essencialmente das adições ocorridas no período, no valor de 965 658,59€, maioritariamente registadas nas rubricas:

- ☐ *Projetos de desenvolvimento;*
- ☐ *Programas de computador e sistemas de informação;*
- ☐ *Ativos intangíveis em curso.*

As referidas variações foram parcialmente compensadas pelas transferências internas à entidade, no montante de 208 794,24€, bem como pelo reconhecimento de amortizações do período, no valor de 61 732,21€, e de diminuições, no montante de 13 256,94€.

Relativamente à rubrica “Transferência internas à entidade” foram efetuadas reclassificações de ativos, decorrentes da conclusão de projetos inicialmente registados como ativos intangíveis em curso, que passaram a ser reconhecidos como ativos fixos tangíveis, no montante global de 208 794,24€.

Neste âmbito, foram transferidos, para Ativos Fixos Tangíveis, entre outros, os seguintes projetos:

- ☐ “Ampliação da rede de saneamento de Vila Verde da Raia”;
- ☐ “Projeto de execução de um posto de autoabastecimento de combustíveis a implementar no logradouro das instalações da DRO”;
- ☐ “Requalificação Urbanística da Rua da Ermida em Vidago”;
- ☐ “Plano de mobilidade Urbana Sustentável de Chaves e Vidago”;
- ☐ “Reparação de danos provocados na estrada Municipal 311”;
- ☐ “Reabilitação de Pontão na localidade do Seixo”.

No exercício de 2025, as adições em Ativos Intangíveis ascenderam a 965 658,59€, resultando integralmente de aquisições externas, conforme evidenciado no quadro seguinte.

Quadro 3.2 A - AI - Desagregação das adições
Anexo A1 – Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Designação	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado/perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos Intangíveis		965 658,59 €								965 658,59 €
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento		190,65 €								190,65 €
Programas de computador e sistemas de informação		156 153,27 €								156 153,27 €
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										



Ativos intangíveis em curso		809 314,67 €							809 314,67 €
Total		965 658,59 €							965 658,59 €

As adições efetuadas respeitam, essencialmente, ao desenvolvimento e implementação de diversos softwares informáticos necessários ao normal funcionamento dos serviços municipais, bem como ao reforço dos mecanismos de gestão, tratamento e salvaguarda da informação institucional.

Destaca-se, igualmente, o licenciamento da plataforma tecnológicas, designadamente no âmbito do projeto “Programa Regional do NORTE 2030 - Chaves Digital - Atividade 5 – Disponibilização de informação e consulta ao cidadão com recurso a ferramenta online”, com incidência na emissão de plantas de localização e confrontação de PMOT’s e na disponibilização de soluções de mobilidade.

Adicionalmente, registaram-se adições relativas à elaboração de diversos projetos, dos quais se destacam:

- ☐ “Requalificação das Unidades de Saúde do Concelho de Chaves I e II”;
- ☐ “Reconstrução e ampliação das Piscinas Municipais de Chaves”;
- ☐ “Reabilitação de três edifícios situados no Centro Histórico de Chaves”;
- ☐ “Execução da Retificação e Beneficiação da ER 314”;
- ☐ “Reabilitação do edifício do Mercado Municipal”.

No exercício de 2025, as diminuições em Ativos Intangíveis ascenderam a 13 256,94 €, conforme evidenciado no quadro infra.

Quadro 3.2 B - AI - Desagregação das diminuições
Anexo A1 – Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Designação	Diminuições				
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos Intangíveis				-13 256,94 €	-13 256,94 €
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural					
Goodwill					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computador e sistemas de informação					
Propriedade industrial e intelectual					
Outros					
Ativos intangíveis em curso				-13 256,94 €	-13 256,94 €
Total				-13 256,94 €	-13 256,94 €

No que respeita às diminuições, estas encontram-se integralmente registadas na rubrica ativos intangíveis em curso, classificadas na tipologia “Outras”, não se tendo verificado quaisquer operações de alienação a título oneroso, transferência ou troca.

Esta diminuição resulta de uma regularização decorrente do estorno de uma fatura, por se ter verificado que o serviço associado ainda não se encontrava devidamente executado à data do seu reconhecimento inicial.

NOTA 4 – Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os acordos de concessão de serviços são regulados pela legislação relativa às concessões, nomeadamente pelo Decreto-Lei nº 111/2012, de 23 de maio, que define as normas gerais aplicáveis à intervenção do Estado na definição, conceção, preparação, lançamento, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento global das parcerias público-privadas (art.º 1º, a).



De acordo com a NCP 4 – Acordos de concessão de serviços, o Município passou a reconhecer nas suas Demonstrações Financeiras os equipamentos e as infraestruturas que estão associados ao fornecimento de redes de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão assim como os que estão associados à Iluminação Pública, que se encontram a ser geridos pela concessionária EDP Distribuição, atualmente E-Redes.

Os equipamentos e as infraestruturas acima referidos encontram-se a ser controlados, geridos e incrementados pela concessionária, pagando, para o efeito, uma renda de exploração ao Município, conforme se encontra previsto no contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2025, o Município de Chaves detinha o seguinte acordo, sendo que, no que diz respeito à E-Redes, apenas se registam recebimentos por parte da concessionária, não se verificando quaisquer pagamentos.

Quadro 4.1 – Acordo de concessão de serviços
Anexo A1 – Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Acordos de Concessão de serviços	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de concessão	Valor do Contrato	Pagamentos ao concessionário
Exploração da Concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão.	E-Redes - Distribuição de Eletricidade, S.A. (EDP - Distribuição de Energia, S.A.)	Redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e redes de iluminação pública	20 anos		

O contrato de concessão foi celebrado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de outubro, através do qual a E-Redes paga ao município uma renda de concessão, trimestralmente, assistindo à E-Redes o direito de usar o domínio público municipal para a distribuição e comercialização de energia elétrica em baixa tensão, sendo responsável por todos os investimentos necessários para a satisfazer as necessidades energéticas do território concelhio. Em 2025, o valor total recebido da referida renda de concessão foi de 1 150 576,56€, sendo que o montante referente ao quarto trimestre, no valor de 383 525,52€, apenas foi recebido em 2026.

No termo do contrato de concessão, a rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão reverte para o património do município.

A referida concessão não implica encargos orçamentais para a entidade local concedente, sendo a concessão sustentável financeiramente através da cobrança aos utentes ou utilizadores dos serviços prestados.

Relativamente ao tratamento contabilístico, o Município procedeu, em 2024, uma alteração de política baseada na Orientação Técnica n.º 1/2024 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC). Esta orientação clarificou que, em situações de incerteza significativa sobre o controlo efetivo e eventos futuros da concessão, poderão não estar preenchidos os critérios cumulativos de reconhecimento de ativos e passivos previstos na NCP 4. Em conformidade, o Município procedeu ao desreconhecimento integral dos valores anteriormente registados com base nas comunicações da concessionária, situação que se mantém no exercício em análise.

NOTA 5 – Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis do Município são reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou construção, após a dedução das respetivas depreciações acumuladas e de qualquer perda por imparidade. O custo de aquisição e outros custos necessários para colocar o ativo em funcionamento conforme pretendido são igualmente incluídos, de forma a assegurar uma gestão financeira transparente e rigorosa.

Os custos subsequentes são incorporados no valor escriturado do bem ou reconhecidos como ativos distintos,



apenas quando se presume que os benefícios económicos futuros serão gerados para a entidade e o custo poder ser mensurado com precisão. Os custos relacionados com a manutenção e reparação são contabilizados como gastos no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de uma transação sem contraprestação foram registados de acordo com o seu justo valor ou valor de mercado à data da transação. O registo foi efetuado internamente, em conformidade com os critérios e as regras previstos no SNC-AP ou através do seu Valor Patrimonial Tributário (VPT).

Relativamente à generalidade dos ativos fixos tangíveis, o período de vida útil é o previsto no Classificador Complementar 2 (CC2). No entanto, para as infraestruturas, conforme mencionado na nota 2, as vidas úteis das depreciações poderão variar entre 10 e 100 anos. À data do presente relatório, as fichas de registo de cada bem encontram-se devidamente atualizadas com a informação relevante, incluindo a vida útil ou a taxa de depreciação, o valor de aquisição, a depreciação acumulada, o valor líquido, entre outros dados pertinentes.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontram disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes (ou linha reta), em conformidade com o período de vida útil máximo indicado no CC2.

A variação da quantia escriturada e das depreciações dos ativos fixos tangíveis durante o período económico de 2025 encontra-se detalhada no quadro seguinte.

Quadro 5.1 - AFT - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas
Anexo A1 – Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Designação	Início do Período				Final do Período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia Escriturada
	[2]	[3]	[4]	[5]=[2]-[3]-[4]	[6]	[7]	[8]	[9]=[6]-[7]-[8]
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	164 726 844,88 €	122 445 017,02 €	0,00 €	42 281 827,86 €	170 111 279,14 €	126 526 764,69 €	0,00 €	43 584 514,45 €
Terrenos e recursos naturais	4 249 478,64 €			4 249 478,64 €	4 299 735,64 €	0,00 €		4 299 735,64 €
Edifícios e outras construções	3 683 738,48 €	1 298 731,64 €		2 385 006,84 €	3 683 835,29 €	1 429 579,83 €		2 254 255,46 €
Infraestruturas	156 110 025,64 €	121 013 530,85 €		35 096 494,79 €	161 443 626,09 €	124 964 430,33 €		36 479 195,76 €
Património histórico, artístico e cultural	683 602,12 €	132 754,53 €		550 847,59 €	684 082,12 €	132 754,53 €		551 327,59 €
Outros								
Bens de domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis	173 818 620,10 €	52 315 567,91 €	0,00 €	121 567 612,73 €	186 931 409,85 €	55 489 760,23 €	0,00 €	131 441 649,62 €
Terrenos e recursos naturais	27 828 273,28 €	0,00 €		27 828 273,28 €	28 007 154,58 €	0,00 €		28 007 154,58 €
Edifícios e outras construções	122 338 779,85 €	40 063 256,92 €		82 340 083,47 €	124 132 957,25 €	42 092 023,93 €		82 040 933,32 €
Equipamento básico	4 528 777,09 €	3 584 406,29 €		944 370,80 €	5 131 100,38 €	3 872 207,38 €		1 258 893,00 €
Equipamento de transporte	3 202 947,79 €	2 571 194,23 €		631 753,56 €	3 373 482,03 €	2 804 054,64 €		569 427,39 €
Equipamento administrativo	4 973 156,30 €	3 889 121,08 €		1 084 035,22 €	5 807 676,10 €	4 390 384,19 €		1 417 291,91 €
Equipamentos biológicos								
Outros	2 850 267,11 €	2 207 589,39 €		642 677,72 €	2 881 035,87 €	2 331 090,09 €		549 945,78 €
Ativos fixos tangíveis em curso	8 096 418,68 €	0,00 €		8 096 418,68 €	17 598 003,64 €	0,00 €		17 598 003,64 €
Total	338 545 464,98 €	174 760 584,93 €	0,00 €	163 849 440,59 €	357 042 688,99 €	182 016 524,92 €	0,00 €	175 026 164,07 €

No exercício de 2025, a quantia escriturada dos Ativos Fixos Tangíveis aumentou de 163 849 440,59€ para



175 026 164,07€, traduzindo uma variação positiva de 11 176 723,48€.

A quantia bruta registou um acréscimo de 18 497 224,01€, passando de 338 545 464,98€ para 357 042 688,99€, refletindo, essencialmente, o investimento realizado no período.

Por sua vez, as depreciações acumuladas aumentaram de 174 760 584,93€ para 182 016 524,92€, evidenciando o reconhecimento das depreciações do exercício.

Os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações do período foram os seguintes:

Quadro 5.2 - AFT - Quantia escriturada e variações no período
Anexo A1 – Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	42 281 827,86 €	269 684,54 €	5 114 461,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-4 081 459,71 €	0,00 €	0,00 €	43 584 514,45 €
Terrenos e recursos naturais	4 249 478,64 €	50 257,00 €								4 299 735,64 €
Edifícios e outras construções	2 385 006,84 €	96,81 €					-130 848,19 €			2 254 255,46 €
Infraestruturas	35 096 494,79 €	218 850,73 €	5 114 461,76 €				-3 950 611,52 €			36 479 195,76 €
Património histórico, artístico e cultural	550 847,59 €	480,00 €								551 327,59 €
Outros			287,96 €				-287,96 €			
Bens de domínio público em curso										
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis	121 567 612,73 €	21 791 552,33 €	-5 011 527,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-3 417 073,30 €	0,00 €	-3 488 914,74 €	131 441 649,62 €
Terrenos e recursos naturais	27 828 273,28 €	2 081 577,34 €	26 330,40 €						-1 929 026,44 €	28 007 154,58 €
Edifícios e outras construções	82 340 083,47 €	2 511 772,25 €	1 017 261,14 €				-2 286 734,30 €		-1 541 449,24 €	82 040 933,32 €
Equipamento básico	944 370,80 €	555 279,92 €	44 904,04 €				-272 135,70 €		-13 526,06 €	1 258 893,00 €
Equipamento de transporte	631 753,56 €	170 534,24 €					-232 860,41 €			569 427,39 €
Equipamento administrativo	1 084 035,22 €	834 963,21 €					-496 793,52 €		-4 913,00 €	1 417 291,91 €
Equipamentos biológicos										0,00 €
Outros	642 677,72 €	24 134,38 €	11 683,05 €				-128 549,37 €			549 945,78 €
Ativos fixos tangíveis em curso	8 096 418,68 €	15 613 290,99 €	-6 111 706,03 €							17 598 003,64 €
TOTAL	163 849 440,59 €	22 061 236,87 €	102 934,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-7 498 533,01 €	0,00 €	-3 488 914,74 €	175 026 164,07 €

No ano de 2025, os Ativos Fixos Tangíveis (AFT) registaram uma variação líquida positiva de 11 176 723,48€, passando a quantia escriturada de 163 849 440,59€ para 175 026 164,07€.

Esta variação resulta, essencialmente, das adições verificadas no período, no montante de 22 061 236,87€, resultando maioritariamente de aquisições externas, com incidência predominante na rubrica de outros ativos fixos tangíveis, em particular nos ativos fixos tangíveis em curso, bem como nas rubricas de edifícios e outras construções, equipamento administrativo e equipamento básico.

No que respeita às transferências internas à entidade, observa-se um efeito global reduzido, refletindo, por um lado, a conclusão de investimentos com a consequente transferência de ativos em curso para as respetivas rubricas definitivas e, por outro, movimentos de reclassificação entre categorias de ativos.

As depreciações do período, no montante de 7 498 533,01€, tiveram impacto relevante na evolução da quantia escriturada, com maior incidência nas rubricas de infraestruturas e edifícios e outras construções.

Quanto às diminuições, estas totalizaram a 3 488 914,74€, incidindo sobretudo na rubrica de edifícios e outras construções, resultando, maioritariamente, de abates e regularizações.



Em termos de evolução, os bens de domínio público registaram um acréscimo da quantia escriturada para 43 584 514,45€, essencialmente impulsionado pelo investimento realizado e pelas transferências associadas à conclusão de projetos, com particular incidência na rubrica de infraestruturas. Por sua vez, os outros ativos fixos tangíveis apresentaram um aumento, atingindo 131 441 649,62€, refletindo o esforço de investimento municipal, não obstante o impacto das depreciações do período e das diminuições registadas.

A rubrica de ativos fixos tangíveis em curso evidencia um acréscimo significativo, traduzindo a continuidade dos projetos de investimento em fase de execução à data de relato.

A desagregação das adições registadas em 2025 encontra-se detalhada no quadro seguinte:

Quadro 5.2 A - AFT - Desagregação das adições
Anexo A1 – Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		195 416,65 €				73 787,89 €					269 684,54 €
Terrenos e recursos naturais		50 257,00 €									50 257,00 €
Edifícios e outras construções		96,81 €									96,81 €
Infraestruturas		145 062,84 €				73 787,89 €					218 850,73 €
Património histórico, artístico e cultural						480,00 €					480,00 €
Outros											
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis		20 441 600,33 €		1 346 952,00 €		3 000,00 €					21 791 552,33 €
Terrenos e recursos naturais		734 625,34 €		1 346 952,00 €							2 081 577,34 €
Edifícios e outras construções		2 511 772,25 €									2 511 772,25 €
Equipamento básico		555 279,92 €									555 279,92 €
Equipamento de transporte		170 534,24 €									170 534,24 €
Equipamento administrativo		834 963,21 €									834 963,21 €
Equipamentos biológicos											0,00 €
Outros		21 134,38 €				3 000,00 €					24 134,38 €
Ativos fixos tangíveis em curso		15 613 290,99 €									15 613 290,99 €
TOTAL		20 637 016,98 €		1 346 952,00 €		76 787,89 €					22 061 236,87 €

Relativamente às adições registadas em 2025, estas ascenderam a 22 061 236,87€, correspondente, maioritariamente, ao investimento em outros ativos fixos tangíveis, com destaque para a aquisição de equipamentos, viaturas e reforço dos meios informáticos e de telecomunicações, bem como à realização de despesas com ativos em curso.

No que respeita ao investimento em infraestruturas, o mesmo resultou essencialmente da conclusão de diversas empreitadas ao longo do exercício, das quais se destacam:

- ☐ “Travessa João Barroco – Loteamento n.º 1/06 Fernando Dias (Aregos)”;
- ☐ “Cruzamento da ER 314 com a N213”;
- ☐ “Pavimentação da Rua da Ermida (Vidago)”;
- ☐ “Avenida da Raposeira”;



☐ “Troço da Estrada Municipal EM 531-1”,

bem como intervenções ao nível das redes de saneamento e de abastecimento de água em diversas freguesias do concelho.

Na rubrica de edifícios, registaram-se aquisições relevantes, nomeadamente uma habitação no Bairro Marechal Carmona e o prédio urbano denominado Cinema de Vidago, situado na Rua Santos, em Vidago.

Relativamente aos outros ativos fixos tangíveis em curso apresentam um peso significativo nas adições do período, refletindo, entre outros, diversos projetos de investimento em fase de execução, nomeadamente:

- ☐ Reabilitação do Bairro do Fomento dos Fortes;
- ☐ Reabilitação e adaptação de três edifícios (um localizado na Madalena, entre a Rua Cândido Sotto Mayor e o Beco Canto do Jardim, e dois na Rua 1.º de Dezembro);
- ☐ Requalificação de um conjunto edificado no centro histórico para arrendamento acessível - 10 fogos localizados na Rua Santa Maria Maior, Travessa do Teatro e Rua Major de Sousa Machado;
- ☐ Reabilitação e requalificação de estabelecimentos de ensino, designadamente o Jardim de Infância e 1.º Ciclo de Vilar de Nantes, a Escola Francisco Gonçalves Carneiro e a Escola Fernão Magalhães;
- ☐ Loteamento de Ampliação do Parque Empresarial de Chaves – Área de Acolhimento Empresarial de Nova Geração.

No que diz respeito à “doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado”, o montante total de 76 787,89€, resulta, essencialmente, da incorporação de bens sem contrapartida financeira, designadamente viaturas elétricas, transferidas pela Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN), no contexto das transferências de competências na área da saúde, bem como a integração de bens de natureza artística.

No decurso do exercício findo a 31 de dezembro de 2025, verificaram-se as seguintes diminuições:

Quadro 5.2 B - AFT - Desagregação das diminuições
Anexo A1 – Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens de domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis	-16 085,52 €				-3 467 916,22 €	-3 488 914,83 €
Terrenos e recursos naturais	-7 354,96 €				-1 921 671,48 €	-1 929 026,44 €
Edifícios e outras construções	-8 730,56 €				-1 532 718,68 €	-1 541 449,24 €
Equipamento básico					-13 526,06 €	-13 526,06 €
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo					-4 913,09 €	-4 913,09 €
Equipamentos biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
TOTAL	-16 085,52 €				-3 467 916,22 €	-3 488 914,83 €

As diminuições registadas nos Ativos Fixos Tangíveis (AFT) ascenderam, no exercício 2025, a 3 488 914,83€, conforme evidenciado no quadro supra, incidindo exclusivamente na rubrica de outros ativos fixos tangíveis.

Estas diminuições resultam, em parte, de alienações a título oneroso, no montante de 16 085,52€, respeitantes,



designadamente, à alienação de terrenos e edifícios, incluindo uma habitação situada no Bairro Marechal Carmona e os lotes B1 e A6 do Parque de Atividades.

Adicionalmente, a componente mais significativa das diminuições encontra-se registada em outras diminuições, no montante de 3 467 916,22€, refletindo, essencialmente:

- ▣ abates e regularizações de ativos, decorrentes de processos de verificação, atualização e correção do cadastro patrimonial;
- ▣ doações de bens, designadamente terreno e edifícios, com destaque para:
 - ▣ terrenos nas freguesias de Eiras e Outeiro Seco, destinados à ampliação do cemitério e à instalação do Parque de Ciência e Tecnologia – Polo de Ensino Superior;
 - ▣ edifícios das Escolas de Maços, S. Vicente da Raia e S. António de Monforte transferidos para as respetivas Juntas de Freguesia.
- ▣ a transferência de ativos (Parque de Estacionamento e Buvete) para a empresa municipal GEMC, na sequência de redução patrimonial, seguida de aumento de capital, formalizada por escritura em 24 de fevereiro de 2025.

Adicionalmente, encontra-se refletida uma diminuição no montante de 6.989,45€, associada à extinção/liquidação da entidade participada Vidagustermas, com o consequente abate dos ativos correspondentes.

NOTA 6 - Locações

6.1 – Locações Financeiras – Locatários

Em 31 de dezembro de 2025, o Município não detinha qualquer bem do seu ativo fixo tangível em regime de locação financeira.

6.2 – Locações Operacionais- Locatários

Os contratos de locação operacional celebrados pelo Município estão detalhados no quadro abaixo.

Quadro 6.2 - Locações Operacionais - Locatários
Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Bens Locados (1)	Valor do Contrato (2)	Pagamento Efetuados Acumulados (3)				Futuros Pagamentos Mínimos do Locatário (4)				Valor Presente dos Futuros Pagamentos Mínimos (5)
		Período		Acumulado						
		Pagamentos Mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos Mínimos	Rendas Contingentes	Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Prestação de serviços de aluguer operacional de veículos elétricos sem condutor - Renting	55 886,08 €	13 249,84 €		47 315,36 €		8 570,72 €		8 570,72 €		
Serviço de aluguer e manutenção de equipamentos e impressão, cópia e digitalização	92 102,40 €	5 116,68 €		92 102,40 €						
Serviço de aluguer e manutenção de equipamentos e impressão, cópia e digitalização	92 100,19 €	20 806,42 €		20 806,42 €		71 293,77 €				
Arrendamento De Imóvel Destinado A Instalações De Serviços Públicos - Situado Na Rua Direita Nº 122 E 124 E Na Rua Padre Adolfo Magalhães Nº 3, Na Freguesia De Santa Maria Maior, Pelo Período De 5 Anos.	16 000,00 €	3 200,00 €		3 200,00 €		12 800,00 €		12 800,00 €		
Aluguer de plataforma para transporte do trator da CIM de Boticas para Parque Empresarial Chaves	615,00 €	615,00 €		615,00 €						
Instalação e Retiro de uma Eletrobomba No Campo De Cima Madalena	578,10 €	578,10 €		578,00 €						
Transporte De Mini Giratória Do Rebentão Para Casas Novas	221,40 €	221,40 €		221,40 €						



Aquisição de serviços de gestão de frota assistida por GPS	27 984,96 €	8 442,72 €	11 175,78 €	11 175,78 €	11 175,78 €
Renda referente à loja situada na Urbanização da Formiguiinha, Lote 2, em Chaves - janeiro a dezembro de 2024 (renovável anualmente)	384,00 €	4 977,44 €	85 300,69 €	85 300,69 €	85 300,69 €
Recolha de 27 viaturas abandonadas na Cidade	1 254,60 €	1 254,60 €	1 254,60 €		
Transporte De Pedras De Granito Para Ponte Na Em 311-3 Loivos	209,10 €	209,10 €	209,10 €		
Aluguer De Máquina De Tesoura Com Aparador Dois Dias Com Deslocação	713,50 €	713,50 €	713,50 €		
Aluguer De Camião E Giratória Para Limpeza Das Bermas Da Estrada De Santo Estevão	492,00 €	984,00 €	492,00 €		
Aluguer, Montagem E Desmontagem. De 1 Palco Coberto (10Mx6,5M) Para Os Dias 27 E 28 De Abril, No Âmbito Das Festividades Em Honra Da Nossa Senhora Das Brotas 2025	525,00 €	525,00 €	525,00 €		
Aluguer De Som (Inclui 5 Micros) E Técnicos Para As Missas A Realizar Nos Dias 27 E 28 De Abril, No Âmbito Das Festividades Em Honra Da Nossa Senhora Das Brotas	738,00 €	738,00 €	738,00 €		
Aluguer De Mota De Água Com Tripulante Para 10 Dias, 6 Dias A Designar Até Ao Dia 24 De Junho/8 Horas/Dia (Dias 25,26 E 27 De Junho Das 18H Às 20H E Dia 28 De Junho Das 8H Às 13H)	4 200,00 €	4 200,00 €	4 200,00 €		
Aluguer De Empilhador De 3 Toneladas, Por Dois Dias, C/Operador Certificado, Para Movimentação De Elementos Arqueológicos E Arquitetónicos Para Acondicionamento Do Espólio Da Reserva Arqueológica Do Município De Chaves	461,99 €	461,99 €	461,99 €		
Aluguer De Trator Com Braço Descentrável E Operador Limpa Bermas Para Senhora Saúde Senhora Da Aparecida Para Dia Do Idoso	5 904,00 €	5 904,00 €	5 904,00 €		
Aluguer De Insuflável Com Monitor, No Âmbito Das Comemorações Do Centenário Da Freguesia De Faiões 1925 - 2025-Serviço A Prestar No Dia 19 De Julho De 2025 Entre As 17H00 E As 24H00, No Adro/Escola Igreja De Faiões	400,00 €	400,00 €	400,00 €		
Aluguer De Equipamento, Montagem E Produção De Som Com 3 Microfones E Técnico Operador A Instalar Até Às 9H30 E Permanecer Até Às 13H00, No Âmbito Da Cerimónia Protocolar Do Centenário Da Freguesia Da Vila De Vidago, A Realizar No Dia 20 De Julho De 2025, No Largo Miguel De Carvalho, Em Vidago	615,00 €	615,00 €	615,00 €		
Serviços de aluguer de 2 écrans e material técnico de apoio para transmissão em direto do concerto "Tony Carreira", na Festa do Emigrante", a ter lugar no dia 8 de agosto pelas 22h30 nos jardins exteriores do MACNA	8 610,00 €	8 610,00 €	8 610,00 €		
Aluguer Do Gerador Para Festa Dos Povos Aquae Flaviae	2 429,25 €	2 429,25 €	2 429,25 €		
Aluguer De Kart'S A Pedais, No Âmbito Das "Férias Em Movimento - Verão 2025	2 160,00 €	2 160,00 €	2 160,00 €		
Aluguer De Máquina Plataforma Tesoura Jlg 500Rts Para Limpeza De Caleiras C. Flaviense	246,00 €	246,00 €	246,00 €		
Aluguer de 5 Bicicletas Elétricas Para A Dinamização Do Dia Europeu Sem Carros, No Âmbito Da "Semana Europeia Da Mobilidade 2025"	738,00 €	738,00 €	738,00 €		
Aluguer De Campos De Padel E Um De Teqball, Incluindo Todo O Material Necessário para A Prática Da Modalidade, No Âmbito Das Férias Em Movimento De Verão 2025 X 90,00/18 Dias	1 992,60 €	1 992,60 €	1 992,60 €		
Aluguer de 35 Kart'S A Pedais Para A Dinamização Do Dia Europeu Sem Carros, No Âmbito Da "Semana Europeia Da Mobilidade 2025"	250,00 €	250,00 €	250,00 €		
Aluguer E Instalação. De Palco (10X6M) Com Estrado (10X2,5M) E Proteção, No Âmbito Das Festividades Em Honra Da Nossa Senhora Das Graças	1 100,00 €	1 100,00 €	1 100,00 €		
Aluguer De Viatura Com Grua E Cesto Para Desmontagem De Layers E Cubes Rua Stº António/Cândido Oliveira E Manutenção Lâmpadas Campo Futebol	861,00 €	861,00 €	861,00 €		
Aluguer De Equipamento, Montagem E Produção De Som, No Âmbito Das "Festividades Em Honra Da Nossa Senhora Das Graças"- A Realizar No Dia 21 De Setembro, No Jardim Público E Praça De Camões	922,50 €	922,50 €	922,50 €		



Serviço De Aluguer De Retro Esc. E Camião Para Remoção De Viatura Abandonada No Rio Tâmega Em Arcosó	98,40 €	196,80 €		98,40 €						
Serviço De Aluguer E Manutenção De Equipamentos De Cópia, Impressão E Assistência Técnica, Incluindo Consumíveis - Serviços De Secretaria Dos Agrupamentos Escolares Para Agrupamento Escolar Dr. António Granjo - No Âmbito Do Serviço De Secretaria Da Escola Secundária Dr. António Granjo E Secretaria Da Escola Eb 2,3 Dr. Francisco Gonçalves Carneiro-Serviços De Secretaria Dos Agrupamentos Escolares.	1 018,86 €	1 018,80 €		1 018,86 €						
TOTAL	321 811,93 €	93 737,74 €	- €	297 254,85 €	- €	- €	189 140,96 €	- €	117 847,19 €	- €

No âmbito do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro, na sua atual redação, foi transferida para o Município de Chaves, através da ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A., a competência de gestão do imóvel sito na Rua São João de Deus, em Chaves, anteriormente afeto a residência de estudantes.

A referida transferência não implica a transmissão da propriedade do imóvel, a qual se mantém na esfera do Estado, consubstanciando apenas a atribuição ao Município da responsabilidade de gestão, conservação e realização de eventuais investimentos de reabilitação.

Nos termos da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 6 – Locações, a operação em causa enquadra-se no conceito de locação operacional, na medida em que não ocorre transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo para o Município.

Face ao exposto, não foi reconhecido qualquer ativo ou passivo no balanço do Município associado ao referido imóvel, procedendo-se apenas à respetiva divulgação em nota explicativa.

As intervenções realizadas no imóvel, designadamente reparações e/ou grandes reparações, quando ocorram, são reconhecidas como ativos fixos tangíveis, sendo amortizadas de acordo com a respetiva vida útil económica estimada, a qual poderá divergir do prazo de utilização do imóvel subjacente.

6.3 – Locações Financeiras – Locadores

Em 31 de dezembro de 2025, o Município não detinha qualquer contrato de locação financeira na condição de locador.

6.4 – Locações Operacionais – Locadores

Em 31 de dezembro de 2025, o Município não detinha qualquer contrato de locação operacional na condição de locador. (ver nota 8 – Propriedades de Investimento)

NOTA 7 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos foram reconhecidos como gastos do período a que dizem respeito independentemente do tipo, natureza e a finalidade, exceto nos casos em que estes custos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica e, daí resulte, que a sua capitalização alcance benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para o Município.

No exercício de 2025, o Município de Chaves celebrou um contrato de empréstimo bancário de médio e longo prazo com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., destinado ao financiamento de diversos investimentos municipais, até ao montante máximo de 6 894 333,22€.



Nos termos da legislação aplicável, o referido contrato de financiamento foi submetido a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, tendo obtido o respetivo visto através do processo n.º 1876/2025, em 23 de setembro de 2025.

Durante o ano de 2025, foi utilizado o montante de 768 322,07€ ao abrigo do referido contrato de financiamento.

Por outro lado, no final do ano de 2025, encontra-se totalmente amortizado o empréstimo contraído com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., em 26 de maio de 1998, relativo ao Programa de Habitação Social / Protocolo INH, no montante inicial contratado de 1 767 485,43€.

No que diz respeito aos encargos com os empréstimos, referentes ao ano de 2025, estes ascenderam a 2 159 321,65€. Desta quantia, 1 800 316,48€ correspondem a amortizações e 359 005,17€ a juros.

A entidade participada APEPAT registou um total de 313 128,60€ em encargos com os empréstimos obtidos, referentes a juros e comissões bancárias, durante o período de 2025

Os empréstimos e os respetivos encargos do Município e das entidades participadas encontram-se apresentados no final das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

NOTA 8 – Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento do Município compreendem terrenos e edifícios não afetos ao uso operacional da atividade da autarquia, sendo detidos com o objetivo de obtenção de rendimentos através de rendas e/ou valorização do capital.

Estas propriedades são reconhecidas pelo seu custo de aquisição ou construção e por quaisquer despesas diretamente atribuíveis a elas, após a dedução das respetivas depreciações acumuladas e de qualquer perda por imparidade.

Para todas as propriedades de investimento registadas, o período de vida útil é definido em conformidade com o estabelecido no CC2.

A quantia escriturada das propriedades de investimento e das depreciações acumuladas (Modelo de Custo), para o período económico de 2025, sofreu a variação apresentada no quadro seguinte:

Quadro 8.2 - PI - Quantia escriturada e movimentos do período (Modelo do Custo)
Anexo A1 – Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do Período	Perdas por imparidade	Reversões perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outras
Propriedades de Investimento	2 526 590,00 €			-116 961,73 €					2 409 628,27 €			
Bens de domínio público												
Terrenos e recursos naturais												
Edifícios e outras construções	2 524 829,59 €			-115 201,32 €					2 409 628,27 €			
Outras propriedades de investimento	1 760,41 €			-1 760,41 €					0,00 €			
Propriedades de Investimento em curso												
Total	2 526 590,00 €			-116 961,73 €					2 409 628,27 €			

No início do exercício de 2025, as Propriedades de Investimento apresentavam uma quantia escriturada inicial de 2 526 590,00€, correspondente essencialmente à rubrica de edifícios e outras construções.



Durante o período em análise, não se registaram adições, transferências internas, reversões de perdas por imparidade ou diminuições.

Verificou-se apenas o reconhecimento de depreciações do período no montante de 116 961,73€, conforme evidenciado no quadro supra, respeitante ao edifício constituído por 3 pavilhões (MARC), localizado na freguesia de Outeiro Seco.

Em resultado deste movimento, a quantia escriturada das Propriedades de Investimento em 31 de dezembro de 2025, ascende a 2 409 628,27€.

NOTA 9 – Imparidade de Ativos

Relativamente às contas a receber, estas são constituídas por imparidades quando existem evidências objetivas de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida, de acordo com as condições originais das suas contas a receber. Estas imparidades são apresentadas no Balanço, após deduções por perdas por imparidade associadas.

Com vista a divulgar a informação sobre a forma como foi apurada a quantia recuperável dos ativos, foi desenvolvido o quadro seguinte.

Quadro 9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa
Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia recuperável	Modelo utilizado	
					Justo Valor	Valor de uso
Cientes, contribuintes e utentes		4 639 575,42 €	3 164 824,97 €	1 474 750,45 €		
Outros Devedores		237 607,09 €	117 304,63 €	120 302,46 €		
TOTAL		4 877 182,51 €	3 282 129,60 €	1 595 052,91 €		

NOTA 10 - Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado, através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano – custo médio ponderado. Este método permite assegurar uma adequada valorização dos inventários e maior consistência no apuramento do respetivo custo.

Apresenta-se de seguida o quadro com a informação relativa aos valores registados na conta de inventários, bem como os respetivos movimentos ocorridos durante o período.

Durante o exercício de 2025, os inventários encontravam-se registados pelas seguintes quantias:

Quadro 10.1 - Inventários
Anexo A1 – Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade Acumuladas	Quantia Recuperável
Mercadorias	17 456,97 €		17 456,97 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	241 084,60 €		241 084,60 €
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	258 541,57 €		258 541,57 €

No ano de 2025, foram registados os seguintes movimentos nas rubricas de inventários:



Quadro 10.2 - Inventários: Movimentos do Período
Anexo A1 – Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	16 961,97 €	2 003 215,13 €	2 002 720,13 €						17 456,97 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	222 222,18 €	626 395,46 €	607 239,91 €				296,32 €	3,19 €	241 084,60 €
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	239 184,15 €	2 629 610,59 €	2 609 960,04 €				296,32 €	3,19 €	258 541,57 €

O valor registado na rubrica de “Mercadorias” integra encargos com consumo de água, relativamente aos quais foi efetuada a devida especialização de gastos. Incluem-se, designadamente, consumos respeitantes aos meses de novembro e dezembro de 2025, cujas faturas foram processadas, liquidadas e registadas contabilisticamente, bem como os correspondentes movimentos de inventário, no exercício de 2026, em cumprimento do princípio da especialização dos exercícios.

NOTA 11 - Agricultura

No termo do período de 2025, não foram identificados ativos biológicos a serem reconhecidos pelo Município.

NOTA 12 – Contratos de construção

No decorrer do ano de 2025, não foram identificados contratos de construção realizados pelo Município.

NOTA 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

Esta nota visa estabelecer as normas contabilísticas referentes ao rendimento obtido através de transações e acontecimentos que envolvam uma contraprestação, enfatizando a determinação do momento de reconhecimento como aspeto fundamental.

O rendimento é reconhecido quando houver uma probabilidade substancial de geração de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, e quando esses benefícios possam ser mensurados com confiabilidade.

Os rendimentos são registados pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O detalhe dos rendimentos por categoria, durante o ano de 2025, é apresentado de seguida.

Quadro 13.1 - Rendimentos com Contraprestação
Anexo A1 – Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido
(1)	(2)
Prestação de serviços	4 090 432,76 €
Saneamento	2 318 380,92 €
Resíduos Sólidos	1 440 052,97 €
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	
Trabalhos por Conta de Particulares	17 699,28 €
Cemitérios	20 711,50 €
Mercados e Feiras	32 018,19 €
Serviços Sociais	



Serviços Culturais	857,50 €
Serviços Desporto	46 780,87 €
Outros	
Aluguer de equipamentos	
Outros serviços	213 931,53 €
Venda de bens	2 637 614,58 €
Água	
Outras mercadorias	320,49 €
Produtos acabados e intermédios	2 637 294,09 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	
Juros	14 826,08 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	14 826,08 €
Juros obtidos	13 291,83 €
Dividendos obtidos	1 534,25 €
Royalties	
Dividendos ou distribuições similares	1 733 817,03 €
Outros	
Ganhos em inventário	59 212,95 €
Alienações ativos fixos tangíveis	
Sinistros	
Outros rendimentos	1 674 604,08 €
TOTAL	8 476 690,45 €

NOTA 14 – Rendimentos de transações sem contraprestação

O rendimento das transações sem contraprestação, nomeadamente impostos, taxas, multas, transferências e subsídios correntes obtidos, é reconhecido no momento em que o acontecimento ocorre, seja ele tributável ou de outra natureza, e mensurado pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela entidade.

Durante o exercício de 2025, foram registados os seguintes movimentos, por classes, nas demonstrações financeiras, os seguintes rendimentos sem contraprestação:

Quadro 14.1 - Rendimentos sem Contraprestação
Anexo A1 – Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em		Rendimento do período reconhecido em		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
(1)	(2)		(3)		
Impostos diretos	6 475 819,87 €				
Derrama	913 494,29 €				
Imposto municipal sobre imóveis	4 265 400,46 €				
Imposto único de circulação	1 296 925,12 €				
Outros					
Impostos indiretos	2 206 586,27 €				
Loteamentos e Obras					
Ocupação da Via Pública					
Publicidade					
Saneamento					
Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)					
Imposto sobre o Ruído					
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	2 206 586,27 €				
Outros					
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas	1 110 465,38 €				
Mercados e feiras	57 812,83 €				
Loteamentos e obras	504 507,99 €				
Ocupação da via pública	33 393,38 €				
Saneamento	21 470,23 €				
Licença sobre o ruído					



Animais	2 408,78 €				
Taxa Municipal de direitos de passagem	14 130,81 €				
Outras	476 741,36 €				
Multas e outras penalidades	51 629,88 €				
Juros de mora	40 776,50 €				
Juros compensatórios	4 872,78 €				
Coimas e penalidades por contraordenações					
Outras multas e penalidades	5 980,60 €				
Trabalhos para a própria entidade	293 597,34 €				
Transferências sem condição	32 035 284,67 €				
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	14 245 649,00 €				
Fundo Social Municipal (FSM)	973 378,00 €				
Participação no IRS	1 860 498,00 €				
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	6 375 386,00 €				
Participação do IVA	201 781,00 €				
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	2 552 358,00 €				
Outras					
Serviços e Fundos. Autónomos	891 754,14 €				
Administração Local	139 380,93 €				
Administração Regional					
Segurança Social					
Resto do Mundo	713 005,57 €				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	4 082 094,03 €				
Transferências com condição					
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Legados, ofertas e doações					
Outros	1 189 911,18 €				
Reversões	53 061,35 €				
Rendimentos suplementares	71 875,45 €				
Rendimentos em entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	527 590,18 €				
Correções relativas a períodos anteriores	461 111,78 €				
Outros não especificados	76 272,42 €				
Total	43 363 294,59 €				

NOTA 15 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

15.1 - Provisões

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente, resultante de um acontecimento passado, que seja provável que exija o uso de recursos que incorporem benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação, e seja possível efetuar uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Relativamente ao exercício de 2025, foram registados os seguintes movimentos na rubrica de provisões.

Quadro 15.1 – Provisões
Anexo A.1 – Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (11) =(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas Garantias a clientes Processos judiciais em curso Acidentes de trabalho e doenças profissionais Matérias ambientais Contratos onerosos Reestruturação e reorganização	1 024 628,68 €				- €		49 351,30 €		49 351,30 €	975 277,38 €



Outras provisões (...)										
Total	1 024 628,68 €	- €	- €	- €	- €	- €	49 351,30 €	- €	49 351,30 €	975 277,38 €

O montante registado na conta de provisões para processos judiciais em curso, refere-se aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após nova apreciação jurídica para efeitos de prestação anual de contas.

15.2 – Passivos Contingentes

No quadro seguinte, encontram-se evidenciados os processos judiciais em que a autarquia figura como parte, relativamente aos quais, à data de relato não foi reconhecida qualquer provisão.

Quadros 15.2 - Mapa dos Passivos Contingentes
Anexo A.1 – Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Natureza/Descrição - Passivo	Estimativa do efeito financeiro	Momento possível do exfluxo
Processos Judiciais em curso (Proc.º 280/13.1 BEMDL e Proc.º 37/15.5 BEMDL): Faturação do grupo AdNorte, emitida ao Município e domiciliada em processos judiciais, no valor de 1.949.257,36€, (valor que contempla faturação de mínimos e juros de mínimos). Segundo o princípio da prudência, foram constituídas provisões de 50% sobre o montante em dívida.	925 277,38 €	Decisão Judicial Favorável - Aguarda trânsito em julgado (referente ao Proc. N.º 280/13.1BEMDL) - apresentado recurso pela AdNorte; Proc.º 37/15.5 BEMDL - aguarda sentença pelo TAF de Mirandela
Contratos-Promessa celebrados com as Infraestruturas de Portugal (ex REFER) e tendo como objeto a "Compra e venda de bens futuros sob condição Resolutiva": • Estação de Vidago = 96.806,78; • Apeadeiro da Fonte Nova = 223.286,00€; • Estação de Chaves = 218.763,97€	538 856,75 €	As negociações pré-contratuais de revisão integral encontram-se concretizadas em maio de 2024, pela aprovação da proposta 52/GAPV/2024 - atualização das minutas de contrato de subconcessão de uso privativo do conjunto de bens imóveis e terrenos de domínio Público Ferroviário a celebrar entre o Município de Chaves e Infraestruturas de Portugal Património - Administração e Gestão Imobiliária S.A, e minuta de revogação do protocolo celebrado em 1996.
Contrato de Concessão de utilização de bens de domínio público ferroviário, celebrado com a REFER, por 25 anos, c/ possibilidade de renovação a cada 5 anos (Geração da obrigação a partir da intervenção destinada à execução da "ECOPISTA Chaves-Vidago")	48 433,28 €	
Proc.º 432/16,2 BEMDL (Isabel Joana da Silva Veras)	7 831,41 €	Contestação
Proc.º 334/18.8T8CHV (Pastelnor)	61 032,20 €	Crédito Reconhecido
Proc.º 247/19.6 BEVIS (Município de Castro Daire)	588 266,97 €	Contestação
Proc.º 293/21.0 BEMDL (Laura Amélia Gonçalves Teixeira)	46 658,61 €	Contestação
Proc.º 324/21.3 BEMDL - (Super Matéria, Lda)	50 870,84 €	Contestação
Proc.º 1162/DSAVRN/2021, Proc.º 1516/2022 e Proc.º1517/2022 (Dir. Serv. Al. e Veterinária do Norte)		Defesa
Proc.º 357/22.2 BEMDL (Augusto Pereira e Filhos, Lda)	5 960,19 €	Contestação
Proc.º 306/23.0 BEMDL (Carla Cristina dos Santos Sousa)	1 092,58 €	Contestação
Proc.º 123/24.0 BEMDL (Toni Martins)	30 000,01 €	Contestação
Proc.º 350/24.0 BEMDL (Comp. Seguros Allianz Portugal, S.A.)	2 088,28 €	Contestação
Proc.º 377/24.2 BEMDL (Isilda de Jesus Aguiar Lino)	15 760,00 €	Contestação
Proc.º 4/25.0 BEMDL (SOTERRA, Lda.)	73 570,00 €	Contestação
Proc.º 420/25.0 BEMDL (SOTERRA, Lda.)	164 000,00 €	Sentença de 23/12/2025 - anulado - Adjudicação à Soterra
Proc.º 422/25.0 BEMDL (SOTERRA, Lda.)	94 000,00 €	Contestação
Proc.º 429/25.0 BEMDL (SOTERRA, Lda.)	98 750,00 €	Sentença de 23/12/2025 - anulado - Adjudicação à Soterra
Proc.º 1371/25.1 T8CHV (Mª Teresa Pizarro Bravo e outros)	35 000,00 €	Contestação
Proc.º 258/25.2 BEMDL (ICA - Indústria e Comércio Alimentar, S.A.)	573 783,00 €	Despacho 02/09/2025 levantamento suspensivo automático
Proc.º 233/25.7 BEMDL (Maria Alice Pópulo)	47 816,22 €	Contestação
Proc.º 329/25.5 BEMDL (Isolino Perdigão Marçal)	30 001,00 €	Contestação
Proc.º 122/25.5BEMDL (Isobarroso, Lda.)	30 000,01 €	Contestação
Proc.º 432/25.1 T8CHV (José Jerónimo Gomes e mulher)	10 805,44 €	Contestação
Proc.º 486/14.6 BEMDL (EDP - Distribuição de Energia S.A.)	1 403 063,70 €	Sentença desfavorável de 1.ª instância; recurso favorável para o Município - EDP apresentou recurso para o Tribunal; Notificação de acórdo favorável do Município do Tribunal em 27/10/2025; em 21/11/2025 E-Redes apresentou pedido de revisão.
Proc.º 362/22.9 BEMDL (Ernesto Pereira Machado)	86 741,76 €	Aguarda decisão Judicial TCAN
Proc.º 54/25 BEMDL (SIGMACOMETA)	167 474,00 €	Req. De remessa para tribunais cíveis - resultado em 25/06/2025
Proc.º 116/2025 BEMDL (SIGMACOMETA)	167 474,00 €	Aguarda decisão judicial



Proc.º 201/25.9 BEMDL (NOS TECHNOLOGY)	9 304,85 €	Impugnação judicial apresentada pela NOS; Município apresentou contestação em agosto/2025
Proc.º 570/15.9 (MEO)	62 699,70 €	Sentença favorável - Recurso apresentado pela MEO - Aguarda decisão TCAN
Proc.º 300.05.21-DFCIS 97-292-291-299/2021; Proc.º 911/2025.0 T9CHV (GMR - Comando Territorial de Vila Real)	30 000,00 €	Recurso
Proc.º 285/23.4 BEMDL	30 000,01 €	Sentença 24/10/2025 - R. absolvido dos pedidos
Proc.º 60/21.0 BEMDL (Duriensegás)	36 753,39 €	Rejeição de recursos de revista em 29/05/2025; Duriensegás apresentou recurso para o tribunal o qual foi admitido em 04/07/2025 a pagar em prestações
Total:	5 473 365,58 €	

15.3 – Ativos Contingentes

Em conformidade com o disposto no número 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, a Autoridade Tributária e Aduaneira deve notificar as autarquias locais sobre o valor dos recebimentos em atraso existentes em 31 de dezembro, referentes às respetivas receitas fiscais.

Os montantes em causa não são contabilizados nas demonstrações financeiras, contudo, são relevantes para efeitos de gestão a divulgação dos seus montantes.

Quadros 15.3 - Mapa dos Ativos Contingentes
Anexo A.1 – Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Natureza/Descrição - Ativo	Estimativa do efeito financeiro	Momento possível do influxo
Recebimentos em atraso, referentes a impostos municipais de anos anteriores, disponibilizados no Portal da Autoridade Tributária, no cumprimento do nº2, do artº17, do DL 127/2012, de 21 de junho: a) Contribuição autárquica b) IMI c) IUC d) SISA	1 398 098,35 €	indeterminável
Total:	1 398 098,35 €	

NOTA 16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

O Município, durante o ano de 2025, não realizou transações, nem deteve ativos e/ou passivos em moeda estrangeira.

NOTA 17 – Acontecimentos após a data de relato

Após a data de relato, até à data de autorização das demonstrações financeiras, podem ocorrer acontecimentos económicos que, se comprovados, resultam em ajustes nas demonstrações financeiras. Nesse sentido, os acontecimentos que já existiam à data de relato são ajustados. Por outro lado, na ausência de evidências que comprovem que os acontecimentos já existiam à data de relato, mas tendo em conta o conhecimento posterior por parte do Município, os mesmos são devidamente descritos nesta nota.

Até à data, não foram identificados quaisquer acontecimentos económicos com impacto material nas Demonstrações Financeiras do período em questão.

NOTA 18 – Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são registados inicialmente de acordo com o modelo do justo valor, sendo a mensuração subsequente dependente das características dos ativos e passivos financeiros, bem como das políticas contabilísticas aplicadas. Neste âmbito, é possível aplicar o modelo do justo valor, do custo ou do custo amortizado.

18.1 – Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço, após dedução de



eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas após a ocorrência de eventos que indiquem, de forma objetiva e quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Os investimentos nas participadas são inicialmente mensuradas pelo custo de aquisição, e subsequentemente pelo Método de Equivalência Patrimonial, informação essa que é devidamente complementada pelas contas consolidadas apresentadas pelo Município.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros encontravam-se registados da seguinte forma:

Quadro 18.1 - Ativos Financeiros
Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Compras	Ganhos de justo Valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidades	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados										
Ativos financeiros detidos para negociação										
Participações financeiras - justo valor										
Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M., S.A.	1 636 183,99 €				1 850 246,28 €				1 366 002,04 €	2 120 428,23 €
Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, E.I.M., S.A.	1 722 150,63 €				57 078,37 €				223 929,12 €	1 555 299,88 €
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	837 950,83 €				78 554,74 €				84 595,39 €	831 910,18 €
Empresa Eólica do Barroso, Lda.	11 711,48 €				1 917,33 €				5 760,66 €	7 868,15 €
Eólica da Padrela, Lda.	8 667,18 €				2 567,78 €				3 599,79 €	7 635,17 €
ATBERG - Eólica do Alto Tâmega, Lda.	497 227,00 €				83 758,87 €				40 000,00 €	540 985,87 €
Empreendimento Eólico de Viade, S.A.	13 343,50 €				649,70 €					13 993,20 €
Eólica de Montenegro, S.A.	1 241 000,44 €				126 376,74 €				197 801,36 €	1 169 575,82 €
Eólica de Atilhó, Lda.	35 304,42 €				5 646,24 €				7 739,15 €	33 211,51 €
APEPAT - Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega	1 512 993,79 €				938 739,01 €				9 872,15 €	2 441 860,65 €
FLAVIFOMENTO - Associação para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município de Chaves	29 099,06 €				28 032,41 €					57 131,47 €
VidagusTermas - Associação para a Promoção e Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago	6 989,45 €								6 989,45 €	- €
PROCENTRO - Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves	14 474,64 €								255,90 €	14 218,74 €
Outros ativos financeiros										
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L.	500,00 €									500,00 €
RESINORTE, S.A.	89 436,26 €									89 436,26 €
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras - custo										
Outros ativos financeiros										
FAM - Fundo de Apoio Municipal	896 499,00 €									896 499,00 €
Total	8 553 531,67 €	- €	- €	- €	3 173 567,47 €	- €	- €	- €	1 946 545,01 €	9 780 554,13 €

No exercício de 2025, o Município procedeu à liquidação da entidade participada Vidagustermas, na qual detinha participação registada pelo método da equivalência patrimonial, com uma quantia escriturada de 6 989,45€.

Na sequência do processo de liquidação foram transferidos para o Município inventários no montante de 5 951,29€ e depósitos à ordem no valor de 1 038,16€, perfazendo um total de 6.989,45€. Os inventários recebidos foram reconhecidos como gastos do período, enquanto o montante correspondente aos depósitos à



ordem foi reconhecido como rendimentos.

Em resultado desta operação, a participação financeira foi desreconhecida das demonstrações financeiras do Município.

No exercício, a GEMC procedeu ao reconhecimento contabilístico integral das alterações de capital, incluindo aumentos e diminuições, refletindo a transferência de bens do Município para a GEMC como aporte ao capital social. Estes registos garantem que os ativos financeiros e a estrutura de capital da entidade estão apresentados de forma adequada e completa.

18.2 – Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor e, posteriormente, pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo. No entanto, os passivos financeiros classificados como detidos para negociação devem ser mensurados pelo justo valor, com as respetivas alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos financeiros encontravam-se registados da seguinte forma:

Quadro 18.2 - Passivos Financeiros
Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia Escriturada Final
		Aquisições	Ganhos de justo Valor	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Outras	
Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados								
Passivos financeiros detidos para negociação								
Outros Passivos financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Outros Passivos financeiros								
20.4.2.1. - Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis - De médio e longo prazo								
20.4.2.1.2.9.2.1 - Exigível a curto prazo - Outros - Excecionados - Outros empréstimos obtidos	108 540,52 €			100 410,92 €			94 802,54 €	114 148,90 €
20.4.2.1.2.9.2.2 - Exigível a curto prazo - Outros - Excecionados - subsídios e subvenções reembolsáveis	- €							- €
20.4.2.2.9.2.1 - Exigível a médio e longo prazo - Outros - Excecionados - Outros empréstimos obtidos	1 039 253,18 €						100 410,92 €	938 842,26 €
20.4.2.2.9.2.2 - Exigível a médio e longo prazo - Outros - Excecionados - subsídios e subvenções reembolsáveis	- €							- €
25.1.1 - Financiamentos Obtidos - Instituições de crédito e sociedades financeiras - Empréstimos bancários								
Exigível a curto prazo - não excecionados								
25.1.1.2.1.1.01.02 - Novo Banco	106 065,36 €			79 549,03 €			106 065,38 €	79 549,01 €
25.1.1.2.1.1.01.04 - BPI	1 522 542,90 €			1 522 542,90 €			1 522 542,90 €	1 522 542,90 €
Exigível a curto prazo - excecionados								
25.1.1.2.1.1.02.01 - Caixa Geral de Depósitos	76 905,66 €			0,00 €			76 905,66 €	- €
Exigível a médio e longo prazo - não excecionados								
25.1.1.2.2.1.01.01 - Caixa Geral de Depósitos	- €			768 322,07 €				768 322,07 €
25.1.1.2.2.1.01.03 - Novo Banco	79 549,03 €						79 549,03 €	- €
25.1.1.2.2.1.01.05 - BPI	7 547 443,77 €						1 522 542,90 €	6 024 900,87 €
Exigível a médio e longo prazo - excecionados								
25.1.1.2.2.1.02.01 - Caixa Geral de Depósitos	0,00 €						0,00 €	- €
Total	10 480 300,42 €	- €	- €	2 470 824,92 €	- €	- €	3 502 819,33 €	9 448 306,01 €

O Município de Chaves celebrou um contrato de empréstimo de médio e longo prazo com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., destinado ao financiamento de diversos investimentos municipais, aprovado pelo Tribunal de



Contas (processo n.º 1876/2025). Os valores registados na coluna dos «aumentos» referem-se a transferências de valores exigíveis a médio e longo prazo para o curto prazo, identificados em empréstimos considerados “não excecionados”.

18.3 – Instrumentos de cobertura de riscos

O município não recorre a quaisquer instrumentos derivados de cobertura de riscos.

18.4 – Outros instrumentos financeiros que não sejam participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos

O município não dispõe outros instrumentos financeiros para além de participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos.

NOTA 19 – Benefícios dos empregados

Os empregados de curto prazo beneficiam de uma série de vantagens, incluindo salários, possíveis retribuições por trabalho extraordinário, subsídio de refeição, subsídio de férias, subsídio de natal, remunerações por doença, maternidade/paternidade, ajudas de custo e outros suplementos remuneratórios. Adicionalmente, as quotizações para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho também são consideradas parte integrante dos benefícios.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas nos gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue pelo seu pagamento. Em conformidade com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, uma vez que este é coincidente com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo pago durante o período seguinte. Deste modo, os correspondentes gastos são reconhecidos como um benefício de curto prazo.

A eventual existência de rescisões de contratos de trabalho é reconhecida como um gasto do período em que ocorrem.

Quadro 19 - Gastos com pessoal
Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Designação	2025
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	293 888,32 €
Remunerações do pessoal	15 169 198,45 €
Abonos variáveis ou eventuais	432 035,55 €
Encargos sobre remunerações	3 530 144,51 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	143 916,67 €
Outros gastos com o pessoal	19 543,32 €
Outros encargos sociais	52 964,06 €
Total	19 641 690,88 €

NOTA 20 – Divulgação de partes relacionadas

20.1 – Entidades controladas

Em 31 de dezembro de 2025, as participações financeiras cujas entidades eram controladas pelo Município encontravam-se registadas da seguinte forma:

Quadro 20.1 - Listagem de Entidades Controladas



Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social da Entidade	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, E.I.M., S.A.	Intermunicipal	Rua D. Nuno Álvares Pereira 4870-160 - Ribeira de Pena	900 000,00 €	16,67%		16,67%	16,67%
Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M., S.A.	Empresa Municipal	Largo das Caldas, 5400-534 Chaves	1 500 000,00 €	100,00%	100,00%		100,00%
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Sociedade Anónima	Praça do Município Vila de Boticas 5460-310 Boticas	50 000,00 €	8,32%		8,32%	8,32%
Empresa Eólica do Barroso, Lda.	Limitada por Quotas	Rua D. Nuno Álvares Pereira 4870-160 - Ribeira de Pena	70 000,00 €	6,67%		6,67%	6,67%
Eólica da Padrela, Lda.	Limitada por Quotas	Rua D. Nuno Álvares Pereira 4870-160 - Ribeira de Pena	65 000,00 €	6,67%		6,67%	6,67%
ATBERG - Eólica do Alto Tâmega, Lda.	Limitada por Quotas	Rua D. Nuno Álvares Pereira 4870-160 - Ribeira de Pena	1 250 000,00 €	6,67%		6,67%	6,67%
Empreendimento Eólico de Viade, S.A.	Sociedade Anónima	Avenida Sidónio Pais, 379, 2º andar, Ramalde - 4100-468 Porto	50 010,00 €	3,33%		3,33%	3,33%
Eólica de Montenegro, S.A.	Sociedade Anónima	Município de Vila Pouca de Aguiar Rua Dr. Henrique Botelho 5450-018 VILA POUCA DE AGUIAR	50 000,00 €	8,32%		8,32%	8,32%
Eólica de Atilhó, Lda.	Limitada por Quotas	Praça do Município Vila de Boticas 5460-310 Boticas	5 000,00 €	8,33%		8,33%	8,33%
APEPAT - Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega	Associação	Fonte do Leite 5400-261 Chaves	179 106,02 €	99,01%	99,01%		99,01%
FLAVIFOMENTO - Associação para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município de Chaves	Associação	Paços do Concelho - Largo de Camões - 5400-150 - Chaves	6 000,00 €	83,33%	83,33%		83,33%
VidagusTermas - Associação para a Promoção e Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago	Associação	E.N. 2, nº 234 - 5425-323 Vidago	37 500,00 €	53,33%	53,33%		53,33%
PROCENTRO - Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves	Associação	Beco do Trem, n.º3 (Pavilhão Expoflória) - 5400-549 Chaves	a)	50,00%	50,00%		50,00%

a) E entidade não tem valor de capital social. O valor escriturado na constituição da Associação foi 10€.

20.2 – Transações entre partes relacionadas

O quadro seguinte apresenta de forma detalhada as transações entre partes relacionadas com o Município, realizadas durante o ano de 2025.

Quadro 20.2 - Transações entre partes relacionadas
Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período
		Tipo	Quantia	% no total das transações	
Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, E.I.M., S.A.	Entidade sob controlo comum	Dividendos Recebidos	200 000,00 €	93,26%	
		Prestações de serviços e concessões - Outros serviços - Aluguer de Espaços - Produção de energia - Eólicas	14 456,64 €	6,74%	
Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M., S.A.	Entidade controlada	Inspeção periódica de Ascensor	330,70 €	5,37%	
		Aquisição de produtos	830,00 €	13,47%	
		Devolução de capital, no âmbito da redução de capital da empresa	5 000,00 €	81,16%	
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Entidade associada	Dividendos Recebidos	84 595,39 €	100%	
Empresa Eólica do Barroso, Lda.	Entidade associada	Dividendos Recebidos	5 760,66 €	100%	
Eólica da Padrela, Lda.	Entidade associada	Dividendos Recebidos	3 599,79 €	100%	
ATBERG - Eólica do Alto Tâmega, Lda.	Entidade associada	Dividendos Recebidos	40 000,00 €	100%	



Empreendimento Eólico de Viade, S.A.	Entidade associada	-	- €	100%	
Eólica de Montenegrelo, S.A.	Entidade associada	Dividendos Recebidos	197 801,36 €	100%	
Eólica de Atilhó, Lda.	Entidade associada	Dividendos Recebidos	6 087,77 €	100%	
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Trás-os-Montes e Alto Douro, C.R.L.	Outras	Dividendos Recebidos	5,08 €	100%	
FLAVIFOMENTO - Associação para o Fomento e Desenvolvimento Sustentável do Município de Chaves	Entidade controlada	-	- €	100%	
VidagusTermas - Associação para a Promoção e Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago	Entidade controlada	Transferência do ativo líquido para o Município (saldo da conta à ordem)	1 038,16 €	100%	
APEPAT - Associação Promotora do Ensino Profissional para o Alto Tâmega	Entidade controlada	-	- €	100%	
PROCENTRO - Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves	Entidade controlada	-	- €	100%	
RESINORTE, S.A.	Outras	Outros Gastos - Contrato de entrega e receção de resíduos sólidos urbanos (RSU) e de recolha seletiva para valorização, tratamento e destino final	1 955 621,55 €	100%	128 754,45 €

20.3 – Pessoas chave da gestão

No ano de 2025, as remunerações auferidas pelas pessoas chaves da gestão foram as seguintes:

Quadro 20.3 - Pessoas Chave da Gestão
Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Nome	Situação na Entidade	Remuneração Líquida Auferida	Outras remunerações e compensações para pessoas chave da gestão	Outras remunerações e compensações para membros próximos da família de pessoas chave
EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA				
Maria de Fátima Fernandes Alves	Presidente da Mesa da Assembleia Geral			
Nuno Vaz Ribeiro	Vice-presidente da Assembleia Geral			
António Guilherme Forte Leres Pires	Secretário da Assembleia Geral			
João Avelino Noronha Rodrigues de Carvalho	Presidente do Conselho de Administração			
Jorge Manuel da Mata Pires	Administrador do Conselho de Administração			
Ana Rita Ferreira Dias Bastos	Administrador do Conselho de Administração			
GEMC - Gestão de Equipamentos do Município de Chaves, E.M.-S.A.				
Nuno Vaz Ribeiro	Presidente do Conselho de Administração			
Brigite Bazenga Gonçalves	Vogal do Conselho de Administração			
Luís Manuel Areias Fontes	Vogal do Conselho de Administração			
Tiago José da Mata Morais Caldas	Presidente da Assembleia Geral			
Fátima Liliana Fontes Correia Pinto	Vice-Presidente da Assembleia Geral			
Elvira Maria da Silva Aguiar Rodrigues	Vogal da Assembleia Geral			
VidagusTermas - Associação para a Promoção e Desenvolvimento Termal e Turístico de Vidago				
Rui Manuel Branco Rodrigues	Presidente da Direção			
Carlos Manuel da Silva Cardoso	Vogal da Direção			
Anísio Miguel de Sousa Saraiva	Vogal da Direção			
Nuno Coelho Chaves	Presidente da Assembleia Geral			
António Eusébio Vieira Cardoso	1º secretário da Assembleia Geral			
Mário Dias Gonçalves	2º secretário da Assembleia Geral			
Paulo Nuno de Jesus Pereira	Presidente do Conselho Fiscal			
Mário Augusto Gomes	Secretário do Conselho Fiscal			
Cristina Carvalho	Vogal do Conselho Fiscal			
Flavifomento				
David Luís Vilarés Salgado Areias	Presidente da Assembleia Geral			
Fátima Liliana Fontes Correia Pinto	Secretário da Assembleia Geral			
Elvira Maria da Silva Aguiar Rodrigues	Secretária da Assembleia Geral			
Nuno Vaz Ribeiro	Presidente da Direção			
Vítor Carlos Teixeira Pimentel	Vogal da Direção			
Rogério Alberto Amorim Reis de Moura	Vogal da Direção			
Luís Manuel Areias Fontes	Presidente do Conselho Fiscal			
Manuel Abílio Ferreira	Secretário do Conselho Fiscal			
Maria João Pinto Borges	Vogal do conselho Fiscal			
APEPAT				
Nuno Vaz Ribeiro	Presidente da Assembleia Geral			



David Luís Vilares Salgado Areias	Vice-Presidente da Assembleia Geral			
Nuno André Monteiro Coelho Chaves	Vogal da Assembleia Geral			
Tiago José da Mata Morais Caldas	Presidente da Direção			
Vítor Carlos Teixeira Pimentel	Vice-Presidente da Direção			
Fátima Liliana Fontes Correia Pinto	Vogal			
PROCENTRO				
David Luis Vilares Salgado Areias	Presidente da Assembleia Geral			
Fátima Liliana Fontes Correia Pinto	1º Secretário da Assembleia Geral			
Elvira Maria da Silva Aguiar Rodrigues	2º Secretário da Assembleia Geral			
Nuno Vaz Ribeiro	Presidente da Direção			
Vítor Carlos Teixeira Pimentel	Vogal da Direção			
Bruno Miguel Marques Coelho Chaves	Vogal da Direção			
Nuno Coelho Chaves	Presidente do Conselho Fiscal			
Manuel Abílio Ferreira	Secretário do Conselho Fiscal			
Maria João Pinto Borges	Vogal do Conselho Fiscal			

NOTA 21 – Relato por segmentos

Em conformidade com o estabelecido pela NCP 25, um segmento corresponde a "uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada, com vista a avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos e a tomar decisões acerca da futura alocação de recursos". As entidades públicas controlam recursos públicos significativos e operam para proporcionar uma vasta gama de bens e serviços aos cidadãos em diferentes regiões geográficas e em regiões com características socioeconómicas distintas, sendo-lhes exigido que utilizem esses recursos de forma eficiente e eficaz para atingir os objetivos.

Em conformidade com o parágrafo 8 da NCP 25, "Uma entidade deve identificar os seus segmentos separados de acordo com os requisitos do parágrafo 6" da Norma, devendo apresentar informação acerca desses segmentos, conforme previsto nas divulgações através de notas explicativas. O Município de Chaves tem a sua área de atuação devidamente delimitada ao concelho, não dispondo de serviços municipalizados nem outros segmentos.

A organização dos serviços do Município de Chaves é efetuada em conformidade com a estrutura orgânica estabelecida no Despacho n.º 6145/2024, publicado no Diário da República n.º 2.ª série, de 31 de maio, o qual define as competências de cada Unidade Orgânica (UO) e no qual consta o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, atualizado e publicado na 2ª Série do Diário da república n.º 27, de 07/02/2025. A estrutura orgânica é composta por quatro Unidades Nucleares – Departamentos, treze Unidades Flexíveis de 2.º grau e algumas Unidades Flexíveis de 3.º grau, bem como diversas secções e setores de acordo com as respetivas áreas funcionais.

Departamento de Administração Geral	Serviços Gerais	Secção de Apoio Administrativo Secção de Atendimento - Balcão Único Secção Expediente Geral Secção Taxas e Licenças Gabinete e Apoio. Jurídico Setor Fiscalização Adm. Municipal Setor Contraordenações Setor Gestão Adm. Cemitérios Setor Arquivo Geral Setor Aeródromo Municipal
	Unidade Flexível 2.º Grau de Recursos Humanos	Setor Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho



		Setor de Vencimentos e Cadastro
		Setor de Formação, Avaliação de Desempenho, Recrutamento e Carreiras
		Setor de Limpeza das Instalações Municipais
	Unidade Flexível de 2.º Grau de Informática e Sistemas inteligentes	
	Unidade Flexível de 3.º Grau de Contratos e Expropriações	
	Unidade Flexível de 3.º Grau de Protocolo e Comunicações	
Departamento de Desenvolvimento Económico e Financeiro	Serviços Gerais	Secção Gestão Económica, Financeira e Patrimonial Secção de Aprovisionamento Secção Tesouraria Setor de Apoio Técnico às Freguesias
	Unidade Flexível de 2.º Grau de Contratação Pública	
	Unidade Flexível de 2.º Grau de Controlo Financeiro de Fundos Europeus	
	Unidade Flexível de 2.º Grau de Desenvolvimento e Económico	Secção de Apoio Administrativo Setor de Planeamento Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável Setor Empresarial Local
	Unidade Flexível de 2.º Grau de Educação, Ação Social e Saúde	Secção Apoio Administrativo Secção Apoio Comunidades Migrantes Setor de Inclusão Social Setor de Habitação Social e Desenvolvimento de Projetos Comunitários
	Unidade Flexível de 3.º Grau de Educação	Secção de Educação Setor de Programas Educativos Secção de Gestão de Equipamentos Escolares
Departamento de Desenvolvimento Humano, Social e Cultural	Unidade Flexível de 3.º Grau de Ação Social e Saúde	Setor de Promoção Social e Saúde Setor de Apoio Técnico à Comissão de Crianças e Jovens em Risco Setor de Apoio Técnico à Comissão de Proteção de Pessoas Idosas Setor de Promoção da Cidadania e Igualdade de Género
	Unidade Flexível 2.º Grau de Juventude e Desporto	Setor de Apoio Administrativo Setor de Promoção de Atividade Física e Desportiva Setor da Juventude de Apoio ao Associativismo Setor de Gestão de Infraestruturas Desportivas
	Unidade Flexível de 2.º Grau de Cultura e Turismo	Setor de Apoio Administrativo Setor de Promoção de Eventos Setor de Biblioteca Municipal Setor Arquivo Municipal Setor de Desenvolvimento Termal e Turístico
	Unidade Flexível de 2.º Grau de Ordenamento do Território e Gestão Urbanística	Secção de Apoio Administrativo Setor de Planeamento Urbanístico Setor de Controlo de Operações Urbanísticas Setor Sistemas Informação Geográfica, Cartografia, Cadastro e Estatística
	Unidade Flexível de 3.º Grau de Valorização do Centro Histórico	
	Gabinete de Apoio Florestal	
Departamento de Desenvolvimento Urbano e Serviços Municipais	Unidade Flexível de 2.º Grau de Projetos e Mobilidade	Setor Planeamento Vias, Mobilidade, Gestão Estacionamento e Tráfego Setor de Sinalética e Toponímia Setor de Topografia Setor de Estudos, Elaboração, Acompanhamento e Análise de Projetos Setor de Revisão de Projetos
	Unidade Flexível de 2.º Grau de Ambiente	Setor de Apoio Administrativo Setor de Água de Abastecimento Público Setor de Saneamento e Águas Pluviais Setor de Resíduos Sólidos e Urbanos
	Unidade Flexível de 3.º Grau de Limpeza Urbana e Espaços Verdes	
	Unidade Flexível de 3.º Grau de Água, Saneamento e Águas Pluviais	
	Unidade Flexível de 2.º Grau de Obras Públicas	Setor Apoio Administrativo Setor de Contratação Pública de Obras Públicas Setor de Fiscalização de Obras Públicas e de Obras de Urbanização
	Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais	Setor de Apoio Administrativo



Nota 22 – Interesses em outras entidades

Em 31 de dezembro de 2025, o Município detinha os seguintes interesses em outras entidades:

Quadro 22 - Interesses em outras entidades
Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Designação da Entidade	Morada	% Interesses	
		Propriedade detidos	Direitos de voto
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Rua do Castelhinho, n.º 17 - 1.º andar, 5100 - 127 Lamego		1)
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa 52, 3004-511 Coimbra		1)
Associação das Termas de Portugal	Rua do Bonjardim, 501, 4000-126 Porto		1)
Associação de Municípios do Alto Tâmega	Av. Dos Aliados n.º9, 5400-038 Chaves		
Associação de Regantes e Beneficiários da Veiga de Chaves	Largo do Campo da Fonte, 5400-160 Chaves		1)
Federação dos Bombeiros do Distrito de Vila Real	Largo Conde Amarante Vila Real, 5000-529 VILA REAL		1)
Associação Internacional das Cidades Educadoras	Carrer Avinyó 15, Pl. 4a, 08002 Barcelona		1)
Turismo do Porto e Norte de Portugal	Castelo de Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo		1)
Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro em Lisboa	Campo Pequeno 50 3º Esq., 1000-081 Lisboa		1)
Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega	Avenida Aliados, 9, 5400-038 Chaves		
ADRAT - Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega	Avenida da Cooperação, Edif. Inditran, lote A1, Tv. Nº 2, 5400-673 Chaves		1)
Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Eurocidade Chaves-Verín - AECT	Antigua Aduana s/n, Feces de Abaixo - 32699 Verín (Espanha)		
Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	Rua dos Combatentes, 5030-477 Santa Marta de Penaguião		1)
Associação Rede de Judiarias de Portugal - Rotas Sefarad	PC DA REPÚBLICA 16, 6250-034, CASTELO BRANCO		1)
Federação Portuguesa do Caminho de Santiago	Rua Dr. Henrique Botelho, 5450-027 Vila Pouca de Aguiar		1)

1) Relativamente a estas entidades o Município contribui com uma quota anual

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 – Decomposição de fornecimentos e serviços externos

Em 2025, a rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentava a seguinte composição:

Quadro 23.1 - Decomposição de Fornecimentos serviços externos
Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Fornecimentos e serviços externos	2025
Espaços de desporto, cultura e lazer	1 271 648,64 €
Estudos, pareceres e consultoria jurídica	48 216,00 €
Projetos e serviços de informática	213 481,48 €
Estudos e projetos de arquitetura e fiscalização de obras	53 437,35 €
Ensaio e Análises técnicas	126 857,42 €
Outros trabalhos especializados	5 505 136,08 €
Publicidade, comunicação e imagem	225 212,76 €
Vigilância e Segurança	121 576,52 €
Honorários (inclui tarefas e avenças)	778 291,36 €
Comissões (encargos de cobrança)	200 662,51 €
Conservação e reparação	709 561,04 €
Recolha e tratamento de resíduos sólidos	2 131 652,76 €



Publicação e Informação em Órgãos de Comunicação	29 257,59 €
Materiais de consumo	598 889,24 €
Energia e fluidos	2 086 404,67 €
Deslocações, estadas e transportes	571 310,51 €
Rendas e alugueres	110 205,97 €
Comunicação	231 773,19 €
Seguros	193 110,34 €
Contencioso e notariado	987,31 €
Despesas de representação dos serviços	2 332,25 €
Limpeza, higiene e conforto	213 548,83 €
Outros serviços	895 528,08 €
Total	16 319 081,90 €

23.2 – Decomposição de transferência e subsídio concedidos

Em 2025, a rubrica Transferências e subsídios concedidos tinha a seguinte composição:

Quadro 23.2 - Decomposição das transferências e subsídios concedidos
Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Transferências e subsídios concedidos	2025
Associações de Municípios	356 737,44 €
Freguesias (transferências correntes concedidas)	161 064,20 €
Instituições sem Fins Lucrativos (transferências correntes concedidas)	2 280 008,06 €
Famílias (ação social, bolsas...)	325 136,02 €
Empresas locais (administração Local)	0,00 €
Famílias (subsídios correntes concedidos)	38 679,75 €
Freguesias (transferências de capital concedidas)	974 452,50 €
Instituições sem Fins Lucrativos (transferências de capital concedidas)	472 142,34 €
Famílias (transferências de capital concedidas)	16 088,30 €
Total	4 624 308,61 €

23.3 – Decomposição de despesas decorrentes do processo de transferência de competências, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto

No quadro seguinte, é apresentada uma síntese das despesas e receitas do processo de transferência de competências, no âmbito da Educação, Saúde e Ação Social, durante o ano de 2025.

Quadro 23.2 - Decomposição de despesas decorrente do processo de transferência de competências, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto
Anexo A1 - Instrução 1/2019 do Tribunal de Contas

Designação		Valor 2025
EDUCAÇÃO		
Despesa		
Gastos com pessoal		3 549 518,65 €
Encargos com as Instalações	Limpeza e Higiene	8 881,67 €
	Eletricidade	131 300,06 €
	Gás	68 025,81 €
	Comunicações	24 658,20 €
	Outros bens/serviços	20 002,02 €
Material Escolar		11 266,50 €
Plataforma Escolar		3 505,50 €



Refeições Escolares		499 478,87 €
Leite Escolar		15 436,62 €
Transporte Escolar		193 771,30 €
Transferência Corrente		35 455,20 €
Conservação das Instalações		15 027,69 €
Total Despesa		4 576 328,09 €
Despesas transitadas de 2025 para 2026, respeitantes a consumos ocorridos no exercício de 2025		140 354,95 €
Receita		
Transferência Administração Central - Transferência de Competências - Lei N.º 50/2018		4 835 466,00 €
Total Receita		4 835 466,00 €
AÇÃO SOCIAL		
Despesa		
Gastos com pessoal		84 167,70 €
Subsídios Eventuais		3 056,04 €
Instalações e Funcionamento		2 264,09 €
Protocolo RSI - Flor do Tâmega		419 637,20 €
Total Despesa		509 125,03 €
Despesas transitadas de 2025 para 2026, respeitantes a consumos ocorridos no exercício de 2025		32 771,68 €
Receita		
Transferência Administração Central - Transferência de Competências - Lei N.º 50/2018		644 733,00 €
Total Receita		644 733,00 €
SAÚDE		
Despesa		
Gastos com pessoal		540 186,36 €
Encargos com as Instalações	Limpeza e Higiene	47 222,91 €
	Eletricidade	36 577,60 €
	Gás	45 806,96 €
	Outros bens/serviços	3 387,55 €
Conservação de Bens		7 915,59 €
Vigilância e Segurança		21 465,82 €
Viaturas		16 548,46 €
Total Despesa		719 111,25 €
Despesas transitadas de 2025 para 2026, respeitantes a consumos ocorridos no exercício de 2025		28 216,88 €
Receita		
Transferência Administração Central - Transferência de Competências - Lei N.º 50/2018		895 187,00 €
Total Receita		895 187,00 €

23.4 – Outras divulgações – Taxa de ocupação de solo e subsolo

O Município tem vindo a proceder à especialização dos valores constantes em quadro infra, decorrentes de estimativa de valores não cobrados às operadoras, no âmbito da Taxa de Ocupação de solo e subsolo.

De acordo com informação dos serviços municipais competentes, estão a ser encetadas diligências no sentido de promover a viabilização de emissão de faturação às referidas operadoras, tendentes à boa cobrança dos referidos valores, incluindo os referentes a exercícios anteriores, à luz das taxas previstas no Regulamento municipal em vigor no Município:



ENTIDADE	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019	Total
DURIENSEGÁS	87 843,87	14 997,44	14 997,45	14 997,45	14 997,45	14 997,45	12 666,00	175 497,11
REN	0,00	17 421,90	17 421,90	17 421,90	0,00	0,00	0,00	52 265,70
GRANDE HOTEL DE CHAVES	0,00	1 002,80	1 002,80	1 002,80	0,00	0,00	0,00	3 008,40
Total	87 843,87	33 422,14	33 422,15	33 422,15	14 997,45	14 997,45	12 666,00	230 771,21



Caracterização do Empréstimo	Contribuinte	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimos	Isento da capacidade de endividamento	Capital		Taxa de Juro		Encargos do Ano				Divida em 01/01/2024	Divida em 31/12/2024	Obs.
					Número de registo	Data			Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização (2024)	Juros (2024)	Total	Juros de Mora			
CGD 0249 000721 0 91	500960046	26/05/1998	26,5 anos	-98	16706	14/05/1998	Habitação Social/Protocolo INH	[i]	1 767 485,43 €	1 767 485,43 €	1,759%	4,090%	76 905,66 €	793,14 €	77 698,80 €		76 905,66 €	- €	1
Novo Banco 0770013881	513204016	09/05/2006	15 anos	-106	974	29/05/2006	Financiamento de Projetos de Investimento	[N]	1 909 177,00 €	1 909 177,00 €	0,830%	3,802%	106 065,38 €	4 086,20 €	110 151,58 €		185 614,39 €	79 549,01 €	3
Agência para o Desenvolvimento e Coesão	510928374	04/12/2018	15 anos	-118	325	17/05/2019	EQBEI – PT2020 - Financiamento parcial da contrapartida nacional da Operação Portugal 2020 NORTE-04-2114-FEDER-000336 - Musealização das Termas Romanas de Chaves	[i]	308 185,74 €	205 457,16 €	0,013%	3,065%	13 943,55 €	5 427,40 €	19 370,95 €		179 440,25 €	165 496,70 €	10
Agência para o Desenvolvimento e Coesão	510928374	04/12/2018	15 anos	-118	326	17/05/2019	EQBEI – PT2020 - Financiamento parcial da contrapartida nacional da Operação Portugal 2020 NORTE-05-1406-FEDER-000124 - Requalificação das Avenidas Dr. Francisco Sá Carneiro, Xavier Teixeira e Raposeira; das Ruas Linha do Comboio e Aregos e do Viaduto da Raposeira (PAMUS 1.5, 3.2 e 3.4)	[i]	360 599,77 €	240 399,84 €	0,013%	3,065%	17 030,57 €	4 830,26 €	21 860,83 €		181 869,17 €	164 838,60 €	11
Agência para o Desenvolvimento e Coesão	510928374	04/12/2018	15 anos	-118	327	17/05/2019	EQBEI – PT2020 - Financiamento parcial da contrapartida nacional da Operação Portugal 2020 NORTE-05-1406-FEDER-000132- Requalificação das Ruas Portas do Anjo, Alfes João Batista, Cruzeiro, Viscondessa do Rosário e Fonte do Leite (PAMUS 1.1 e 3.1)	[i]	594 583,48 €	430 096,78 €	0,013%	3,065%	29 039,39 €	11 419,47 €	40 458,86 €		339 767,24 €	310 727,85 €	12
Agência para o Desenvolvimento e Coesão	510928374	04/12/2018	15 anos	-118	328	17/05/2019	EQBEI – PT2020 - Financiamento parcial da contrapartida nacional da Operação Portugal 2020 NORTE-05-1406-FEDER-000077- Requalificação das Ruas Antunes Guerreiro, Inácio Pizarro e Longras e das Avenidas 5 de Outubro e Tâmega (PAMUS 1.3 e 2.2)	[i]	752 077,79 €	501 385,20 €	0,013%	3,065%	34 027,01 €	13 244,70 €	47 271,71 €		437 895,11 €	403 868,10 €	13
Agência para o Desenvolvimento e Coesão	510928374	04/12/2018	15 anos	-118	329	17/05/2019	EQBEI – PT2020 - Financiamento parcial da contrapartida nacional da Operação Portugal 2020 NORTE-08-5673-FEDER-000144- Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica e Secundária Fernão de Magalhães	[i]	33 400,02 €	11 133,34 €	0,013%	3,065%	762,02 €	276,71 €	1 038,73 €		8 821,93 €	8 059,91 €	14
BPI 4-0314176 830 007	501214534	21/01/2020	8 anos	-120	524	26/06/2020	Liquidação antecipada das seguintes dívidas: a) Banco Português de Investimento - Saneamento Financeiro - Contrato N.º 0314176.830.005 e b) Caixa Geral de Depósitos- Saneamento Financeiro - N.º PT003590115008003391	[N]	9 120 342,51 €	8 854 932,99 €	0,347%	4,564%	1 106 866,62 €	128 117,00 €	1 234 983,62 €		3 874 033,17 €	2 767 166,55 €	16
BPI 4-0314176 830 008	501214534	01/04/2022	15 anos	-122	718	20/07/2022	Liquidação antecipada de outros empréstimos	[N]	6 359 282,55 €	6 235 144,12 €	0,368%	4,564%	415 676,28 €	189 408,76 €	605 085,04 €		5 195 953,50 €	4 780 277,22 €	17
CGD 0249 011252 991	500960046	24/07/2025	20 anos	0	1876	23/09/2025	Financiamento de diversos projetos de investimentos municipais	[N]	6 894 333,22 €	768 322,07 €	2,350%	2,350%	- €	1 401,53 €	1 401,53 €		- €	768 322,07 €	
Total de Empréstimos a Médio e Longo Prazo									28 099 467,51 €	20 923 533,93 €	-	-	1 800 316,48 €	359 005,17 €	2 159 321,65 €	- €	10 480 300,42 €	9 448 306,01 €	-



APEPAT

Quantias de custos de empréstimos obtidos reconhecidas durante o período	31/12/2025	31/12/2024
Juros de empréstimos bancários	12 122,68 €	24 189,03 €
Serviços bancários - comissões	650,37 €	4 747,99 €
Total	12 773,05 €	28 937,02 €





Demonstrações Orçamentais Consolidadas

Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental em 31 de dezembro de 2025

Rubrica	RECEBIMENTOS	2025	2024
RA01	Saldo de gerência anterior	14 857 698,59 €	12 431 444,01 €
RI01	Operações orçamentais [1]	11 860 822,69 €	9 848 128,14 €
RI02	Restituição do saldo oper. orçamentais		
RI03	Operações de tesouraria [A]	2 996 875,90 €	2 583 315,87 €
	Receita corrente	46 966 150,37 €	43 137 499,82 €
R1	Receita fiscal	8 898 566,45 €	7 770 981,53 €
R1.1	Impostos diretos	8 898 566,45 €	7 770 981,53 €
R1.2	Impostos indiretos		
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 217 680,33 €	1 110 884,43 €
R4	Rendimentos de propriedade	2 212 215,17 €	2 145 490,97 €
R5	Transferências e subsídios correntes	27 786 117,80 €	25 135 506,76 €
R5.1	Transferências correntes	27 786 117,80 €	25 135 506,76 €
R5.1.1	Administrações Públicas	27 786 117,80 €	25 135 506,76 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado português	26 815 372,99 €	24 614 663,43 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	858 514,81 €	436 843,33 €
R5.1.1.5	Administração Central - Administração Local	112 230,00 €	84 000,00 €
R5.1.2	Exterior - U E		
R5.1.3	Outras		
R5.2	Subsídios correntes		
R6	Venda de bens e serviços	6 691 883,80 €	6 495 981,43 €
R7	Outras receitas correntes	159 686,82 €	478 654,70 €
RA03	Receita de capital	8 421 201,33 €	7 436 361,40 €
R8	Venda de bens de investimento	43 399,97 €	74 098,87 €
R9	Transferências e subsídios de capital	8 377 801,36 €	7 362 262,53 €
R9.1	Transferências de capital	8 377 801,36 €	7 362 262,53 €
R9.1.1	Administrações Públicas	8 377 801,36 €	7 227 982,09 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	8 362 837,54 €	6 645 008,48 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	14 963,82 €	582 973,61 €
R9.1.3	Outras		134 280,44 €
R9.2	Subsídios de capital		
R9.3	Outras		
R10	Outras receitas de capital		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	1 776,23 €	50 439,29 €
RA04	Receita efetiva [2]	55 389 127,93 €	50 624 300,51 €
RA05	Receita não efetiva [3]	768 322,07 €	7 000 000,00 €
R12	Receita com ativos financeiros		7 000 000,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	768 322,07 €	
RA06	Receita Total [4] = [1] + [2] + [3]	68 018 272,69 €	67 472 428,65 €
ROTI	Operações de tesouraria [B]	1 111 262,31 €	842 392,52 €

Rubrica	PAGAMENTOS	2024	2023
DA01	Despesa corrente	40 371 350,51 €	35 254 957,12 €
D1	Despesas com o pessoal	17 487 862,73 €	15 976 359,05 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	13 895 432,25 €	12 690 120,75 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	430 499,52 €	376 089,00 €
D1.3	Segurança social	3 161 930,96 €	2 910 149,30 €
D2	Aquisição de bens e serviços	17 803 320,75 €	14 610 661,92 €
D3	Juros e outros encargos	386 356,07 €	564 124,58 €
D4	Transferências e subsídios correntes	3 084 171,66 €	2 920 638,18 €
D4.1	Transferências correntes	3 045 491,91 €	2 830 211,91 €
D4.1.1	Administrações Públicas	510 166,52 €	381 171,14 €
D4.1.1.5	Administração Local	510 166,52 €	381 171,14 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	2 212 421,95 €	2 265 859,56 €
D4.1.3	Famílias	322 903,44 €	183 181,21 €
D4.1.4	Outras		
D4.2	Subsídios Correntes	38 679,75 €	90 426,27 €
D5	Outras despesas correntes	1 609 639,30 €	1 183 173,39 €
DA02	Despesa de capital	20 094 248,75 €	11 565 991,19 €
D6	Aquisição de bens de capital	18 635 897,14 €	10 486 945,01 €
D7	Transferências e subsídios de capital	1 457 111,18 €	1 079 046,18 €
D7.1	Transferências de capital	1 457 111,18 €	1 079 046,18 €
D7.1.1	Administrações Públicas	974 452,50 €	925 850,64 €
D7.1.1.5	Administração Local	974 452,50 €	925 850,64 €
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	464 941,42 €	140 000,00 €
D7.1.3	Famílias	17 717,26 €	13 195,54 €
D7.1.4	Outras		
D7.2	Subsídios de capital		
D8	Outras despesas de capital	1 240,43 €	
DA03	Despesa efetiva [5]	60 465 599,26 €	46 820 948,31 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	1 800 316,48 €	8 790 657,65 €
D9	Despesa com ativos financeiros		7 000 000,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	1 800 316,48 €	1 790 657,65 €
DA05	Despesa Total [7] = [5] + [6]	62 265 915,74 €	55 611 605,96 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]	747 730,18 €	428 832,49 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte	9 112 764,98 €	14 857 698,59 €
DA07	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	5 752 356,95 €	11 860 822,69 €
DA08	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	3 360 408,03 €	2 996 875,90 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	- 5 076 471,33 €	3 803 352,20 €
DA10	Despesa primária	60 079 243,19 €	46 256 823,73 €
DA11	Saldo corrente	6 594 799,86 €	7 882 542,70 €
DA12	Saldo de capital	- 11 673 047,42 €	- 4 129 629,79 €
DA13	Saldo primário	- 4 690 115,26 €	- 4 367 476,78 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	68 018 272,69 €	67 472 428,65 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	62 265 915,74 €	55 611 605,96 €

Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações, por natureza em 31 de dezembro de 2025

Rubrica	RECEBIMENTOS	2025	2024
RA01	Saldo de gerência anterior	14 857 698,59 €	12 431 444,01
RI01	Operações orçamentais [1]	11 860 822,69 €	9 848 128,14
RI02	Restituição do saldo oper. orçamentais		
RI03	Operações de tesouraria [A]	2 996 875,90 €	2 583 315,87
	Receita corrente	46 966 150,37 €	43 137 499,82
R1	Receita fiscal	8 898 566,45 €	7 770 981,53 €
R1.1	Impostos diretos	8 898 566,45 €	7 770 981,53 €
R1.2	Impostos indiretos		
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		
R3	Taxas, multas e outras penalidades	1 217 680,33 €	1 110 884,43 €
R4	Rendimentos de propriedade	2 212 215,17 €	2 145 490,97 €
R5	Transferências e subsídios correntes	27 786 117,80 €	25 135 506,76 €
R5.1	Transferências correntes	27 786 117,80 €	25 135 506,76 €
R5.1.1	Administrações Públicas	27 786 117,80 €	25 135 506,76 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado português	26 815 372,99 €	24 614 663,43 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	858 514,81 €	436 843,33 €
R5.1.1.5	Administração Central - Administração Local	112 230,00 €	84 000,00 €
R5.1.2	Exterior - U E		
R5.1.3	Outras		
R5.2	Subsídios correntes		
R6	Venda de bens e serviços	6 691 883,80 €	6 495 981,43 €
R7	Outras receitas correntes	159 686,82 €	478 654,70 €
RA03	Receita de capital	8 421 201,33 €	7 436 361,40
R8	Venda de bens de investimento	43 399,97 €	74 098,87 €
R9	Transferências e subsídios de capital	8 377 801,36 €	7 362 262,53 €
R9.1	Transferências de capital	8 377 801,36 €	7 362 262,53 €
R9.1.1	Administrações Públicas	8 377 801,36 €	7 227 982,09 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	8 362 837,54 €	6 645 008,48 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	14 963,82 €	582 973,61 €
R9.1.3	Outras		134 280,44 €
R9.2	Subsídios de capital		
R9.3	Outras		
R10	Outras receitas de capital		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	1 776,23 €	50 439,29 €
RA04	Receita efetiva [2]	55 389 127,93 €	50 624 300,51 €
RA05	Receita não efetiva [3]	768 322,07 €	7 000 000,00 €
R12	Receita com ativos financeiros		7 000 000,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	768 322,07 €	
RA06	Receita Total [4] = [1] + [2] + [3]	68 018 272,69 €	67 472 428,65 €

Rubrica	PAGAMENTOS	2025	2024
DA01	Despesa corrente	40 371 350,51 €	35 254 957,12
D1	Despesas com o pessoal	17 487 862,73 €	15 976 359,05
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	13 895 432,25 €	12 690 120,75
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	430 499,52 €	376 089,00
D1.3	Segurança social	3 161 930,96 €	2 910 149,30
D2	Aquisição de bens e serviços	17 803 320,75 €	14 610 661,92
D3	Juros e outros encargos	386 356,07 €	564 124,58
D4	Transferências e subsídios correntes	3 084 171,66 €	2 920 638,18
D4.1	Transferências correntes	3 045 491,91 €	2 830 211,91
D4.1.1	Administrações Públicas	510 166,52 €	381 171,14
D4.1.1.5	Administração Local	510 166,52 €	381 171,14
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	2 212 421,95 €	2 265 859,56
D4.1.3	Famílias	322 903,44 €	183 181,21
D4.1.4	Outras		
D4.2	Subsídios Correntes	38 679,75 €	90 426,27
D5	Outras despesas correntes	1 609 639,30 €	1 183 173,39
DA02	Despesa de capital	20 094 248,75 €	11 565 991,19
D6	Aquisição de bens de capital	18 635 897,14 €	10 486 945,01
D7	Transferências e subsídios de capital	1 457 111,18 €	1 079 046,18
D7.1	Transferências de capital	1 457 111,18 €	1 079 046,18
D7.1.1	Administrações Públicas	974 452,50 €	925 850,64
D7.1.1.5	Administração Local	974 452,50 €	925 850,64
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	464 941,42 €	140 000,00
D7.1.3	Famílias	17 717,26 €	13 195,54
D7.1.4	Outras		
D7.2	Subsídios de capital		
D8	Outras despesas de capital	1 240,43 €	
DA03	Despesa efetiva [5]	60 465 599,26	46 820 948,31
DA04	Despesa não efetiva [6]	1 800 316,48	8 790 657,65
D9	Despesa com ativos financeiros		7 000 000,00
D10	Despesa com passivos financeiros	1 800 316,48 €	1 790 657,65
DA05	Despesa Total [7] = [5] + [6]	62 265 915,74	55 611 605,96